

TERRITÓRIOS DE EXTENSÃO



AS AÇÕES
EXTENSIONISTAS
DA UNESPAR
EM MOVIMENTO

VOL.01

ORGANIZADORES

Cleber Broietti

Neluana Leuz de Oliveira Ferragini

Rosimeiri Darc Cardoso

Sérgio Carrazedo Dantas

TERRITÓRIOS DE EXTENSÃO

AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNESPAR EM MOVIMENTO

Volume 1

Cleber Broietti
Rosimeiri Darc Cardoso
Sérgio Carrazedo Dantas
Nelvana Leuz de Oliveira Ferragini
Organizadores

TERRITÓRIOS DE EXTENSÃO

AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNESPAR EM MOVIMENTO

Volume 1

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura



 e-grid
editorial

Curitiba, 2026

1.ª Edição – Copyright© 2026 dos autores

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

EDITOR

Luciano Popadiuk

REVISÃO

Ariane Roldan Melchior

PROJETO GRÁFICO & CAPA

DesignGeral

DIAGRAMAÇÃO

Bandeide

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Territórios de extensão [livro eletrônico] : as ações extensionistas da Unespar em movimento : volume 1 / organizadores Cleber Broietti...
[et al.]. – 1. ed. – Curitiba, PR : E-grid Editorial, 2026.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Rosimeiri Darc Cardoso, Sérgio Carrazedo Dantas, Neluna Leuz de Oliveira Ferragini.

Bibliografia.

ISBN 978-65-976120-7-9

1. Aprendizagem ativa 2. Educação – Coletâneas 3. Educação superior
4. Extensão universitária 5. Tecnologia educacional 6. Universidades públicas
I. Broietti, Cleber. II. Cardoso, Rosimeiri Darc. III. Dantas, Sérgio Carrazedo.
IV. Ferragini, Neluna Leuz de Oliveira.

26-366292.0

CDD-378.198

Índices para catálogo sistemático:

1. Extensão universitária : Educação superior
378.198

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

CONSELHO EDITORIAL – UNESPAR

Dra. Gabriele Granada Veleza	Dr. Pedro de Andrade Lima Faissol
Dr. João Guilherme de Souza	Dra. Raquel Bicalho de Carvalho Barrios
Dra. Juliana Dias Boaretto	Dr. Reginaldo de Lima Correia
Dr. Leonardo Wilezelek Soares de Melo	Dra. Renata Santos Roel
Ma. Letizia Osorio Nicoli	Me. Sérgio Luiz Maybuk
Dra. Liceia Alves Pires	Ma. Solange Garcia Pitangueira
Ma. Lilian Hollanda Gassen	Dra. Solange Straube Stecz
Dra. Luciana Ferreira Leal	Dra. Soraya Martins Patrocínio
Dr. Marcelo José da Silva	Dra. Tatiana Colasante
Dra. Maria Antonia Ramos Costa	Dra. Tatiane Wiese Mathias
Dra. Nadia Moroz Luciani	Esp. Vinicius Roberto Crispim
Dr. Paulo Alfredo Feitoza Bohm	Dr. Wendel Cássio Christal

PREFÁCIO

As atividades extensionistas ocupam um lugar singular na universidade pública brasileira, pois materializam o compromisso ético, social e político da produção de conhecimento voltada para a transformação da realidade. Ao aproximar universidade e comunidade, a extensão rompe os muros institucionais, promove o diálogo entre saberes acadêmicos e populares e reafirma a educação superior como um bem público, socialmente referenciado.

A presente coletânea nasce desse encontro vivo entre a universidade e os territórios onde ela atua. Os textos aqui reunidos traduzem experiências extensionistas diversas, plurais e profundamente comprometidas com a escuta, a inclusão, a cultura, a ciência e a cidadania. São práticas que evidenciam a potência formativa da extensão tanto para a comunidade atendida quanto para estudantes, docentes e técnicos envolvidos, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Paraná (PROEC/UNESPAR), ao organizar esta coletânea, assume também o desafio – e a responsabilidade – de registrar, sistematizar e socializar experiências que, muitas vezes, permanecem restritas ao campo da ação. Transformar práticas extensionistas em artigos científicos não é tarefa simples: exige tempo, reflexão crítica, disposição para revisitar processos, expor fragilidades, aprendizagens e resultados. Há, não raras vezes, resistência em narrar essas experiências, seja pela intensidade do trabalho cotidiano, seja pelo receio de traduzir em linguagem acadêmica ações marcadas pelo afeto, pela escuta e pela construção coletiva. Ainda assim, é justamente esse movimento de escrita e reflexão que fortalece a extensão enquanto campo de produção de conhecimento.

Os artigos que compõem esta obra são, portanto, mais do que relatos de experiências: são registros de compromisso social, de práticas

pedagógicas inovadoras e de ações que impactam diretamente a vida das pessoas e das comunidades envolvidas. Ao tornarem públicas essas vivências, os(as) autores(as) contribuem para o fortalecimento da extensão universitária, para a circulação de saberes e para a consolidação de uma universidade cada vez mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Nada disso seria possível sem o apoio institucional e financeiro que sustenta as políticas públicas de extensão no Estado do Paraná. Registramos, assim, nosso agradecimento à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e ao Fundo Paraná, cujo investimento viabiliza projetos, forma estudantes, fortalece vínculos comunitários e reafirma o papel estratégico da universidade pública no desenvolvimento social, cultural e científico.

Que esta coletânea inspire novas ações, novas escritas e novos encontros. Que os textos aqui reunidos sejam convite à leitura, à reflexão e, sobretudo, à continuidade de práticas extensionistas comprometidas com a transformação social e com a construção coletiva do conhecimento.

Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unespar

SUMÁRIO

PROLEN – CONCEITOS CHAVES SUBJACENTES ÀS SUAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	8
<i>Alessandra Augusta Pereira da Silva</i>	

CONECTANDO CONCEITOS DA PROPORCIONALIDADE AO MUNDO REAL POR MEIO DO ENSINO EXPLORATÓRIO: UM RELATO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO.....	21
<i>Darci Rafael, Jefther Giovani Ribeiro, Anna Flavia Magnoni & Luiz Otavio Rodrigues Mendes</i>	

“CINEMA NA PRAÇA” COMO PRÁTICA DE APRENDIZAGEM E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE TURISMO.....	37
<i>Carla Caroline Holm, Tatiana Colasante & Rosinaldo Nunes Cardoso</i>	

CONTABILIDADE DE CUSTOS: DA TERMINOLOGIA TEÓRICA A APLICAÇÃO PRÁTICA.....	52
<i>Cleber Broietti & Antônio Manoel Conceição</i>	

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS LIBERTADORAS EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS UNIVERSITÁRIAS.....	67
<i>Débora Francischini Boian, Carolina Casarin Paes & Maiara Spilari Souza</i>	

OFICINA DE INGLÊS COM MÚSICA: ATUAÇÃO DE ALUNOS DE LETRAS INGLÊS EM INSTITUIÇÃO LOCAL.....	85
<i>Elaine de Castro, Felipe de Almeida Moura & Louise Silva Fukumoto</i>	

EXTENSÃO EM AÇÃO: ASSESSORIA COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO À PROTEÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.....	101
<i>Luciane Francielli Zorzetti Maroneze, Kamila Cristina da Silva Teixeira, Valdir Anhucci, Kelen Aparecida da Silva Bernardo & Elson Alves de Lima</i>	

INVESTIMENTOS EM SAÚDE E DESIGUALDADES NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA SOB A PERSPECTIVA EXTENSIONISTA.....	117
<i>Jhennifer Gabrielli do Amaral dos Reis, Ana Karolina da Silva Sampaio, Kauana Aparecida Dias, Vinicius Rafael de Souza Pereira & Paulo Guilherme Alarcon Fernandes</i>	

ENSINO E EXTENSÃO EM TURISMO: OFICINAS DE FOTOGRAFIA COM SMARTPHONE.....	136
<i>Raquel dos Santos Vieira</i>	

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES PELA VIA DA AUTORIDADE COMPARTILHADA SOBRE TEMAS SENSÍVEIS.....	150
---	-----

Cyntia Simioni França & Gabriel Henrique de Souza

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	163
-----------------------------	-----

PROLEN – CONCEITOS CHAVES SUBJACENTES ÀS SUAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Alessandra Augusta Pereira da Silva¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos-chaves que subjazem as ações efetuadas pelo Programa de Línguas Estrangeiras da Unespar, Prolen, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Paraná, CEPE, no ano de 2017, por meio do Ato 056/2017 DEX/Unespar, utilizando-se de dados oriundos do recorte temporal de ações realizadas no período de 2023 e 2024.

É importante salientar que, apesar do recorte efetuado, o programa passou por transformações em seu interior desde a sua criação e elas é que desembocam no desenvolvimento de conceitos principais que, atualmente, norteiam seus projetos.

O programa, em sua origem, visava à capacitação linguística da comunidade interna e externa da Unespar. Em 2018, as primeiras ações foram realizadas para organizar a implantação de cursos e, no ano de 2019, os primeiros projetos do programa foram aprovados e cursos foram implantados nos campi de Campo Mourão, Paranaguá e Apucarana.

Ao longo dos anos, vários projetos foram desenvolvidos, envolvendo cursos de capacitação linguística, oficinas e eventos extensionistas, que incluíam, além dos campi acima, o *campus* de União da Vitória. A partir da pandemia, pelas adversidades advindas dela, além do desligamento da coordenação do Prolen com o Programa Paraná Fala Inglês, o programa delimitou seus projetos no *campus* de atuação de sua coordenação institucional, Campo Mourão, apesar da oferta de alguns cursos e eventos *online*, que, por sua natureza não presencial, são abertos a residentes de todos os municípios do estado do Paraná.

¹Docente do Colegiado de Letras, Unespar, campus de Campo Mourão. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina.

Nos anos de 2023 e 2024, três projetos foram aprovados. Em 2023, o projeto intitulado “Programa de Línguas Estrangeiras na Unespar (Prolen): quarta edição, projetos vinculados ao pibex”, finalizado em 2024 e, em 2025, os projetos “VII Edição de Cursos de Capacitação Linguística do Prolen e I Edição de Atividades de Formação Artístico-cultural – FAC” e “Curso de Libras Básico”, com início em 2024, com previsão de término no final letivo de 2025.

Esses projetos tiveram como pressupostos teóricos e metodológicos o Materialismo Histórico Dialético, a Teoria da Atividade e a Psicologia Histórico Cultural, principalmente, a partir de autores como Marx (2011), Leontiev (1978) e Vygotsky (2009). Considerando esses pressupostos, as ações se deram a partir do levantamento de necessidades trazidas no interior do programa, culminando em cursos, oficinas e eventos de caráter municipal e regional (estadual), com a participação de agentes protagonistas bolsistas (pibex e pibis) e voluntários da comunidade interna e externa da Unespar, além de estudantes de graduação do curso de Letras, do *campus* de Campo Mourão, vinculados ao programa, via “Ações de Curricularização da Extensão e Cultura” – ACEC.

Essas ações são registradas neste artigo que, após esta Introdução, é constituído de Metodologia, Fundamentação Teórica, Resultados e Discussões, além das Considerações Finais.

METODOLOGIA

Os projetos de extensão “Programa de Línguas Estrangeiras na Unespar – Prolen: quarta edição projetos vinculados ao pibex 2023-2024”, “VII Edição de Cursos de Capacitação Linguística do Prolen e I Edição de Atividades de Formação Artístico-cultural – FAC – 2024/2025” e “Curso de Libras Básico” são de natureza qualitativa e intervencionista e seu contexto de atuação constitui-se de várias etapas, a saber: 1. Planejamento de ações a partir de avaliações de ações anteriores; 2. Reuniões com pessoas de diferentes instâncias da comunidade interna da Unespar (professores, alunos, agentes) e comunidade externa (membros da sociedade civil, professores, artistas, sindicatos e organiza-

ções institucionais); 3. Organização das ações (elaboração de editais, chamadas, processos seletivos, divulgação); 4. Implantação de ações (cursos, oficinas, eventos); e 5. Acompanhamento e avaliação das ações (orientações, reuniões, grupos de trabalhos e estudo).

Dentro das diversas ações de cada etapa, material documentado é gerado, estudado, avaliado e serve de base para planejamento de novas ações. Este material é composto por relatórios parciais e finais de projetos, editais, publicações no Instagram do programa, material publicado em sua página no *site* da universidade, jornais e notícias regionais, relatórios pedagógicos dos professores envolvidos no programa, material didático produzido, plano de ensino, formulários de avaliação e memórias/atas/notas sobre reuniões de trabalho. O resultado de análise destes dois últimos tipos de documentos é apresentado neste texto.

É nesse processo dialético entre a pesquisa e as práticas cotidianas da equipe executora do Prolen que as concepções se desenvolveram. Investigações realizadas pela coordenação do programa se deram por meio de projetos orientados de iniciação científica e de pesquisa entre pares, culminando em publicações e apresentações em eventos. Essas ações do programa – extensionistas e de pesquisa – compõem o tripé da universidade, além do ensino. Neste último caso, têm-se alunos de graduação, vinculados ou não à ACEC, sendo orientados na profissão docente.

Ressalta-se que essas ações se pautaram no método do Materialismo Histórico Dialético, na Teoria da Atividade e na Psicologia Histórico Cultural e é nesses pressupostos teóricos que os conceitos foram sendo apreendidos e elaborados, assunto da próxima seção.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Marx (2011) desenvolve o método do Materialismo Histórico Dialético, ao investigar o modo de produção capitalista. Para ele, é por meio da leitura da realidade que é possível analisar a realidade concreta. Nessa acepção, o ser humano é protagonista de sua história, que é determinada por condições materiais de existência, coletivamente.

Este é um método que contribui para a apreensão da realidade a partir da leitura da realidade concreta, social e histórica dos fenômenos que se apresentam ao indivíduo.

Assim, neste método, a investigação parte do plano concreto, material e, a partir dele, é que se desenvolve a teoria científica ou a ciência. Considera-se nele que o ser humano é um ser histórico, portanto, o olhar daquilo que é particular passa por essa mediação de elaboração de conhecimento ao longo da história que não é linear. É dialética, portanto.

A Teoria da Atividade foi postulada por Leontiev (1978) que, na esteira de Marx, reitera que a primeira atividade humana é o “trabalho”, pela necessidade da subsistência e da reprodução do ser humano. É na atividade humana que se determina a formação de capacidades, motivos, finalidades e sentimentos, entre outros.

Em outras palavras, na atividade humana, o homem se apropria de capacidades biológicas e culturais, sempre mediado pelas relações sociais. Leontiev aponta que

A criança não está de modo algum sozinha em face do mundo que a rodeia. As suas relações com o mundo têm sempre por intermediário a relação do homem aos outros seres humanos; a sua atividade está sempre inserida na comunicação. A comunicação, quer esta se efetue sob a sua forma exterior, inicial, de atividade em comum, quer sob a forma de comunicação verbal ou mesmo apenas mental, é a condição necessária e específica do desenvolvimento do homem na sociedade. (Leontiev, 1978, p. 6-7).

Essa asserção, feita pelo autor, evidencia a relação de dependência social e o papel da linguagem em seu desenvolvimento. O ser humano sempre se apropria daquilo que já foi desenvolvido historicamente pela sociedade (Vygotsky, 2009), tanto na fase infantil, quanto na adulta, na atividade de trabalho.

Em outras palavras, é na operacionalização do trabalho que o ser humano desenvolve suas capacidades, tanto biológicas quanto culturais, por meio de mediação. Dessa forma, a mediação é decisiva na apropriação e na elaboração de conhecimento pelo homem.

No entanto, a atividade só se efetiva se o ser humano sentir necessidade que o motiva a um fim. Nessa perspectiva, Flávia Asbahr (2005), da área da psicologia, se volta para os elementos da atividade para o desenvolvimento humano, retomando-os, a saber, a necessidade, objeto e motivo. Para a autora:

Uma necessidade só pode ser satisfeita quando encontra um objeto: a isso chamamos de motivo. O motivo é o que impulsiona uma atividade, pois articula uma necessidade a um objeto. Objetos e necessidades isolados não produzem atividades, a atividade só existe se há um motivo [...]. Exemplificamos essas relações inspirados na situação dada por Leontiev (1983): um sujeito está com fome (necessidade de comer) e pode satisfazer essa necessidade se buscar comida (objeto). Encontra-se motivado para a atividade de buscar comida quando sente a necessidade de comer e quando idealiza um objeto que possa satisfazê-lo. (Asbahr, 2005, p. 110).

A autora reitera os elementos da atividade humana: a necessidade, objeto e motivo. Eles são elementos que impulsionam o desenvolvimento humano, em suas dimensões biológicas, culturais e intelectuais, a partir do conhecimento historicamente apreendido pelo ser humano, como um bem desenvolvido pela sociedade.

A asserção da autora merece duas reflexões: a primeira é que a necessidade sentida por um indivíduo não é suficiente para que ele aja para supri-la. É preciso que haja o objeto para que o indivíduo tenha motivo para a realização de uma ação. Caso contrário, ele não se sente motivado para agir. A segunda é que, de acordo com a Teoria da Atividade, com o passar do tempo, as necessidades, os objetos e os motivos se modificam. Algumas necessidades deixam de existir e outras se originam a partir das diversas atividades humanas.

Essas atividades humanas potencializam o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, tem-se a precursão de um quadro teórico da psicologia, denominado de Psicologia Geral, elaborado por Vygotsky e que impetra o materialismo histórico dialético como método para se compreender o ser humano. Para o autor, o desenvolvimento da humanidade desdobra-se nas atividades em que as mediações sociais ocorrem.

Entre os vários conceitos elaborados pelo psicólogo, nos deteremos no conceito de mediação. Ele é imprescindível para a elaboração do conhecimento do ser humano, desde a infância até seu derradeiro suspiro, e a linguagem tem um papel preponderante, pois, de geração em geração, as pessoas transmitem conhecimentos já cristalizados na humanidade. Nesse sentido, Sforzi (2008, p. 5), enfatiza que é por meio da “[...] comunicação prática e verbal com outros sujeitos que já dominam as ações e operações com mediadores culturais” que o conhecimento é apropriado e desenvolvido.

Na educação, a mediação do conhecimento passa de um conhecimento sincrético, não organizado, para sua sistematização e síntese. Isso só é possível por haver um ser humano que, de antemão, se apropriou previamente do conhecimento a ser “transmitido”.

No entanto, existe uma ação intencional de “transmissão” de conhecimento. Ele não é imediato e intuitivo, no nível da interação apenas. Na educação formal, o conhecimento é mediado e, portanto, passa-se por uma atividade pedagógica, planejada. Sforzi afirma que

[...] para que a apropriação ocorra, a comunicação verbal e prática devem ser intencionalmente dirigidas para a reprodução das ações adequadas com o objeto em pauta, de modo que sejam apropriadas pela criança como instrumentos simbólicos que permitem a ação mental com o mundo circundante. Com o processo de internalização, as marcas externas – os signos – são transformadas em processos internos de mediação do sujeito com o mundo. (Sforzi, 2008 p. 6-7).

Dessa forma, temos o papel da mediação na educação geral como um todo, mas, principalmente, no contexto formal de ensino-aprendizagem. Assim, o planejamento e elaboração de material didático adequado é imprescindível para que a apropriação de conhecimentos ocorra. Na próxima seção, apresentam-se os Resultados e Discussões, a partir do Método Materialismo Histórico Dialético que, a partir deste momento, será chamado de Método.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do Método, o contexto social do Prolen foi analisado. Dessa forma, as ações planejadas e efetivadas no programa foram elaboradas a partir do **levantamento de necessidades**, sendo este um dos elementos da atividade humana, conforme postulado por Leontiev (1978).

Para o levantamento de necessidades, várias ferramentas foram utilizadas para a coleta de dados. Entre elas, destacam-se os Formulários de Avaliação, preenchidos pelos alunos que participam de cursos ofertados pelo programa nos anos de 2022 e 2023, ambos para planejamento dos anos subsequentes.

Além dos formulários, outras fontes utilizadas para sistematização do levantamento de necessidades se deram a partir de reuniões realizadas entre membros do Prolen, comunidade externa e estudantes do programa, além de contatos e conversas que culminaram em memórias, atas e notas que estão organizadas em pastas da secretaria do programa. A seguir, apresentamos a relação de necessidades identificadas em cada eixo de atuação, constituídos de eixos preexistentes e outros criados a partir do próprio levantamento de necessidades.

Tabela 1 – Levantamento de necessidades

Eixos/áreas de atuação	Necessidades	Fontes
Português para falantes de outros idiomas	Capacitação linguística para 1. Inserção e manutenção no mundo do trabalho e 2. Integração nas atividades sociais e culturais locais.	• Formulários de Avaliação • Conversas com candidatos durante o período de matrícula para os cursos.
Língua Inglesa	Capacitação linguística para 1. Comunicação 2. Ingressar na universidade e 3. Socialização e aprendizagem em geral.	• Formulários de Avaliação • Conversas com candidatos durante o período de matrícula para os cursos. • Conversa entre professores e alunos dos cursos.

Eixos/áreas de atuação	Necessidades	Fontes
Teatro	Formação artística, desenvolvimento pessoal, cultural e social.	• Reuniões entre professor e diretor de teatro e coordenação do Prolen.
Libras	Capacitação linguística para 1. Se tornar professor 2. Comunicação e 3. Integração de pessoas surdas.	• Mapeamento entre alunos de licenciatura e profissionais surdos do <i>campus</i> de Campo Mourão.
Música	Socialização, desenvolvimento musical, desenvolvimento afetivo.	• Reuniões entre coordenação do Prolen e grupos Utopia e Flamel.
Espanhol	Capacitação linguística para 1. Comunicação e 2. Mundo do trabalho, por ser uma língua de país latino-americano.	• Formulários de avaliação de anos anteriores • Conversas com participantes dos projetos do Prolen. • Solicitações feitas por pessoas da comunidade externa.
Mesa redonda	Debate sobre direitos de migrantes em Campo Mourão.	• Contato realizado pela Presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Paraná para a realização do evento em parceria com o Prolen, devido ao conhecimento sobre as ações do Prolen voltadas a migrantes.

Fonte: A autora.

As necessidades identificadas e apresentadas acima revelam a diversidade de ações previamente realizadas que geraram, a partir de diferentes fontes, dados para sua efetividade. Percebe-se aí a dialética entre as ações previamente realizadas e as planejadas posteriormente, a partir da sistematização de necessidades, categoria trazida da Teoria da Atividade para o interior do programa.

Além da identificação de necessidades, outro fator a ser considerado no Método, não menos importante, são as condições materiais para atendê-las. Assim, as condições de implantação de cada ação também consideraram: qual a estrutura que o programa tem para implementar os projetos? Há professores (colaboradores, voluntários) para orientações

e implantação dos cursos? Há sala de aula, qual material será utilizado ou desenvolvido? Quais recursos pedagógicos a instituição pode ofertar?

Ao considerar estas condições, algumas ações planejadas, por exemplo, não foram implementadas, justamente por falta de condições materiais para tal. Destacam-se duas: a falta de oferta de cursos e oficinas e a não publicação de material didático próprio para os cursos ofertados.

Em relação à falta de maior número de cursos, tem-se a ausência de oferta de mais cursos de línguas de português para falantes de outras línguas, língua inglesa e espanhol, além de oficinas de músicas e teatro. Para exemplificação, mencionamos o curso de português para falantes de outras línguas para atendimento a migrantes que chegam continuamente à cidade. Neste caso, alguns migrantes chegam após o início do curso, outros ainda se inscrevem, mas não conseguem participar por causa de alterações em seus horários de trabalho. A não oferta contínua de cursos e a sua falta em horários diversificados limitam a participação da comunidade externa.

Considerando este contexto, o programa deveria ter mais pessoas envolvidas como equipe executora, não no formato voluntário, como é o caso atualmente, mas pessoal contratado, de forma contínua, para manutenção e qualificação das ações.

Os bolsistas Pibex e Pibis auxiliam, mas o programa tem enfrentado, cada vez mais, a não procura ou desistência de bolsistas, devido à baixa remuneração, à obrigatoriedade de não acúmulo de bolsas e à proibição de vínculo empregatício. Neste caso, a contratação de profissional graduado para atuar em sala de aula é uma necessidade do Prolen.

Inclui-se aqui a falta de carga horária dos professores da universidade, envolvidos no projeto, pois a resolução para distribuição de carga horária não flexibiliza uma carga horária maior para a extensão e diminuição nas de ensino, por exemplo. A título de ilustração, a coordenação geral do Prolen tinha, em seu Plano de Atividades Docentes, um total de quatro horas/semana em 2023 e duas horas/semana em 2024 para dedicação ao programa.

Em relação à não publicação de material didático para atender os cursos, salienta-se que, embora haja estudantes de graduação que ministram cursos sob a supervisão de orientadores, professores de graduação (voluntários) e tenha-se, ao longo dos anos, elaborado e implementado materiais nos cursos, há pouca carga horária de dedicação dos estudantes e docentes, resultando na não publicação de material didático próprio.

Posto isso, considerando o resultado do levantamento de necessidades e das condições materiais do programa para efetivá-las ou não, têm-se as ações realizadas no biênio 2023-2024.

Em 2023, as ações incluíram cursos de Inglês Geral/Básico A (*online*), Inglês Geral/Básico B (*online*), ambos para residentes no estado do Paraná, Espanhol (básico A), Português para falantes de outras línguas (PFOL) básico A e B, além de falas de migrantes sobre cultura local e cultural universal, não elencado na figura, por não terem sido abertos editais formais para tal.

Em 2024, os cursos ofertados foram quatro cursos de língua inglesa. Entre eles, um no formato *online*, com aulas síncronas, aberto a todos os municípios do estado do Paraná, dois cursos de português para falantes de outras línguas, um curso de Libras, uma oficina de língua espanhola e um curso de Libras. No eixo da formação artístico-cultural foram ofertados um curso de teatro (coordenado e ministrado por um diretor e professor de teatro, externo à Unespar), duas oficinas de música (em parceria com os projetos Utopia e Flamel), além de ensaios abertos a toda comunidade local de Campo Mourão e participamos da organização de uma mesa redonda, coordenada pelo Conselho Regional de Psicologia.

Ressalta-se aqui que as ações do teatro tiveram origem em um contexto anterior, em 2022, em reuniões de sindicatos, que acabou trazendo à tona a discussão sobre migrantes em Campo Mourão e que, por meio disso, um professor e diretor de teatro se aproximou da equipe executora do Prolen. A partir de reuniões realizadas entre a Coordenação do Prolen e ele, as primeiras ações nasceram da necessidade de desenvolver trabalhos artístico-culturais voltados aos migrantes, residentes ou “passantes” no município, no ano de 2023.

Neste mesmo ano, duas ações voltadas a migrantes, em conjunto com o Prolen, foram coordenadas por este professor: uma noite de teatro para migrantes na Casa da Cultura e a abertura de convite a migrantes para um espetáculo no Teatro Municipal de Campo Mourão. Em ambas as noites, foi aberto espaço para que migrantes se pronunciassem, o que o fizeram de forma ativa, inclusive, com relatos sobre a importância da arte em suas vidas.

Em 2024, nasce o primeiro curso de teatro, de 140 horas anuais, com o objetivo de criar um Núcleo de Teatro na Unespar, *campus* de Campo Mourão. A princípio, havia-se um número de vagas voltado aos migrantes, como prioridade, mas elas acabaram sendo preenchidas por membros da comunidade interna e externa à Unespar, todos brasileiros. Ainda em reuniões com o professor de teatro, a coordenação relatou que já havia avaliado que essa seria uma tendência natural, já que as necessidades dos migrantes, de forma prioritária, é a aprendizagem de língua portuguesa, devido ao mundo do trabalho. Se necessidades do estômago (expressões elaboradas por Marx, 2011) ainda não são supridas, as necessidades (da fantasia) se tornam periféricas.

Em relação aos cursos de Libras, o levantamento de necessidades teve origem muito antes de 2023. De fato, em 2020, já havia sido feita uma tentativa de implementação, não bem-sucedida, pois uma professora de Contrato em Regime Especial (CRES), que havia se disponibilizado a ingressar no programa, teve sua saída da instituição antes que qualquer ação formal fosse iniciada. O trabalho ficou interno, restrito entre a coordenação e a professora, na organização de um planejamento do curso que não se efetivou. A partir da contínua demanda pelo curso e com a chegada de uma professora efetiva de Libras no curso de Letras, que se dispôs a contribuir com o programa, é que a implantação finalmente ocorreu no ano de 2024.

As ações referentes à música foram parciais e somente possíveis pela parceria realizada com dois projetos: Utopia e Flamel, a partir de um convênio pela lei federal e outro pela lei municipal de incentivo à cultura. As ações foram parciais porque, por um levantamento de necessidades, muitas pessoas solicitaram cursos de violão e de canto

para iniciantes. Por falta de instrumentos para estudantes e professores, a ação não foi realizada. Em contrapartida, os grupos Utopia e Flamel, que têm uma proposta de popularização de músicas de jazz e de improviso, tanto oficinas quanto apresentações abertas, chamadas de Ensaio Aberto, foram realizadas no âmbito da Unespar, contemplando a participação maior de estudantes dos cursos do *campus* e de músicos (comunidade externa da Unespar) da cidade.

Cursos de espanhol têm sido uma necessidade básica, explicitada em nossas coletas de dados, mas como o curso de Letras do *campus* habilita profissionais para Letras português-inglês e respectivas literaturas, há falta de graduandos e professores da instituição para atuar no programa, criando uma dependência total de voluntários externos à instituição, o que é uma busca constante, ora havendo parcerias, ora não, por falta desses profissionais até mesmo na cidade de Campo Mourão.

Outra ação efetivada surgiu do processo de desenvolvimento das ações voltadas a migrantes, que culminou em uma aproximação com a presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Neste caso, uma mesa redonda intitulada Intersecção entre Política, Território e Saúde Mental foi realizada a partir da tríade direitos humanos, migrantes e psicologia.

Todas as ações efetivadas se tornaram possíveis somente por haver pessoas engajadas com as propostas extensionistas do programa. Pessoas que, em sua maioria, agiram de forma arbitrária, voluntária, não de forma voluntarista, mas a partir de um compromisso social assumido na luta pela superação das desigualdades sociais existentes. Ações com base no levantamento de necessidades (Teoria da Atividade) e mediadas pela leitura da realidade a partir do Método, considerando-se não somente o levantamento de necessidades, mas a sistematização das condições concretas de efetivação de cada ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses resultados mostram a relação entre o aprofundamento teórico e o contexto concreto, a partir da práxis humana. É nas situações concretas que necessidades são levantadas e, com o Método, é que ações podem ser realizadas sistematicamente.

As ações do programa dentro de sua Atividade principal, de natureza extensionista, com o objetivo do desenvolvimento humano, perpassou pela sistematização do levantamento de necessidades da comunidade e a análise das condições materiais.

É importante salientar que existe uma relação dialética entre as ações. Nem sempre suas necessidades surgem com condições de efetivá-las, mas é nosso papel enquanto extensionistas, professores-pesquisadores e enquanto uma instituição universitária buscar materializar as condições necessárias para que as necessidades da comunidade voltadas a um fim sejam supridas, proporcionando desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Rev. Bras. Educ.** n. 29, p. 108-118, 2005.

DEX/UNESPAR. **Ato de Aprovação** n. 056/2017. Ato de Aprovação do Prolen pelo CEPE, 2017.

LEONTIEV, A. O Homem e a Cultura. *In: O Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SFORNI, M. S. de F. Aprendizagem e Desenvolvimento: o papel da mediação. *In: CAPELLINI, V. L. F.; MANZONI, R. M. (orgs.). Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem*: diferentes olhares sobre o processo educacional. Bauru UNESP/FC/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1934] 2009.

CONECTANDO CONCEITOS DA PROPORCIONALIDADE AO MUNDO REAL POR MEIO DO ENSINO EXPLORATÓRIO: UM RELATO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Darci Rafael²

Jefther Giovani Ribeiro³

Anna Flavia Magnoni⁴

Luiz Otavio Rodrigues Mendes⁵

INTRODUÇÃO

A Educação Matemática desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e lidar com os desafios do cotidiano. Entre os conceitos essenciais para o desenvolvimento do raciocínio matemático e para a consolidação do pensamento crítico, destaca-se a proporcionalidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) aponta a proporcionalidade como um conceito-chave para a formação dos estudantes, visto que possui aplicações em diversos contextos do cotidiano e em áreas interdisciplinares do conhecimento. Esse conceito não apenas favorece o desenvolvimento de habilidades matemáticas, como a coleta, a organização e a interpretação de dados, mas também contribui para a formação de competências importantes, como o pensamento crítico (Menduni-Bortoloti; Barbosa, 2017). Nesse sentido, refletir sobre a melhoria dos processos de ensino da proporcionalidade torna-se urgente, pois sua compreensão ainda representa um desafio tanto para estudantes quanto para professores.

Embora a proporcionalidade possua múltiplas aplicações no cotidiano, sua aprendizagem frequentemente apresenta dificuldades para os alunos, uma vez que exige raciocínio lógico e a capacidade de estabelecer relações entre diferentes elementos, algo que nem sempre

² Graduando em Licenciatura em Matemática, UNESPAR, Campus Apucarana.

³ Graduando em Licenciatura em Matemática, UNESPAR, Campus Apucarana.

⁴ Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática, UNESPAR, Campus de Apucarana.

⁵ Doutor em Educação para a Ciência e a Matemática, UNESPAR, Campus de Apucarana.

é simples de ser assimilado, como apontam Santos, Gripp e Barreto (2021). A dificuldade em compreender a proporcionalidade pode comprometer o aprendizado de conceitos mais avançados, como funções e relações matemáticas, que são fundamentais em etapas posteriores da educação. Para Allevato e Costa (2015), a compreensão desse conceito é essencial não apenas para o domínio de outros conteúdos matemáticos, mas também para sua aplicação em situações práticas do dia a dia, como o cálculo de distâncias, velocidades e proporções em receitas culinárias.

Esse cenário reforça a necessidade de repensar as metodologias de ensino aplicadas à proporcionalidade, de modo que os estudantes atribuam significados concretos ao que estão aprendendo, sintam-se motivados a explorar o conteúdo e busquem compreendê-lo de forma mais aprofundada. Allevato e Costa (2015) defendem que a utilização de métodos pedagógicos inovadores é fundamental para facilitar a aprendizagem da proporcionalidade. Uma dessas abordagens é o Ensino Exploratório, que, segundo Serrazina (2021), estimula os alunos a investigarem, discutirem e experimentarem ativamente os conceitos matemáticos, por meio de atividades práticas e desafios que aproximam a Matemática da realidade do estudante.

Nesse contexto, a extensão universitária surge como um meio de integrar a teoria aprendida na universidade com a prática no ensino básico. Tinti e Silva (2021) ressaltam que, por meio de projetos de extensão, é possível estabelecer uma rica troca de experiências entre acadêmicos e professores da Educação Básica, favorecendo a construção de metodologias inovadoras que atendam às necessidades reais dos alunos. Projetos dessa natureza, voltados ao ensino de Matemática, podem contribuir para a formação contínua dos professores e, ao mesmo tempo, oferecer aos estudantes da Educação Básica uma abordagem diferenciada e mais próxima de seu cotidiano, o que facilita a compreensão de conceitos complexos, como a proporcionalidade (Miguel, 2023).

Segundo Miguel (2023), a necessidade de desenvolver tais projetos torna-se ainda mais evidente quando se considera a realidade das escolas públicas, que frequentemente enfrentam dificuldades estruturais

e pedagógicas para oferecer um ensino de qualidade. Santos, Paiva e Lorenzutti (2019) argumentam que projetos de extensão voltados ao ensino de conceitos matemáticos, como a proporcionalidade, podem representar um caminho importante para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas da Educação Básica, ao fornecer apoio contínuo aos professores e promover uma aprendizagem mais interativa e contextualizada para os alunos. Nessa linha, Serrazina (2021) reforça que a metodologia exploratória, ao promover a participação ativa dos estudantes, facilita a compreensão dos conceitos, tornando-os mais significativos e, portanto, mais acessíveis.

Considerando a problemática discutida, este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência de uma prática extensionista desenvolvida na Educação Básica sobre o ensino da proporcionalidade, sob a perspectiva do Ensino Exploratório. Após esta introdução, discutimos o ensino da proporcionalidade e o trabalho com o Ensino Exploratório. Na terceira seção, apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. A principal ênfase deste trabalho está na seção seguinte, em que relatamos a realização do projeto de extensão na Educação Básica. Por fim, expomos nossas considerações sobre todo o processo formativo.

O ENSINO DO CONCEITO DE PROPORCIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO ENSINO EXPLORATÓRIO

A proporcionalidade, no ensino da matemática escolar, é frequentemente abordada por meio do algoritmo da regra de três, mas essa prática pode limitar a compreensão das relações entre grandezas. Menduni-Bortoloti e Barbosa (2017) apresentam como alternativas o ensino de regularidades, funções lineares, razões e escalas, que oferecem caminhos mais ricos. Para os autores, desde os anos iniciais, é possível explorar adições sucessivas, sequências numéricas e padrões geométricos para destacar constantes de proporcionalidade, promovendo a ideia de leis de formação. Outra abordagem envolve comparar razões entre medidas reais e desenhos, como em objetos ou retângulos, analisando áreas e perímetros em diferentes escalas. Assim, Menduni-Bortoloti e Barbosa

(2017) destacam que a proporcionalidade pode ser entendida como um conceito que se comunica por meio de regularidades, funções, razões e escalas, enriquecendo a aprendizagem.

A proporcionalidade é um conceito matemático bastante presente no cotidiano, uma vez que constantemente nos deparamos com situações que exigem a aplicação de noções relacionadas a esse tema. Como exemplos podemos citar a interpretação de estatísticas e gráficos, bem como ampliar/reduzir fotos, analisar plantas de imóveis ou mapas, pois a proporcionalidade está presente em diversas atividades do dia a dia (Silvestre; Ponte, 2008). No entanto, mesmo com esse contato frequente, muitos alunos enfrentam dificuldades para compreender e aplicar esse conceito de forma adequada, o que torna o desenvolvimento do raciocínio proporcional um desafio significativo no contexto escolar. Oliveira (2009, p. 61) comenta, sobre a dificuldade nesse conteúdo, que “para que o ensino da proporcionalidade possa evoluir de maneira a ajudar os alunos na compreensão das relações proporcionais mais difíceis, é importante que o professor possua o maior número possível de informações sobre as estratégias utilizadas pelos alunos, assim como sobre as dificuldades mais presentes”.

Esse desafio é ainda mais relevante porque a proporcionalidade é importante para o aprendizado de diversas disciplinas, tanto no Ensino Fundamental e Médio quanto no Superior (Brasil, 2018). Além de sua importância no ambiente educacional, o conceito também desempenha um papel significativo na vida cotidiana, auxiliando na resolução de problemas práticos e na tomada de decisões. Portanto, para Burgos e Godino (2022), compreender e dominar a proporcionalidade não só contribui para o desenvolvimento de habilidades matemáticas, como também para a aplicação desses conhecimentos em situações reais.

O conteúdo de proporcionalidade deve estar presente, segundo a Base Nacional Comum Curricular, no estudo de: operações com os números naturais; representação fracionária dos números racionais; áreas; funções; probabilidade etc. Além disso, essa noção também se evidencia em muitas ações cotidianas e de outras áreas do conhecimen-

to, como vendas e trocas mercantis, balanços químicos, representações gráficas etc. (Brasil, 2018, p. 268). Quando analisamos o 8.º ano, temos o assunto abordado por meio das habilidades:

(EF08MA12) Identificar a natureza da variação de duas grandezas, diretamente, inversamente proporcionais ou não proporcionais, expressando a relação existente por meio de sentença algébrica e representá-la no plano cartesiano.

(EF08MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam grandezas diretamente ou inversamente proporcionais, por meio de estratégias variadas. (Brasil, 2018, p. 313-314).

Segundo Oliveira e Santos (2000, p. 2), existem conhecimentos e métodos de resolução de problemas relacionados à proporcionalidade que são empregados de maneira descontextualizada. Da mesma forma, Costa e Allevato (2015) concordam sobre a existência de uma fragmentação quando se trata de proporcionalidade, afirmando que há uma desconexão do trabalho com o tema estudado no Ensino Fundamental.

Para que haja uma melhoria nessa questão, devemos inseri-la de forma articulada por meio de atividades que envolvam outras perspectivas para solucionar problemas. Uma proposta que fala exatamente sobre o que acabamos de comentar acima foi desenvolvida por Ruiz e Carvalho (1990), os quais ressaltam que, por meio do ensino da proporcionalidade, devem ser oferecidas condições de vivência aos alunos, ajudando na formação do conceito ao invés de apenas fazê-los memorizar fórmulas e regras.

Nesse contexto, o Ensino Exploratório tem sido amplamente discutido como uma alternativa ao ensino tradicional expositivo, com foco em colocar os alunos como protagonistas de suas aprendizagens. Em consonância com Canavarro (2011), Canavarro, Oliveira e Menezes (2012), e Oliveira, Menezes e Canavarro (2013), essa abordagem valoriza o papel ativo dos alunos no processo de aprendizado. Oliveira e Cyrino (2014) posicionam o Ensino Exploratório dentro da perspectiva mais ampla do ensino baseado na investigação, que enfatiza a investigação e a exploração ativa dos alunos. Essa prática pode ser um caminho interessante para o ensino da proporcionalidade, pois

permite que os estudantes construam seus conhecimentos a partir de situações práticas e contextualizadas, superando as dificuldades comumente enfrentadas.

De acordo com Cyrino e Teixeira (2016), uma aula na perspectiva do Ensino Exploratório ocorre em 4 fases, sendo elas: a) proposição da tarefa; b) desenvolvimento da tarefa; c) discussão da tarefa e d) sistematização. Relacionadas a essas fases estão as ações do professor, que são: antecipar, monitorar, selecionar e sequenciar.

Os elementos centrais do Ensino Exploratório incluem a utilização de tarefas desafiadoras que estimulam a comunicação e a interação social entre alunos e professores, bem como entre os próprios alunos. Essas tarefas são projetadas para serem significativas e relevantes para os alunos, permitindo que eles construam conhecimento a partir de problemas e questões que se conectam com suas experiências anteriores (Canavarro, 2011).

Além disso, a comunicação e a interação social desempenham um papel crucial no Ensino Exploratório. Canavarro, Oliveira e Menezes (2012) afirmam que a linguagem é o principal meio pelo qual o conhecimento é mediado, e as interações são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia, do trabalho colaborativo e da aprendizagem por meio da negociação de significados. O conhecimento é tratado sob uma perspectiva situada e dialógica, que integra a ação colaborativa com a reflexão sobre o que foi aprendido.

Em suma, o Ensino Exploratório em Matemática busca criar um ambiente de aprendizado em que os alunos são ativos na construção de seu conhecimento, por meio de tarefas desafiadoras, comunicação clara e interação social. A ênfase está em proporcionar condições que favoreçam a participação ativa dos alunos, tanto colaborativa quanto individualmente, dentro de um contexto de investigação e exploração.

CARACTERIZANDO METODOLOGICAMENTE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Este estudo é de natureza qualitativa, pois “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível

e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (Lüdke; André, 1986, p. 18). Trata-se também de uma pesquisa descritiva, uma vez que “[...] tem por objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p. 27).

Com esse propósito, buscou-se relatar a experiência de acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática na elaboração e implementação de uma proposta pedagógica voltada ao ensino do conceito de proporcionalidade sob a perspectiva do Ensino Exploratório. A proposta foi desenvolvida no âmbito da disciplina Ensino de Números e Álgebra, integrante da grade curricular do curso, no segundo semestre de 2024. O relato de experiência teve como objetivo descrever as etapas de planejamento, execução e reflexão sobre a prática, destacando os desafios enfrentados e os aprendizados dos acadêmicos durante o processo.

A elaboração da proposta pedagógica foi realizada pelos autores deste trabalho, que, sob a orientação do docente da disciplina, planejaram uma sequência didática de duas horas-aula. A atividade foi estruturada com base nos princípios do Ensino Exploratório, que valoriza a investigação, a descoberta e a construção coletiva do conhecimento pelos alunos. Para isso, os acadêmicos selecionaram atividades que abordavam relações entre grandezas, promovendo a identificação de regularidades e a compreensão da proporcionalidade por meio de situações-problema contextualizadas. O planejamento incluiu a escolha de materiais manipuláveis, como réguas e objetos do cotidiano, e a criação de problemas que incentivassem o raciocínio proporcional.

A implementação da proposta ocorreu em um colégio público do município de Apucarana, Paraná, no segundo semestre de 2024. A atividade foi aplicada em uma turma do 8.º ano do Ensino Fundamental, composta por 29 alunos. Durante as duas horas-aula, os acadêmicos atuaram como mediadores, propondo desafios que estimulassem os estudantes a explorar conceitos de proporcionalidade por meio de discussões em grupo e atividades práticas. A dinâmica contemplou momentos de experimentação, registro de observações e socialização das soluções, permitindo que os alunos construíssem significados para a proporcionalidade de forma ativa.

A coleta de dados para o relato de experiência foi realizada por meio de observações registradas pelos acadêmicos durante a aplicação da proposta, bem como por reflexões escritas elaboradas ao final da atividade. Essas reflexões abordaram as interações entre os alunos, as dificuldades observadas no desenvolvimento das tarefas e as estratégias empregadas para superar os desafios. Além disso, os acadêmicos analisaram os materiais produzidos pelos estudantes, como respostas às questões propostas e representações gráficas, a fim de avaliar o engajamento e a compreensão do conceito de proporcionalidade. A abordagem qualitativa possibilitou uma análise interpretativa, centrada nas percepções dos acadêmicos e nas evidências do aprendizado dos alunos.

Por fim, a sistematização do relato de experiência envolveu a organização dos dados coletados e a redação de um texto descritivo que integrasse as etapas do processo. A análise das reflexões e observações permitiu identificar pontos fortes da proposta, como o envolvimento dos alunos nas atividades exploratórias, e aspectos a serem aprimorados, como a gestão do tempo e a adequação de algumas tarefas ao nível de conhecimento da turma. O relato buscou, assim, contribuir para a formação inicial de professores, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras no ensino de Matemática, com ênfase na proporcionalidade e no Ensino Exploratório.

SOBRE A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ENSINO

A atividade elaborada teve como objetivo desenvolver a capacidade de resolver e elaborar problemas que envolvem relações de proporcionalidade direta e inversa entre grandezas, aplicando esses conceitos em contextos tangíveis. Os alunos foram desafiados a trabalhar com divisão em partes proporcionais e taxa de variação, utilizando estratégias diversificadas para compreender e solucionar os problemas propostos. A atividade se constituiu com a finalidade de levar os estudantes a perceberem como a proporcionalidade está presente em diversas áreas do conhecimento e da vida prática, desenvolvendo habilidades matemáticas essenciais para a análise e interpretação de situações reais.

Além disso, buscou-se aprimorar a capacidade de identificar a natureza da variação entre duas grandezas, reconhecendo se são diretamente proporcionais, inversamente proporcionais ou não proporcionais.

Cabe ressaltar que a professora regente da turma havia informado previamente que os estudantes já tinham estudado o referido conceito. O ponto de partida foi a proposição de uma tarefa matemática cujo contexto diferia dos apresentados em livros didáticos. Segundo os pressupostos do Ensino Exploratório, a primeira ação em sala de aula é a proposição da tarefa, momento que requer diversas antecipações. Assim, descrevemos tais ações em ordem cronológica, iniciando pela construção da tarefa matemática (Cyrino; Teixeira, 2016).

No decorrer das aulas da disciplina Ensino de Números e Álgebra, realizadas semanalmente, promovemos discussões teóricas sobre como escolher, criar ou adaptar uma tarefa que pudesse ser utilizada como recurso potencial para o ensino do conceito de proporcionalidade. Tais discussões abordaram o significado de uma tarefa matemática, a forma de utilizá-la como ponto de partida e outras questões pertinentes. A partir delas, no início do segundo semestre, iniciamos o planejamento da implementação da atividade.

Num primeiro momento, optamos por adaptar uma tarefa, ou seja, reelaborar um problema já existente. O tema escolhido foi a irrigação de um jardim, cujo problema original foi extraído de um livro didático do Ensino Fundamental, disponibilizado pela universidade por meio do acervo da biblioteca do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. A escolha desse tema justificou-se por se tratar de um contexto geralmente familiar aos estudantes, permitindo abordar o conceito de proporcionalidade em diferentes situações, como a quantidade de fertilizante utilizado ou o volume de água necessário. Entretanto, em uma reunião posterior, percebemos que, embora o problema apresentasse diversas potencialidades, estas somente seriam exploradas mediante intervenções que poderiam comprometer a autonomia dos educandos, o que nos levou a reconsiderar a abordagem.

Diante da dificuldade de encontrar uma situação mais adequada, decidimos criar um problema baseado em um contexto local, que se mostrou bastante pertinente tanto no período de elaboração quanto na implementação. Naquele momento, a cidade enfrentava uma epidemia de dengue e diversas medidas estavam sendo adotadas para mitigar os impactos da doença. A comunidade encontrava-se mobilizada em relação às precauções necessárias, destacando-se, entre elas, o descarte adequado de pneus velhos, que se tornou o eixo central do problema elaborado. Essa abordagem possibilitou integrar o conteúdo matemático a uma questão relevante e atual, promovendo maior engajamento e compreensão por parte dos alunos.

O processo de elaboração do problema envolveu várias etapas, a saber:

- a. a criação de uma situação inicial;
- b. a discussão com a professora da disciplina e os colegas do grupo;
- c. a reestruturação do enunciado, de modo a alinhá-lo ao conteúdo que desejávamos ensinar; e
- d. a validação do enunciado, garantindo que atendesse plenamente aos objetivos de ensino propostos.

A versão final da sequência é apresentada a seguir, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Problema proposto na perspectiva do ensino exploratório sobre proporcionalidade.

Enunciados
1. Quantos pneus são necessários para atingir o peso total de 1 tonelada? 2. Utilizando somente o combustível produzido com este processo, qual seria a quantidade de pneus necessários para abastecer um carro popular que anda 4 mil quilômetros? 3. Utilize os meios que achar conveniente para descrever qual é a quantidade necessária de pneus para produzir uma certa quantidade de combustível. 4. Estime qual é a quantidade de combustível que seria produzida se todos os pneus que seriam descartados fossem processados desse modo.

Fonte: Os autores.

De acordo com a atividade apresentada no Quadro 1, compreendemos que ela deve propiciar significados aos alunos. Essa é a mesma perspectiva de Canavarro (2011), que destaca que as tarefas precisam ser desenvolvidas de maneira significativa para os estudantes, pois isso tende a potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Assim, situadas as ações de planejamento da proposta de ensino, na sequência apresentamos o desenvolvimento da aula.

No início da aula, a turma foi dividida em grupos, de acordo com o número de alunos presentes, sendo possível constituir oito grupos de três a cinco integrantes cada. Com os estudantes já organizados, iniciou-se a introdução. Mediados pelo professor regente, foi conduzida uma conversa informal sobre a epidemia ocorrida no início do ano, momento em que se levantou a questão: O que deve ser feito com os pneus após o uso? Os alunos mencionaram a existência de uma central de coleta próxima ao colégio. Um estudante relatou ainda que seus familiares haviam participado de um mutirão para auxiliar vizinhos nos cuidados necessários com os quintais.

Após a introdução do tema, deu-se continuidade ao processo com a proposição da tarefa. A atividade foi entregue impressa, possibilitando que cada estudante tivesse acesso ao material de forma individual e concreta. A leitura e interpretação do enunciado ficaram inteiramente a cargo dos alunos, sem a necessidade de intervenção direta dos professores nessa fase inicial. Essa estratégia buscou estimular a autonomia dos estudantes, incentivando-os a assumir a responsabilidade pela compreensão do problema e pela organização de suas ideias, conforme defendem Canavarro, Oliveira e Menezes (2012).

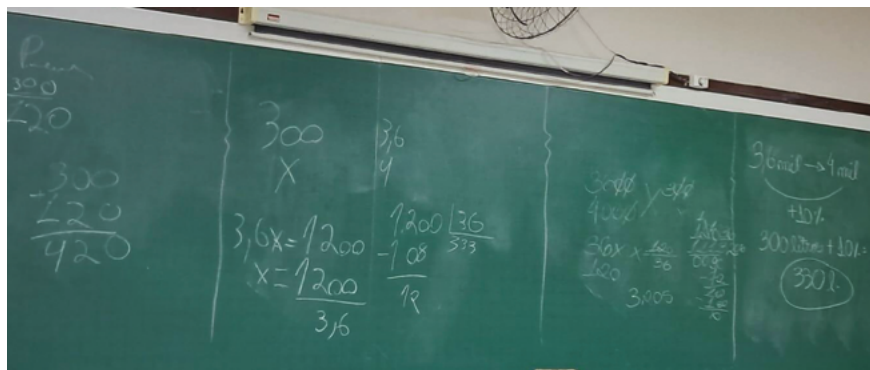
Quanto ao desenvolvimento da tarefa, enquanto futuros professores, destacamos que o desafio maior foi a intervenção diante das dúvidas surgidas no processo de resolução dos problemas, uma vez que se buscou respeitar a autonomia dos estudantes. Essa tarefa revelou-se complexa, pois, embora a maioria dos alunos recorresse ao mesmo método, as resoluções apresentavam particularidades distintas.

Alguns estudantes demonstraram insegurança em relação a seus cálculos e perguntaram insistentemente se o caminho escolhido esta-

va correto. Nesses casos, o professor os incentivava a discutir com os colegas de grupo a veracidade dos resultados obtidos. Outros alunos apresentaram dificuldades quanto à estruturação dos cálculos. A maioria utilizou a estratégia das divisões de grandezas proporcionais, mas muitos não sabiam exatamente como estruturar a razão de proporção. Nesse caso, conforme recomendam Oliveira, Menezes e Canavarro (2013), orientamos que finalizassem a resolução e analisassem se o resultado fazia sentido no contexto, além de sugerir que conferissem suas soluções com os colegas.

Destacaram-se, de forma concomitante ao desenvolvimento, ações de seleção, sequenciação e monitoramento das resoluções. Essas ações tiveram como objetivo embasar a posterior discussão dos resultados; para tanto, foram escolhidas resoluções corretas e incorretas, de modo a fomentar a análise crítica e possibilitar a revisão de ideias e procedimentos. Concluídas essas etapas, foi realizada a discussão da tarefa. Alguns estudantes foram convidados a compartilhar suas resoluções com a turma, registrando-as na lousa e apresentando suas explicações aos colegas.

Figura 1 – Registro das resoluções dos estudantes



Fonte: Acervo dos autores (2024).

O confronto das resoluções se mostrou enriquecedor, pois as vastas maneiras de resolução embasaram a análise do algoritmo da divisão, “regra de três”, proporcionalidade e afins. O erro mais comum que se

manifestou foi o modo de operar a divisão. Havia casos em que os estudantes misturavam os algoritmos de estimativa e o “convencional”, assim como falha na interpretação dos resultados da operação.

Por fim, na sistematização do conteúdo, foi pautada a interdisciplinaridade da proporcionalidade e conceitos como grandezas bem como princípio fundamental da proporcionalidade foram retomados. Essa etapa foi finalizada com a exemplificação da “regra de três” utilizando polígonos semelhantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao planejar e executar uma sequência de aulas sob a perspectiva do Ensino e Aprendizagem de Matemática via Ensino Exploratório, concluímos que não se trata de uma atividade simples, pois envolve múltiplas ações dos educadores, que devem ser realizadas em um curto espaço de tempo. Considerando a experiência descrita no projeto de extensão, as ações de auxílio aos alunos durante a resolução das tarefas e a criação da proposta mostraram-se as mais complexas entre todas, e, para professores em formação inicial, essa dificuldade se acentua ainda mais.

Por outro lado, ao adotarmos essa perspectiva em sala de aula, oportunizou-se aos alunos assumir o papel central no processo de ensino-aprendizagem, o que os motivou e favoreceu seu interesse na busca das respostas. Como consequência, os conhecimentos prévios foram valorizados e a construção da Matemática ocorreu de maneira mais natural.

A atividade de extensão realizada por meio da implementação da proposta pedagógica sobre proporcionalidade, fundamentada no Ensino Exploratório, revelou-se uma experiência enriquecedora tanto para os acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática quanto para a comunidade escolar de Apucarana. Ao promover uma abordagem dinâmica e participativa, a iniciativa não apenas fortaleceu a formação inicial dos futuros professores, como também proporcionou aos alunos do 8.º ano do Ensino Fundamental um contato significativo com a Matemática, estimulando o pensamento crítico e a resolução

de problemas contextualizados. Essa interação entre universidade e escola pública reforçou o papel da extensão universitária como elo essencial para a construção de saberes colaborativos, beneficiando a comunidade ao ampliar o acesso a práticas educacionais inovadoras e incentivando o desenvolvimento de competências matemáticas de forma engajadora e significativa.

Por fim, é perceptível o quanto a experiência vivenciada no decorrer da elaboração dessas aulas foi enriquecedora. Destaca-se o essencial auxílio proporcionado pelos estudos contemplados na disciplina Ensino de Números e Álgebra, apresentados por sua professora regente, tanto na elaboração da tarefa quanto nas previsões de possíveis resoluções dos alunos e, também, na aplicação posterior. Em relação a futuras propostas de ensino, consideramos o uso do Ensino Exploratório uma opção válida e pertinente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BURGOS, M; GODINO, J. D. Prospective primary school teachers' competence for analysing the difficulties in solving proportionality problem. **Mathematics Education Research Journal**, v. 34, n. 2, p. 269-291, 2022.
- CANAVARRO, A.; OLIVEIRA, H.; MENEZES, L. **Práticas de ensino exploratório da matemática**: o caso de Célia. *In*: Encontro de Investigação em Educação Matemática 2012: Práticas de ensino da Matemática. Castelo de Vide: SPIEM, 2012. p. 255-266.
- CANAVARRO, A. P. Ensino exploratório-investigativo da Matemática: práticas e desafios. **Educação e Matemática**, n. 115, p. 11-17, nov./dez. 2011.
- COSTA, M. dos S.; ALLEVATO, N. S. G. Futuros professores de matemática e o ensino de proporcionalidade através da resolução de problemas de geometria. **Boletim GEPEM**, 2012. DOI: 10.4322/gepem.2014.017.
- CYRINO, M. C. C. T.; TEIXEIRA, B. R. O ensino exploratório e a elaboração de um *framework* para o recurso multimídia. *In*: CYRINO, M. C. C. T. (org.). **Elaboração de recursos multimídias para a formação de professores que ensinam Matemática**, no prelo, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, C. C. **Perspectiva do ensino exploratório:** promovendo aprendizagens de professores de matemática em um contexto de comunidade de prática. 2017. 200 f. Tese. (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

OLIVEIRA, H.; CYRINO, M. Developing knowledge of inquiry-based teaching by analyzing a multimedia case: one study with prospective mathematics teachers. *SISYPHUS*, v. 1, n. 3, p. 214-245, 2013.

OLIVEIRA, H.; MENEZES, L.; CANAVARRO, A. P. Conceptualizando o ensino exploratório da Matemática: contributos da prática de uma professora do 3.º ciclo para a elaboração de um quadro de referência. *Quadrante*, v. 22, n. 2, p. 29-53, 2013.

OLIVEIRA, I. Proporcionalidade: estratégias utilizadas na resolução de problemas por alunos do ensino fundamental no Quebec. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, ano 22, n. 34, p. 57–80, 2009.

OLIVEIRA, I. A. F. G.; SANTOS, M. C. **O ensino fundamental e a resolução de problemas de proporção simples: uma análise das estratégias.** 2000. Disponível em: <https://bnd.art.br/qUaKDL>. Acesso em: 15 maio 2025.

MARINS, A. S. **Conhecimentos profissionais mobilizados/desenvolvidos por participantes do PIBID em práticas de Ensino Exploratório de Matemática.** 2019. 225 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

MENDUNI-BORTOLOTTI, R. D.; BARBOSA, J. C. A Construção de uma Matemática para o Ensino do Conceito de Proporcionalidade Direta a partir de uma Revisão Sistemática de Literatura. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 31, p. 947-967, 2017.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. *Revista Práxis Educacional*, v. 19, n. 50, 2023.

MOTA, H. D. F. **Desenvolvimento profissional de futuros professores de Matemática na exploração de um caso multimídia na perspectiva do Ensino Exploratório.** 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RUIZ, A. R.; CARVALHO, A. M. P. O conceito de proporcionalidade. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 97-131, 1990. DOI: 10.1590/S0102-25551990000100005.

SANTOS, A. L.; PAIVA, M. A. V.; LORENZUTTI, A. Investigando o conceito de proporcionalidade em uma formação continuada de professores. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 8, n. 1, p. 120-131, 2019.

SANTOS, R. A.; GRIPP, L. R.; BARRETO, T. C. C. O Ensino de Proporcionalidade com uma Abordagem Lúdica por meio da Robótica Educacional. **Educação Matemática em Revista**, v. 26, n. 73, p. 170-181, 2021.

SERRAZINA, L. Aprender Matemática com compreensão: raciocínio matemático e ensino exploratório. **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 12, n. 3, p. 2-19, 2021.

SILVESTRE, A. I.; PONTE, J. P. Tarefas de investigação e novas tecnologias no ensino da proporcionalidade. **Educação e Cultura Contemporânea**, p. 61-89, 2008.

TINTI, D. S.; SILVA, J. F. A extensão universitária como possibilidade de constituição de espaços colaborativos para a formação de professores que ensinam matemática. **Com a Palavra, O Professor**, v. 6, n. 14, p. 337-352, 2021.

"CINEMA NA PRAÇA" COMO PRÁTICA DE APRENDIZAGEM E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE TURISMO

Carla Caroline Holm⁶

Tatiana Colasante⁷

Rosinaldo Nunes Cardoso⁸

INTRODUÇÃO

Historicamente as praças são um ponto de encontro para as pessoas e isso se dá em diferentes contextos: seja a partilha de ideias, movimentos coletivos, fechamento de negócios ou para ter nelas momentos de lazer e entretenimento em ambientes públicos e gratuitos espalhados pelas cidades (Spósito, 2000). Em Campo Mourão, município do noroeste do estado do Paraná, o cenário não seria diferente e é nas praças que muitos moradores encontram o ambiente oportuno para socializar e ter a fuga do seu cotidiano habitual.

Sabendo desta realidade, usar este ponto de encontro como palco para promoção de atividades relacionadas ao turismo surge como oportunidade de levar ao conhecimento destas pessoas informações importantes do setor: sua constituição, suas reflexões cotidianas, suas preocupações coletivas, bem como suas oportunidades de trabalho e/ou desenvolvimento interpessoal. Foi analisando estes ambientes e discutindo a importância social deles para os moradores da cidade que os estudantes do 3.º semestre do Curso de Turismo (ano 2024) – ainda durante a disciplina de “Cidades e Turismo” – levantaram os seguintes questionamentos:

⁶Doutora em Geografia, Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Docente do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão). E-mail: carla.caroline@ies.unespar.edu.br

⁷Doutora e Mestre em Geografia e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão). E-mail: tatiana.colasante@unespar.edu.br

⁸Mestre em Administração (UEM), Especialista em Inteligência Competitiva e Gestão de Pessoas e Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Diretor de Pesquisa e Gestão do Instituto de Pesquisa e Gestão de Campo Mourão (IPPLAN). E-mail: rosinaldo_cardoso@hotmail.com

- Mas professora, as praças daqui só têm parquinho e mais nada [...]
- Professora, ninguém além das crianças e dos idosos vão às praças [...]
- Ir lá [nas praças] pra fazer o quê? Todas as atividades de lazer [shows, teatros, danças, exposições, feiras etc.] só acontecem no centro. E quem não tem como chegar?
- E quem não se sente bem lá [na praça central], porque acha que não tem direito a usar este espaço no centro da cidade? Como fica?

Baseado nestas inquietações que emergiram dos próprios universitários ao aprender sobre crescimento e desenvolvimento urbano, além do direito à cidade e acesso ao lazer como direito fundamental previsto na Constituição de 1988 – conceitos profundamente estudados na Geografia e Sociologia e essenciais à formação do turismólogo – que o “Cinema na Praça” se constituiu como proposta de curricularização de extensão vinculada à disciplina “Desenvolvimento de Projetos de Extensão em Turismo” – prevista para ser ministrada no semestre subsequente daquele mesmo ano e para a mesma turma. Buscando aproximar a teoria da prática, a proposta foi construída de forma colaborativa, cabendo aos profissionais fazer a provocação com perguntas condutoras específicas e a orientação sobre a adequada atuação profissionalizada e estratégica diante de situações reais de contato com a sociedade em suas diferentes camadas (gestores públicos, empreendedores privados, meios de comunicação e moradores ordinários das diferentes realidades locais).

Considera-se que ao colocar os estudantes como protagonistas da atividade, desde a leitura da teoria existente sobre acesso ao lazer e uso do espaço público, até a montagem e operacionalização das incursões práticas com a sociedade, cumpriu-se com as orientações institucionais acerca da extensão universitária (arts. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da Resolução 042/2022 – CEPE/UNESPAR). Além disso, ao ser apresentada uma proposta que foi ao encontro de uma demanda social local (acesso ao lazer e entretenimento), atingiu-se os objetivos esperados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, que na atualidade dá os direcionamentos para a institucionalização da extensão universitária como atividade oportuna de aproximação e articulação entre academia e sociedade.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO EM TURISMO

A extensão universitária é uma prática que permite que o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula se materialize junto da sociedade – a que deve ser a principal beneficiária de tudo aquilo que se produz de conhecimento técnico-científico. Ela é parte fundamental tanto para os estudantes quanto para aqueles que se beneficiam de intervenções emergidas deste grupo, porque estas iniciativas podem ganhar eco em ambientes com problemas e necessidades reais, ao mesmo tempo em que os futuros profissionais podem aprender com o saber popular e cotidiano habitual destes sujeitos.

De acordo com Malerba, Landi e Rejowski (2011), esta atividade como parte do ambiente acadêmico é uma prática formativa social que integra de maneira indissociada o ensino e a pesquisa e compartilha, pela natureza da sua existência, os resultados e reflexões disso com o público que está fora dos muros da academia. Sabendo disso, estimulá-la ao longo do período formativo no ensino superior é necessário, pois, tal como o estágio, torna-se um período de vivência real da prática que o acadêmico-profissional terá no futuro vindouro.

Ao se ter isto em perspectiva, cumpre-se com a Resolução n.º 07 do Conselho Nacional de Educação – CNE (2018), que em seu art. 6.º afirma que a extensão universitária: a) contribui com o estudante; b) dialoga com os setores da sociedade; c) expressa o compromisso social das instituições de ensino e seus membros; d) promove a reflexão crítica e ética; e e) atua na produção de conhecimento que contribui para o desenvolvimento.

Cientificamente diz-se que o turismo é uma das ferramentas estratégicas que podem gerar desenvolvimento nas localidades, contudo, para que isto ocorra faz-se necessária a atuação do profissional no planejamento cuidadoso da atividade (Binfaré *et al.*, 2016). Esta etapa é fundamental, porque é nela que se consegue ter um diagnóstico da realidade e pode-se prospectar o futuro desejado do setor; para fazê-la respeitando os princípios éticos da profissão e potencializando os resultados positivos que podem ser gerados, no entanto, faz-se neces-

sária a participação dos diferentes sujeitos interessados em todas as etapas deste processo, dos quais menciona-se poder público, iniciativa privada, instituições de ensino, terceiro setor e sociedade como um todo (Binfaré *et al.*, 2016).

Para cumprir com isso, historicamente vê-se a participação das universidades nas etapas de planejamento da atividade que visam ao desenvolvimento responsável do turismo, pois entende-se que é por meio do conhecimento científico produzido nestas instituições que são tomadas decisões mais assertivas sobre o futuro do setor e das localidades que o elegem como uma das ferramentas e/ou estratégias para se alcançar o desenvolvimento. Diante disso, pela própria natureza da atividade, é possível dizer que a formação de profissionais atentos às realidades do setor e que contribuam para que ele tenha seus resultados potencializados é uma necessidade que se impõe (Malerba; Rejowski, 2014).

Com isto posto, entende-se que estimular o papel ativo, participante e protagonista dos estudantes nestes processos faz com que haja uma formação mais sólida para a área de atuação deste futuro profissional, portanto, investir na extensão universitária e integrá-la aos currículos acadêmicos de Turismo é um diferencial formativo e competitivo ao mesmo tempo, pois aproxima e prepara o estudante de maneira mais consistente àquilo que será sua realidade de atuação.

A FORMAÇÃO EM TURISMO NA UNESPAR/CAMPO MOURÃO

O Curso de Turismo na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *campus* de Campo Mourão existe desde o ano 2001 e quando da sua implantação surgiu com o propósito de desempenhar um papel essencial no desenvolvimento turístico da cidade sede e região (Unespar, 2020). Desde então, sua matriz curricular sofre adequações para atender às novas demandas, respeitando-se as características da região em que se insere, e objetiva com isso proporcionar uma formação atualizada e comprometida com “formar turismólogos engajados na proteção do meio ambiente natural e cultural e em ações voltadas ao desenvolvimento humano” (Unespar, 2020, p. 6).

Entre as recentes mudanças para atender à Resolução 07/2018 do CNE, o Curso passou a integralizar na Matriz Curricular 10% da sua carga-horária para a curricularização da extensão – distribuídas em disciplinas teórico-práticas e com potencial efetivo de promover mudanças reais e positivas junto da sociedade. Assim sendo, durante o período formativo os estudantes são incentivados a estabelecer contato com a sociedade, identificar suas demandas e a partir disso propor melhorias que beneficiem os sujeitos consumidores e/ou afetados pela dinâmica da própria atividade.

Nas experiências tidas desde essa mais recente mudança, foi possível ampliar, fortalecer e desenvolver o ecossistema do turismo na cidade e região, além de proporcionar uma rápida compreensão pela sociedade do papel e importância da figura do turismólogo atuando em diferentes frentes que, por meio do conhecimento adquirido na universidade, pode contribuir substancialmente para a melhoria das realidades em que se insere. Diz-se isto porque, ao longo do processo formativo, devidamente orientados pelos professores e profissionais da área com quem têm contato, os estudantes têm conseguido desempenhar papéis essenciais como agentes de sensibilização, formação e qualificação para/pelo turismo, além de exercerem papel essencial de disseminadores de informações sobre o setor – o que faz com que a população, ainda carente disso, se reconheça como parte interessada, ativa e passível de consumo daquilo que as realidades local e regional têm a oferecer.

"CINEMA NA PRAÇA" COMO ATIVIDADE DE LAZER E FERRAMENTA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O TURISMO

Durante o ano de 2024 os estudantes do 2.º ano de Turismo tiveram contato com extensão universitária por meio de sete disciplinas distribuídas nos dois semestres, sendo elas: Cidades e Turismo; Ecoturismo; Gestão Pública do Turismo; Desenvolvimento de Projetos em Turismo; Sistemas Operacionais de Agenciamento; Tecnologia da Informação e Comunicação; e Turismo Rural. De acordo com o Regulamento de Curricularização de Extensão do Curso, estas disciplinas demandam a proposição de um projeto integrador, com objetivo comum, cujas ações resultem em uma

melhoria global para o recorte social escolhido (Unespar, 2020); junto das demais disciplinas da série, os estudantes são estimulados a pensar as realidades em que estão inseridos e/ou têm contato, se aproximar delas para que então – junto da comunidade – consigam pensar em estratégias positivas para fortalecer o setor turístico local e/ou regional.

Diante deste cenário, a partir do coletivo de discussões, incursões práticas e investigações de necessidades/demandas sociais, no segundo semestre surgiu o projeto integrador intitulado “Intervenções turísticas em Campo Mourão: a praça como palco de construções coletivas”, cujo objetivo foi se apropriar das praças locais e estimular que os moradores também o fizessem – na intenção de mostrar que elas são públicas e devem ser vistas como ambiente de socialização, integração, aprendizado e referência turística. Esta proposta emergiu justamente porque o coletivo de discussões devidamente fundamentadas nas disciplinas da série (com carga-horária destinada à extensão ou não) fez com que o grupo de estudantes percebesse que as atividades turísticas de lazer de Campo Mourão estavam concentradas na área central da cidade e, em sendo assim, havia uma marginalização do acesso àquilo que é direito constitucional: o lazer.

De acordo com a Constituição Federal, em seu art. 6.º, “**São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (Brasil, 1988, s/p, grifo próprio). Neste sentido, pensar e planejar uma cidade que incluía isso no cotidiano de seus moradores passa a ser responsabilidade também de turismólogos que atuarão no serviço público e têm, também como dever ético, que se atentar a tal responsabilidade para fortalecimento e desenvolvimento do setor.

Sob este viés, o projeto buscou corrigir algumas disparidades acerca do acesso ao lazer em Campo Mourão e, para isto, especificamente na disciplina de “Desenvolvimento de Projetos de Extensão em Turismo”, a proposta advinda dos estudantes foi de proporcionar atividades vinculadas ao lazer e entretenimento às comunidades periféricas da cidade. Pensando em algo inovador, do ponto de vista da realidade

destes sujeitos e do que comumente se associa ao turismo, surgiu a iniciativa de promover sessões cinematográficas para reunir as famílias nas praças locais, podendo a partir desta atividade lúdica se iniciar um diálogo acerca do que é a atividade turística, qual o seu papel perante à comunidade local, que tipo de preocupações se relacionam com a prática e como a figura do profissional da área pode fazer a diferença para os turistas, mas, sobretudo, para moradores.

Para tanto, a ação disciplinar foi planejada e executada em etapas e de maneira colaborativa, conforme segue:

- Entendendo a correlação entre lazer e turismo e o papel do turismólogo nesta mediação: os estudantes foram incentivados a fazer leituras acerca dos temas turismo, lazer, responsabilidade social e extensão universitária. A partir delas houve seminários em sala para discussão da aplicação de tais teorias na realidade vivida.
- Planejando o “Cinema na Praça”: a partir do conhecimento teórico apreendido, a classe foi convidada a pensar como a aplicação dos casos estudados se daria em Campo Mourão e que agentes sociais deveriam se envolver para que o cinema social fosse operacionalizado. Com a ideia delineada, foram distribuídas as responsabilidades de: a) curadoria dos filmes; b) levantamento estrutural e material dos locais a serem feitas tais atividades; c) definição dos papéis em cada dia de exibição (chamados de eventos); d) divulgação dos eventos e integração com a sociedade; e e) organização do cerimonial que envolveria desde a recepção do público, até a mediação dos diálogos/reflexões a partir dos filmes reproduzidos.
- Executando a proposta: tendo todo o planejamento da ação definido, foram executadas 4 exibições cinematográficas e, em cada praça visitada, todos os estudantes eram os responsáveis desde a montagem da estrutura até a limpeza das praças pós-evento. Em cada exibição havia responsabilidades individuais e coletivas e os papéis de alternavam em cada evento – de modo que todos poderiam participar de todos os processos.

APRENDIZAGEM NÃO FORMAL POR MEIO DO TURISMO: OS RESULTADOS DESTA INICIATIVA CINEMATOGRÁFICA

Se o papel do turismólogo é planejar a atividade com a intenção de potencializar seus benefícios e, para isto, precisa integrar diferentes sujeitos em busca do alcance de objetivos comuns, o “Cinema na Praça” foi uma ferramenta que materializou esta teoria na prática. Os estudantes da disciplina de “Desenvolvimento de Projetos de Extensão em Turismo” foram estimulados a pensar como o turismo pode ser uma atividade que democratiza o acesso ao lazer e entretenimento, organizando, para isto, exibições fílmicas que associaram a cultura ao aprendizado sobre a atividade e diversas questões que a ela se relacionam direta ou transversalmente, conforme demonstram as figuras 1 e 2.

Figura 1 – Estudantes da disciplina de Desenvolvimento de Projetos de Extensão em Turismo na exibição piloto do projeto Cinema na Praça.



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Figura 2 – Estudantes da disciplina de Desenvolvimento de Projetos de Extensão em Turismo na primeira exibição oficial do projeto Cinema na Praça.



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Com o propósito de transformá-los em protagonistas deste contato com a sociedade, eles puderam vivenciar na prática experiências profissionais que, subsidiadas pela teoria apreendida em sala de aula nas variadas disciplinas, permitiram lançar um olhar sensível à realidade de quem vive às margens da área central de Campo Mourão e de como o lazer é experienciado nestes locais. Conforme mencionado, a extensão universitária é uma prática indissociável do ensino e da pesquisa e foi por meio destas estratégias que eles conseguiram se enxergar como profissionais com compromisso ético que extrapola a busca pelos ganhos econômicos advindos da atividade.

Ao identificar a praça como um ambiente comum subutilizado pela atividade turística, os discentes fizeram a inventariação destes locais para receber o cinema social itinerante que foi capaz de descentralizar o acesso lazer de Campo Mourão. Foram inventariadas oito praças da cidade e, como resultado, constatou-se que três delas efetivamente tinham condições de receber uma estrutura desta natureza que envolvia, entre outras coisas, necessidade de ponto de energia para a reprodução

fílmica e segurança para todos os durante os dias da semana e período da noite – habitualmente dias e horários pouco frequentados pela população, o que torna estes ambientes mais vulneráveis (e que exige do profissional da área a proposta de intervenções que transformem positivamente tal cenário).

Depois de estudarem sobre as questões legais de uma atividade desta natureza, foram os responsáveis por contactar o poder público local que, por meio da pasta responsável pelo turismo no município, prontamente disponibilizou equipe de suporte para a montagem da estrutura – inclusive sob alegação de que isto estava alinhado com alguns objetivos institucionais, do qual destaca-se a ampliação na oferta de atividades socioculturais para a população local. Ao tomarem esta iniciativa, nota-se que por meio do projeto os alunos começam a pôr em prática os ideários do planejamento participativo – em que são chamados diferentes atores para conversar em prol de um objetivo comum – além de contribuírem com uma demanda efetivamente existente e até o momento estava sem nenhuma intervenção efetiva na realidade mourãoense.

Com a parte estrutural, administrativa e legal resolvida, o grupo foi responsável por fazer a curadoria de filmes que atendessem à legislação para serem reproduzidos em praça pública; para tanto, mais do que selecionar um filme para ser reproduzido, ele precisava ter conteúdo educativo e abrir possibilidades para o diálogo acerca da atividade turística. Após a conclusão da tarefa, os estudantes apresentaram duas propostas, sendo ambas produções paranaenses e que permitiam, por meio do seu conteúdo, a abordagem de reflexões acerca de imigração, identidade cultural, gestão de viagens e turismo, responsabilidade social, ética, cidadania, respeito às diferenças e diversidade cultural, além dos 17 ODS` s de maneira indireta.

Esta etapa tendo sido concluída, mais uma vez o grupo foi provocado a, a partir do conhecimento técnico adquirido, exercitar a capacidade criativa, pois tinham como responsabilidade comunicar os eventos em cada uma das praças. Para isto, precisavam: a) criar matérias para os jornais de circulação local/regional; b) desenvolver conteúdo para as redes sociais; e c) participar de programas de rádio e TV – sempre

com a finalidade de divulgar a iniciativa e convidar a população em geral, sobretudo a dos bairros selecionados, a participar das exibições cinematográficas, conforme exemplifica-se na figura 3.

Desde a arte padrão selecionada para a ação até a gestão das mídias sociais do curso, perpassando pelas entrevistas em rádio e escrita de matérias para o *site* institucional, todo o processo de comunicação da informação da atividade também esteve sob responsabilidade estudantil, de modo que, além de ser possível atribuir aprendizado e responsabilidade a cada envolvido, também pode-se despertar o senso de pertencimento à iniciativa e a compreensão na prática daquilo que é parte do cotidiano profissional do turismólogo à frente de projetos com a sociedade.

Figura 3 – Arte para redes sociais de convite à população para apreciar uma das exibições do Cinema na Praça



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Alguns *links* das demais publicações feitas pelos estudantes podem ser acessados em:

- <https://bnd.art.br/ZkaFuo>
- <https://bnd.art.br/J74Afl>
- <https://bnd.art.br/OgnmRw>
- <https://bnd.art.br/a1l8Nv>
- <https://bnd.art.br/yMTnZx>

Note-se que a ação extensionista focou no protagonismo estudantil e no aprendizado prático que isto seria capaz de proporcionar ao grupo, pois constantemente o grupo era convidado a refletir e tomar decisões rápidas que implicavam necessariamente no público ao qual visava-se levar lazer e entretenimento, além de conhecimento acerca da amplitude da atividade turística. Sem romantizar qualquer etapa ou mascarar os desafios postos para a curricularização da extensão em uma universidade pública, os benefícios para pensar o turismo, para a sociedade e para a formação destes estudantes, conseguem se sobressair, pois por meio da iniciativa foi possível enriquecer as experiências turísticas dos moradores locais de um lado, ao mesmo tempo em que se pôde potencializar a formação dos graduandos de outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste artigo evidencia o potencial transformador dos projetos de extensão universitária no tocante ao lazer e entretenimento, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da universidade pública como agente ativo na democratização do acesso à cultura, ao conhecimento e à formação completa, complexa e cidadã – quando observado sob a ótica de seus estudantes. A realização de exposições cinematográficas nas praças de Campo Mourão constituiu-se como uma prática extensionista alinhada aos princípios orientadores da Política Nacional de Extensão Universitária, conforme estabelecido pela Resolução 07/2018 do CNE, e o fato de os estudantes assumirem o protagonismo em todo o processo reafirmou o compromisso do

curso de Turismo do *campus* de Campo Mourão em fazer cumprir integralmente os princípios postos no Regulamento vigente no tocante à sensibilidade aos problemas e apelos da sociedade; interação com os mais diversos setores da sociedade; efetiva difusão e aplicação dos conhecimentos; dimensão acadêmica e formativa, com a participação ativa de estudantes na equipe executora, em diálogo com a comunidade; além da relação autônoma, crítico-propositiva, participativa e transformadora com relação às políticas públicas (ainda em fase de criação e implementação pelo poder público local).

O Cinema na Praça foi uma estratégia de sucesso, porque associou em todas as etapas o ensino, a pesquisa e a extensão e colocou o tripé da universidade a serviço pleno da formação estudantil e da sociedade à qual está inserida. Inegavelmente promovendo impactos positivos na formação do estudante e na sociedade em que tais eventos foram promovidos, compreende-se que foi cumprido, por meio da curricularização da extensão, um dos principais objetivos prospectados institucionais quando se fala da extensão universitária, a saber, “a execução de atividades cujo desenvolvimento implique relações e inter-relações com a sociedade de forma participativa e democrática” (Unespar, 2022, s/p).

Entende-se que essa aproximação entre universidade e sociedade permitiu a vivência de realidades diversas, contribuindo significativamente para a formação cidadã, ética e crítica dos estudantes envolvidos, ampliando sua compreensão sobre o papel social da educação superior. A partir de alguns relatos dos próprios estudantes,

A prática trouxe uma experiência incrível para aqueles que participaram e também para aqueles que formavam a equipe de execução. Um projeto desses, que permitiu inclusive ver as crianças felizes com a possibilidade de “ir ao cinema” e notar as famílias unidas nas praças da cidade, gerou muito mais que inclusão e acesso ao lazer, mas também nos transformou como profissionais da área e nos despertou para nossa responsabilidade nesta profissão. (Aluno 01 no relatório final da ação).

Esse projeto de extensão fez com que pudéssemos pensar não somente no nosso individual, mas sim em todos ao nosso redor

[...]. Concluo dizendo que a experiência foi ótima do projeto e gratificante apesar dos apuros, e eu pude me tornar um pouco melhor sabendo que, com meu esforço e trabalho em equipe, posso fazer a diferença na vida de outras pessoas que eu nem conheço. (Aluno 02 no relatório final da ação).

Passei a entender que a extensão é um processo que começa a ser planejado em sala de aula, com a proposta de levar conhecimento, educação e lazer a públicos específicos, abordando temas relevantes [...]. O que inicialmente parecia um grande desafio, transformou-se em uma valiosa conquista, tanto para os alunos quanto para o curso. (Aluno 03 no relatório final da ação).

Além disso, nota-se que, ao ocupar os espaços públicos com programações acessíveis e inclusivas, a iniciativa contribuiu para o fortalecimento da identidade local e da valorização dos territórios populares como espaços legítimos de manifestação cultural e turística. Pode-se perceber que a presença do Cinema na Praça, mais do que uma ação pontual e obrigatória do ponto de vista curricular, revelou-se como uma intervenção com potencial estruturante, capaz de fomentar o pertencimento e ampliar o acesso à cultura de forma descentralizada – carência urgente de ser completamente resolvida pelo poder público local, terceiro setor e até mesmo universidades no município presente.

Acredita-se que iniciativas dessa natureza, como o projeto macro ao qual esta ação esteve vinculada, por exemplo, ultrapassam a lógica da assistência ou do entretenimento ocasional, configurando-se como práticas extensionistas que produzem efeitos concretos na vida da população e na formação acadêmica; sugere-se também que são ações como esta que reafirmam a extensão universitária como dimensão indispensável para uma universidade pública comprometida com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bnd.art.br/5QEVvs>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: CNE, 2018. Disponível em: <https://bnd.art.br/CACJPv>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BINFARÉ, P. W., CASTRO, C. T., SILVA, M. V., GALVÃO, P. L., COSTA, S. P. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016. Disponível em: <https://bnd.art.br/ykhnix>. Acesso em: 4 mar. 2026.

MALERBA, R. C., LANDI, C. M., REJOWSKI, M. Extensão Universitária em Turismo no Brasil: Mapeamento Preliminar. **Anais do VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Balneário Camboriú, 2011. Disponível em: <https://bnd.art.br/bNiT6E>. Acesso em: 4 mar. 2026.

MALERBA, R. C., REJOWSKI, M. Extensão Universitária em Turismo: a atuação das instituições públicas de educação superior do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 1, 2014. Disponível em: <https://bnd.art.br/NVqzdl>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico de Curso – Turismo**. Campo Mourão: UNESPAR, 2020. Disponível em: <https://bnd.art.br/APOjIQ>. Acesso em: 4 mar. 2026.

UNESPAR – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Resolução nº 42/2022 – CEPE/UNESPAR**, de 16 de agosto de 2022. Dispõe sobre a Política de Extensão e Cultura da UNESPAR. Paranavaí: UNESPAR, 2022. Disponível em: <https://bnd.art.br/7pIixY>. Acesso em: 4 mar. 2026.

CONTABILIDADE DE CUSTOS: DA TERMINOLOGIA TEÓRICA A APLICAÇÃO PRÁTICA

*Cleber Broietti⁹
Antônio Manoel Conceição¹⁰*

INTRODUÇÃO

Conhecer os custos de produção e/ou o custo do serviço prestado tornou-se uma informação essencial para o gestor que toma decisão (Borinelli; Crozatti; Teixeira, 2014). Porém, observa-se que ainda existem muitas empresas ou microempreendedores que tomam decisões baseadas apenas na sua experiência (Ribeiro, 2018). No entanto, quando a lucratividade é baixa, o empresário percebe que tem dificuldade em identificar os problemas e quantificá-los, dentro do processo produtivo. Daí a importância da gestão administrativa e financeira que contribua para auxiliar os gestores na elaboração ou aperfeiçoamento dos controles já existentes com vista à tomada de decisões (Leone, 2020). Acrescenta-se que tomar o conhecimento do custo de fabricação ou custo de serviço é um parâmetro essencial para a formação do preço de venda (Crepaldi, 2009). Nesse sentido, essas informações passam a ter mais importância quando inseridas nas unidades produtivas dentro do dinâmico e complexo contexto do mercado globalizado, exigem profissionalismo dos empresários, qualidade dos produtos e rentabilidade das atividades desenvolvidas.

Nesse sentido, o projeto desenvolvido teve a seguinte pergunta que foi respondida com os participantes da atividade: Qual o custo da atividade do seu negócio? O desconhecimento do custo da produção pode implicar no preço de venda abaixo do necessário para cobrir os custos e as despesas do negócio. Em face dessas fragilidades, justifica-se a importância deste projeto de extensão ao atuar na orientação

⁹ Doutor em Contabilidade pela UFSC.

¹⁰ Doutor em Serviço Social e Política Social pela UEL.

e auxílio no gerenciamento das empresas e empreendedores individuais, na expectativa de que obtenham a sustentabilidade econômica, financeira e social.

Dessa forma, atender organizações empresariais de micro e pequeno porte, microempreendedor individual e trabalhadores autônomos sem registro formal, com ações voltadas para resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades relativas à identificação dos custos de produção ou custo de serviço e resolução de outros problemas gerenciais que englobam os custos da empresa, possibilita ao estudante a possibilidade de:

- desenvolver o apoio à gestão de micros e pequenas empresas, microempreendedor individual e trabalhadores autônomos;
- oportunizar vivência prática aos alunos dos cursos de Ciências Contábeis com o público-alvo do projeto no sentido aplicar os conceitos de Contabilidade de Custos aprendidos em sala de aula;
- atuar, supletivamente à linha de ação específica, no processo de capacitação dos colaboradores e dirigentes de micros e pequenas empresas, microempreendedores de negócios formais e informais de promoção e ou geração de renda;
- minimizar os riscos de insucesso para potenciais empreendedores.

O presente projeto contribuiu com os empresários e/ou microempreendedores individuais na região da UNESPAR de Apucarana, ao colaborar na elaboração dos custos dos produtos e/ou serviços realizados por estes atores, pois esse tipo de informação pode auxiliar as empresas/empreendedores a se tornarem competitivos no mercado.

A contabilidade de custos é uma ferramenta fundamental para a gestão eficiente de qualquer negócio, independentemente de seu porte (Martins, 2021). No entanto, observa-se que muitos pequenos empresários e microempreendedores individuais (MEIs) enfrentam dificuldades em compreender e aplicar conceitos básicos de controle de custos, o que frequentemente compromete a formação adequada de preços, a gestão financeira e a sustentabilidade de seus empreen-

dimentos. Essa realidade evidencia a necessidade de iniciativas que promovam a aproximação entre o conhecimento técnico e a prática cotidiana desses empreendedores (Oliveira *et al.*, 2024).

Nesse contexto, o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária que envolva estudantes na apuração de custos em pequenos negócios justifica-se por múltiplas razões. Em primeiro lugar, promove-se uma interação direta entre universidade e comunidade, permitindo que o saber acadêmico seja aplicado na resolução de problemas concretos enfrentados por empreendedores locais. Ao mesmo tempo, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar situações práticas que enriquecem sua formação profissional, ampliando a capacidade analítica, o senso crítico e as habilidades de comunicação.

Além disso, o projeto contribui para a democratização do conhecimento, uma vez que leva aos pequenos empresários informações técnicas e orientações que, muitas vezes, não estão acessíveis a esse público, por meio de consultorias especializadas. A atuação dos estudantes, com o apoio docente, possibilita a esses empreendedores compreenderem os elementos que compõem seus custos e adotarem estratégias mais assertivas de precificação, controle e tomada de decisão.

Por fim, a iniciativa fortalece o papel social da universidade pública, promovendo a cidadania e o desenvolvimento econômico regional por meio do apoio direto a quem mais precisa de suporte técnico. Trata-se, portanto, de uma ação que alia formação acadêmica de qualidade, responsabilidade social e incentivo ao empreendedorismo sustentável, sendo plenamente alinhada aos princípios da extensão universitária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Contabilidade é uma Ciência Social, pois é a ação do homem que constrói e provoca as mutações no patrimônio, o objeto de estudo, gera informações importantes a sociedade. Beuren confirma essa afirmação:

[...] a Contabilidade, como ciência social, ao estudar o fato norteador da mesma, o patrimônio, rompe a fronteira estritamente econômica. Ao informar a sociedade, o quanto, bem ou

mal, determinada entidade usa os recursos dos sócios ou da população, acaba por desempenhar papel com fundamental amplitude social. (Beuren, 2004, p. 29).

Essa dimensão social da contabilidade torna-se ainda mais evidente ao se analisar os tempos mais remotos da história. Observa-se que seu desenvolvimento esteve diretamente atrelado à própria evolução da humanidade. Segundo Sá (1997), seu surgimento remonta a cerca de 4.000 a.C., tendo passado por diversas transformações impulsionadas por eventos históricos significativos, como a Revolução Industrial no século XVIII.

Nessa época, foram crescentes os diversos processos de produção denominados manufaturas, as quais surgiram para atender às várias demandas da população, uma vez que esta estava em constante crescimento devido à melhora na qualidade de vida, desde nutrição até higiene pessoal (Sá, 1997).

A partir deste rápido crescimento, surgiram várias indústrias, invenções mecânicas, expansão do comércio que, por sua vez, gerou a necessidade de maior controle sobre as produções, gastos, informações para o meio externo, mais precisamente o usuário, que se tornou uma chave essencial para a manutenção dos negócios. Os processos decisórios também necessitavam cada vez mais de controles, desde materiais utilizados, passando por mão de obra, custos fixos, variáveis, despesas, depreciações de máquinas, entre outros. Essa evolução no controle produtivo deu início ao que conhecemos hoje como a Contabilidade de Custos (Padoveze, 2011, p. 30).

Depois de evoluções no conceito sobre a Contabilidade de Custos, a definição de custo dada por Martins:

Custo é a soma dos gastos incorridos e necessários para a aquisição, conversão e outros procedimentos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, e compreende todos os gastos incorridos na sua aquisição ou produção, de modo a colocá-los em condições de serem vendidos, transformados, utilizados na elaboração de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da entidade, ou realizados de qualquer outra forma. (Martins, 2021, p. 18).

Para Padoveze (2011, p. 4), custo é definido de uma maneira clara e simples como sendo “o valor pago por alguma coisa”. Já Horngren (2004, p. 26) define custo como “a quantia monetária que precisa ser paga para adquirir bens ou serviços”. Em suma, pode-se afirmar que o custo é a ferramenta utilizada na determinação de como a entidade deverá agir, seguindo a linha de que se deve sempre visar ao lucro e à melhor eficácia no aproveitamento dos recursos escassos, usando pouco e se obtendo o melhor possível. E é dessa maneira que o gestor em seus domínios fará com que o rendimento seja gratificante.

Diante do exposto, a Contabilidade de Custos oferece diferentes métodos para apuração e análise dos custos de produtos e serviços. Cada método possui características próprias e é mais adequado conforme o tipo de atividade e os objetivos gerenciais da empresa. Os principais métodos de custeio são:

- **Custeio por Absorção:** é o método tradicional e obrigatório para fins fiscais no Brasil. Nele, todos os custos de produção – fixos e variáveis – são incorporados ao custo dos produtos. Ou seja, todos os custos diretos e indiretos de fabricação são “absorvidos” pelo produto. É útil para avaliação de estoques e cumprimento da legislação contábil, mas pode distorcer a análise de lucratividade no curto prazo (Martins, 2021).
- **Custeio Variável (ou Direto):** nesse método, apenas os custos variáveis são atribuídos aos produtos, enquanto os custos fixos são tratados como despesas do período. Ele permite uma análise mais precisa da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, sendo bastante útil para decisões de curto prazo e formação de preços (Padoveze, 2022).
- **Custeio Baseado em Atividades (ABC – Activity-Based Costing):** o método ABC busca identificar com maior precisão os custos indiretos (*overheads*), alocando-os de acordo com as atividades que realmente consomem recursos. É ideal para empresas com grande diversidade de produtos ou serviços e processos complexos. Apesar de oferecer maior acuracidade, sua aplicação pode ser mais trabalhosa e custosa (Leone, 2020).

- **Custeio Padrão:** baseia-se na definição de custos previamente estabelecidos (custos-padrão), que servem como referência para comparação com os custos reais. É amplamente utilizado no controle gerencial e análise de variações, auxiliando no monitoramento do desempenho operacional (Martins, 2021).
- **Custeio Integral:** visa alocar todos os custos (inclusive administrativos, comerciais e financeiros) aos produtos ou serviços. Embora tenha enfoque mais amplo, é menos utilizado na prática por sua complexidade e pela possível perda de objetividade em decisões gerenciais (Leone, 2020).

A apuração de custos representa um dos pilares fundamentais da gestão financeira e contábil de qualquer negócio, sendo ainda mais relevante para pequenos empreendedores que, muitas vezes, enfrentam dificuldades na estruturação de controles internos e no entendimento das variáveis que impactam a rentabilidade de seus produtos ou serviços. Segundo Padoveze (2022), o custo é a expressão monetária dos recursos consumidos na produção de bens ou na prestação de serviços, e sua correta apuração permite a formação adequada de preços, o controle do desempenho operacional e o suporte à tomada de decisões.

Para pequenos empreendedores, o conhecimento sobre custos pode ser determinante para a sobrevivência e crescimento do negócio, especialmente em contextos de alta competitividade e margens apertadas. A ausência de uma gestão de custos estruturada frequentemente leva à precificação inadequada, à má alocação de recursos e à perda de competitividade. Conforme Oliveira *et al.* (2024), muitos pequenos negócios baseiam seus preços em valores praticados por concorrentes ou em estimativas empíricas, sem considerar os custos reais envolvidos, o que pode comprometer sua sustentabilidade financeira.

A literatura destaca diferentes metodologias para a apuração de custos, como o custeio por absorção, custeio variável e o custeio baseado em atividades (ABC – Activity-Based Costing), sendo que a escolha depende do tipo de negócio, da complexidade das operações e da capacidade de controle da empresa (Martins, 2021). No caso dos pequenos empreen-

dedores, é fundamental adotar métodos simples, porém eficazes, que considerem os custos fixos, variáveis, diretos e indiretos, bem como ferramentas acessíveis que auxiliem no controle e análise das despesas.

Dessa forma, projetos de extensão universitária que promovem capacitação em apuração de custos podem desempenhar um papel relevante no fortalecimento da gestão de pequenos negócios locais. Além de contribuir para a formação prática dos estudantes, essas iniciativas promovem a democratização do conhecimento e o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas, alinhando-se aos princípios da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto de extensão Gestão de Custos para Controle e Decisão voltado a Empreendedores na região de Apucarana está estruturada em consonância com os conteúdos abordados na disciplina de Contabilidade de Custos, a qual oferece aos estudantes uma base conceitual sólida sobre diferentes metodologias de apuração e análise de custos aplicáveis a diversas realidades empresariais. A proposta pedagógica do projeto visa integrar teoria e prática, possibilitando que os discentes vivenciem situações reais de aplicação do conhecimento contábil, contribuindo simultaneamente com o desenvolvimento profissional deles e com a qualificação da gestão de empreendimentos locais.

Para a execução das atividades, os estudantes foram organizados em equipes de até três integrantes, sob orientação direta do professor responsável pela disciplina. Cada grupo teve como responsabilidade a identificação e o contato com uma organização parceira, preferencialmente microempresas, microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos da região. A escolha dos sujeitos da pesquisa buscou contemplar diferentes setores econômicos (comércio, serviços, indústria), promovendo uma visão ampliada das particularidades da gestão de custos em distintos contextos.

O processo de aproximação com os empreendedores foi conduzido pelos estudantes, que agendaram encontros presenciais ou virtuais

com os responsáveis pelas atividades empresariais. Esses encontros tiveram dois objetivos centrais: (i) sensibilizar os empreendedores sobre a importância da gestão de custos como instrumento estratégico para a sustentabilidade e o crescimento dos negócios; e (ii) realizar o levantamento minucioso das informações necessárias para a apuração dos custos, incluindo dados sobre matérias-primas, mão de obra, despesas operacionais, processos produtivos e práticas de precificação.

Com base nos dados coletados e sob acompanhamento contínuo do docente orientador, cada grupo realizou a análise da realidade da empresa atendida e selecionou a metodologia de custeio mais adequada ao seu perfil. Entre os métodos trabalhados destacaram-se o custeio por absorção, o custeio variável e o custeio baseado em atividades (ABC). A escolha da abordagem foi orientada pela complexidade dos processos, pelo grau de formalização da empresa e pelo nível de controle das informações contábeis já existente.

A apuração dos custos foi realizada utilizando planilhas eletrônicas e instrumentos desenvolvidos em aula, permitindo a sistematização dos dados e a identificação de possíveis distorções nos preços praticados, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e lucratividade. Os resultados foram consolidados em relatórios objetivos e apresentados aos empreendedores de maneira didática, com linguagem acessível e foco na utilidade prática das informações. Essa devolutiva buscou promover uma troca de saberes, estimulando o uso dos dados contábeis como apoio à tomada de decisões gerenciais.

Além da atuação em campo, os estudantes realizaram a apresentação dos estudos de caso em sala de aula, socializando as experiências vivenciadas, os desafios encontrados e as soluções adotadas. Essa etapa favoreceu o aprendizado colaborativo e permitiu que os demais alunos ampliassem sua compreensão sobre as diversas formas de gestão de custos em contextos reais. Para consolidar o trabalho desenvolvido, cada equipe elaborou um relatório final descritivo, contendo todas as etapas do projeto: identificação do parceiro, levantamento de dados, metodologia aplicada, análises realizadas e resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Gestão de Custos para Controle e Decisão voltado a Empreendedores na Região de Apucarana, vinculado à Atividade Curricular de Extensão (ACE) da disciplina de Contabilidade de Custos do Curso de Ciências Contábeis, teve como objetivo geral atender a organizações empresarias de micro e pequeno porte, bem como microempreendedores individuais e trabalhadores autônomos sem registro formal, com ações voltadas para resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades, por meio de identificação dos custos de produção ou custo de serviço e resolução de outros problemas gerenciais que englobam os custos da empresa.

Para atender esse objetivo foram listados alguns objetivos específicos: desenvolver o apoio à gestão de micros e pequenas empresas, microempreendedor individual e trabalhadores autônomos; oportunizar vivência prática aos alunos dos cursos de Ciências Contábeis com o público-alvo do projeto no sentido de aplicar os conceitos de Contabilidade de Custos aprendidos em sala de aula; atuar, supletivamente à linha de ação específica, no processo de capacitação dos colaboradores e dirigentes de micros e pequenas empresas, microempreendedores de negócios formais e informais de promoção e ou geração de renda; e minimizar os riscos de insucesso para potenciais empreendedores.

Para desenvolvimento do objetivo, o projeto foi realizado nas duas turmas do segundo ano de Ciências Contábeis no ano de 2024, uma no período matutino e outra no período noturno. No total, participaram do projeto 62 estudantes e dois professores e, quanto à comunidade externa, a extensão atendeu a 20 empresas ou empreendedores.

Para a execução do projeto, durante o ano de 2024, os estudantes conheceram diversas metodologias de aplicação de custos durante as aulas semanais, assim, esses alunos tiveram, durante a disciplina, acesso ao conhecimento teórico dos conceitos e metodologias de custeio, para assim poder aplicá-las nas empresas ou nas atividades de microempreendedores.

Inicialmente, os estudantes foram separados em equipes de até três pessoas, e tiveram como primeira atividade informar às empresas ou MEI que seriam realizados os cálculos dos custos. Após essa indicação, os estudantes tiveram de se reunir com os gestores das empresas para, primeiramente, conscientizá-los da importância da gestão de custos e seus benefícios para o negócio prosperar.

Além disso, esses encontros com a comunidade externa foram importantes para que os estudantes fizessem o levantamento dos custos e dos produtos ou serviços que são realizados em cada organização. Após essa coleta de informação, os alunos, em conjunto com o professor, optaram por um método de custeio para chegar ao valor do custo do produto ou serviço.

Após a apuração dos custos, esses resultados foram apresentados aos empresários contactados e foi realizado um relatório das atividades desenvolvidas, entregue ao professor coordenador do projeto. Algumas apurações desses relatórios foram analisadas na sequência.

A análise dos relatórios produzidos no âmbito do projeto de extensão Gestão de Custos para Controle e Decisão voltado a Empreendedores na região de Apucarana revela a diversidade de realidades enfrentadas por microempreendedores e trabalhadores autônomos na região estudada, bem como os impactos positivos da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na disciplina de Contabilidade de Custos.

Um primeiro ponto de destaque foi o nível variado de conhecimento sobre os custos de produção ou prestação de serviços entre os participantes. Em dois dos casos analisados, observou-se um entendimento bastante limitado sobre a estrutura de custos, especialmente no que tange aos gastos indiretos, como mão de obra e encargos tributários. Em um dos casos, por exemplo, o microempreendedor da área de pintura não fazia uso de serviços contábeis e desconhecia completamente o custo de sua atividade. Já em outro, embora houvesse certo domínio sobre os custos dos insumos utilizados na doceria, o entendimento sobre custos com mão de obra e despesas indiretas era bastante superficial. Nessas situações, o projeto de extensão atuou como ferramenta de

conscientização, trazendo à tona informações essenciais para a gestão dos negócios e despertando o interesse dos empreendedores em adotar práticas mais estruturadas de controle financeiro (Martins, 2021).

Em contraste, outros casos demonstraram maior familiaridade com os custos operacionais, ainda que com diferentes níveis de profundidade. O comerciante de pneus, por exemplo, embora sem apoio contábil formal, demonstrava compreensão básica dos custos envolvidos e, após a apresentação dos resultados, reconheceu oportunidades para ajustar sua política de preços. No caso da empresa de monitoramento e segurança, a participação no projeto evidenciou falhas nos métodos de precificação e controle de custos, revelando a necessidade de aperfeiçoamento, especialmente no uso de critérios de rateio. Já no quarto relatório, referente a uma empresa estabelecida desde 1995, observou-se domínio sobre os custos e um olhar crítico em relação à concorrência e aos efeitos da carga tributária, especialmente da Substituição Tributária. Mesmo nesse caso, o projeto serviu como uma oportunidade de revisar e validar informações, reforçando a importância da análise de custos como instrumento de tomada de decisão (Padoveze, 2022).

Os resultados do projeto também demonstram o impacto positivo tanto para os empreendedores quanto para os estudantes envolvidos. Do ponto de vista dos beneficiários, a devolutiva dos dados gerou grande receptividade, reconhecimento do valor das informações fornecidas e, em alguns casos, intenção explícita de utilizar os resultados para aprimorar estratégias de precificação e gestão. Para os alunos, o envolvimento prático com empreendimentos reais possibilitou a consolidação de conceitos teóricos, o desenvolvimento da capacidade analítica e uma maior compreensão sobre as particularidades de diferentes setores econômicos (referência).

Quanto aos desafios, destacam-se a ausência de registros formais em muitos dos negócios analisados, a dificuldade inicial de alguns empreendedores em compreender os métodos propostos (como os critérios de rateio) e a limitação de acesso a dados detalhados, o que exigiu dos estudantes maior habilidade de comunicação e adaptação às realidades informais. Além disso, a diversidade entre os ramos de

atividade – que incluíram prestação de serviços, comércio e atividades mistas – demandou abordagens diferenciadas para apuração dos custos e elaboração das análises.

Em termos comparativos, observa-se que os empreendedores que já faziam uso de serviços contábeis apresentaram maior facilidade em compreender os relatórios apresentados, enquanto aqueles sem esse apoio formal demonstraram maior carência de informações e ferramentas de controle. Essa disparidade ressalta a importância de iniciativas de extensão que promovam a democratização do conhecimento contábil, especialmente para públicos que atuam à margem do sistema formal.

Por fim, os próprios estudantes indicaram o desejo de aprimorar o projeto por meio de atividades complementares, como *workshops* práticos e mentorias, o que revela o potencial de evolução contínua desta ação extensionista. A experiência descrita nos relatórios comprova a relevância do projeto tanto para a formação acadêmica quanto para o fortalecimento da gestão de micro e pequenos negócios locais, contribuindo efetivamente para a função social da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão desenvolvido ao longo do ano de 2024 consolidou-se como uma experiência acadêmica socialmente transformadora, tanto para os estudantes envolvidos quanto para os microempreendedores atendidos. Por meio da integração entre teoria e prática, a iniciativa propiciou uma efetiva troca de saberes entre a universidade e a comunidade local, reafirmando o papel da extensão universitária como elo essencial entre o conhecimento científico e a realidade vivenciada por pequenos negócios da região.

Fundamentado nos princípios da Contabilidade de Custos, o projeto permitiu a aplicação de conceitos centrais como a classificação de custos (fixos, variáveis, diretos e indiretos), os métodos de apuração (custeio por absorção, variável e baseado em atividades), bem como a análise de indicadores gerenciais, como margem de contribuição

e ponto de equilíbrio. No ambiente acadêmico, esses conteúdos são tradicionalmente abordados de forma estruturada, com dados idealizados e cenários padronizados. No entanto, ao serem levados para o contexto prático de microempreendedores e autônomos, revelaram-se permeados por desafios reais, como ausência de controles formais, desconhecimento técnico, informalidade e dificuldades operacionais.

Essa associação entre teoria e prática foi especialmente enriquecedora para os discentes, que puderam perceber a importância da contabilidade gerencial como ferramenta estratégica de tomada de decisão, e não apenas como um conjunto de fórmulas ou procedimentos. Ao se depararem com empresas com registros incompletos, ausência de separação entre contas pessoais e empresariais, ou métodos intuitivos de precificação, os estudantes foram estimulados a adaptar os modelos aprendidos em sala às condições específicas de cada realidade, exercitando a criatividade, o pensamento crítico e a empatia profissional.

Para os empreendedores atendidos, muitos dos quais nunca haviam tido acesso a uma análise detalhada de custos, o projeto representou uma oportunidade concreta de ampliar sua visão sobre o próprio negócio. A devolutiva clara e didática dos resultados permitiu que identificassem gargalos financeiros, práticas ineficientes e potencial para reorganização de preços e despesas. Essa compreensão, ancorada em dados e orientações técnicas, contribuiu para uma gestão mais consciente e sustentável, sendo comum o relato de interesse em capacitações futuras ou em buscar apoio contábil profissional.

A experiência demonstrou, ainda, como os fundamentos da Contabilidade de Custos, muitas vezes tratados de forma abstrata no ambiente acadêmico, tornam-se ferramentas de transformação quando aplicadas com intencionalidade social. O conceito de custo relevante, por exemplo, foi utilizado por alguns grupos para avaliar a viabilidade de determinados serviços prestados; o ponto de equilíbrio auxiliou empreendedores a compreender o volume mínimo de vendas necessário para cobrir seus custos fixos; e o rateio de despesas contribuiu para desmistificar o impacto de gastos indiretos na precificação dos produtos.

A aproximação entre o ambiente acadêmico e o setor produtivo revelou-se, assim, uma via de mão dupla: enquanto os estudantes aprenderam sobre a complexidade do mundo real, os empreendedores puderam se beneficiar de um conhecimento técnico antes inacessível. Essa relação fortalece o papel social da universidade, ao mesmo tempo em que qualifica a formação discente com experiências significativas, contextualizadas e aplicadas.

Em síntese, o projeto cumpriu com excelência seus objetivos ao promover o aprendizado aplicado dos estudantes, incentivar a prática contábil com responsabilidade social e colaborar para o fortalecimento da gestão de pequenos negócios locais. Como perspectiva de continuidade, recomenda-se a expansão da iniciativa para novos ciclos letivos, com inclusão de empreendedores de diferentes setores e níveis de formalização, além da promoção de oficinas práticas, mentorias e materiais de apoio simplificados. Tais ações ampliarão ainda mais o alcance da iniciativa, contribuindo para o desenvolvimento regional de forma sustentável, participativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BORINELLI, M. L.; CROZATTI, J.; TEIXEIRA, J. J. V. A visão do gestor na pequena e média empresa sobre o custo fixo no custo unitário do produto: um estudo qualitativo sobre a função da contabilidade gerencial. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC**, 2014. Disponível em: <https://bnd.art.br/BLfzxc>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HORNGREN, C. T. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 2.
- LEONE, G. **Contabilidade de custos: princípios, conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2020.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2021.
- OLIVEIRA, L. C. *et al.* Cost management and price formation for a micro-company in the food sector: gestão de custos e formação de preços para uma microempresa do ramo alimentício. **Concilium**, v. 24, n. 12, p. 472-490, 2024.

PADOVEZE, C. L. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2022.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas contábeis**. São Paulo: Atlas, 1997.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS LIBERTADORAS EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS UNIVERSITÁRIAS

Débora Francischini Boian¹¹

Carolina Casarin Paes¹²

Maiara Spilari Souza¹³

INTRODUÇÃO

A valorização da diversidade é fundamental no enfrentamento aos preconceitos relacionados a gênero, sexualidade, etnia, pessoas com deficiência, religião e tradições culturais, entre outros. Cabe à educação, seja em espaços escolares ou não, promover a conscientização dos indivíduos de que a diversidade é intrínseca e nos torna humanos (Santos; Guimarães, 2015). As autoras Carvalho e Faustino (2012) argumentam ser indispensável uma educação cujo processo formativo contribua, sobretudo à classe trabalhadora, para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças econômicas e políticas do capitalismo atual – no qual a desigualdade é fator de manutenção de privilégios a determinados grupos sociais.

As práticas educativas devem ser articuladas à valorização das identidades, com intersecções de gênero, raça e etnia, o que exige, de acordo com França, Sasso e Cordeiro (2021), a problematização de conceitos e representações hegemônicas – aquelas que excluem todos que não correspondem aos padrões corporais, de gênero, raça, classe, sexualidade etc.

Partindo desses princípios, neste relato buscou-se responder à seguinte questão-problematizadora: Como as atividades extensionistas em espaços não-escolares podem promover práticas pedagógicas li-

¹¹ Mestre em Educação. Professora colaboradora do Colegiado de Pedagogia da UNESPAR, campus de Campo Mourão.

¹² Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, Psicóloga, Professora colaboradora do Colegiado de Geografia da UNESPAR, campus de Campo Mourão.

¹³ Especialista em Tradução e Interpretação de Libras, Professora efetiva do Município de Campo Mourão e Professora colaboradora do Colegiado de Letras da UNESPAR, campus Campo Mourão.

bertadoras capazes de combater preconceitos e valorizar a diversidade em nossa sociedade? Para responder a esse questionamento, busca-se descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas em atividades extensionistas universitárias realizadas em um espaço não escolar.

Considerando a inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme indicado na Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso de Pedagogia da universidade pública, na qual se desenvolveu esse projeto, com carga horária para atividades de extensão nas disciplinas de Educação e Diversidade, Libras e Tópicos Especiais em Educação, foram desenvolvidas atividades em uma instituição não-escolar, cuja organização é realizada pela sociedade civil sem fins lucrativos que atende adolescentes de 13 a 18 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, em consonâncias às políticas públicas de assistência social do município.

Conforme a proposta do projeto Práticas Pedagógicas Libertadoras: o Trabalho sobre a Diversidade, o Preconceito e a Discriminação, coordenado e co-coordenado pelas professoras que assinam este relato, teve como objetivo promover práticas pedagógicas libertadoras que abordassem a diversidade por meio de discussões sobre preconceitos e discriminações com etnias, gênero e sexualidade e religião, além da importância da inclusão de pessoas com deficiência, da identidade e pertencimento.

Buscou-se fomentar a reflexão crítica e a conscientização social entre a comunidade externa e os acadêmicos dos quartos anos de um curso de Pedagogia, oportunizando o contato com atividades de Extensão Universitária, por meio da organização e realização de atividade formativa sobre Educação e Diversidade. Assim, possibilitando ampliar conhecimentos acerca de propostas voltadas à extensão universitária e criar espaços de aprendizagem inclusivos que valorizem diferenças culturais, étnicas, de gênero e sociais.

Para atingir tal objetivo, ao longo do segundo semestre de 2024, no decorrer do desenvolvimento das referidas disciplinas, foram desenvolvidas as seguintes ações: 1. Elaboração de atividades pedagógicas que promovam o respeito à diversidade étnica, de gênero e social

dentro e fora do ambiente escolar; 2. Reflexões críticas sobre as causas e consequências do preconceito e da discriminação na sociedade; 3. Capacitação dos acadêmicos para desenvolver metodologias libertadoras de combate a práticas discriminatórias e excludentes no contexto educativo; 4. Debates e discussões de valorização da pluralidade de identidades e experiências, contribuindo para a formação de uma consciência cidadã inclusiva; 5. Criação de estratégias de ensino que integrem a diversidade como elemento central no processo educativo, visando à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As atividades extensionistas foram desenvolvidas em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), entidade sem fins lucrativos que, desde 1977, atua em bairros periféricos de um município de pequeno porte no interior do Paraná. Inicialmente, a instituição funcionava como creche, atendendo a crianças de até 6 anos para possibilitar que seus pais pudessem trabalhar. A partir de 2002, passou também a acolher adolescentes no contraturno escolar, com a proposta de oferecer um ambiente saudável e protegido, afastando-os das ruas e dos riscos associados à violência, ao uso de drogas e ao trabalho infantil. E, desde 2010, quando as creches passaram a ser atribuição do município, a instituição atende exclusivamente adolescentes, na faixa etária de 13 a 18 anos, em duas iniciativas: o Projeto Adolescente Cidadão, que oferece aulas de informática e oficinas preparatórias para o mundo do trabalho e exercício da cidadania, e o Programa Adolescente Aprendiz, voltado para inserção de aprendizes no mercado de trabalho em serviços administrativos.

As atividades desenvolvidas pela entidade têm como objetivo garantir acesso à direitos socioassistenciais e prevenir situações de violações de direitos, por meio da preparação para o mundo do trabalho, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e orientações individuais e em grupo. Entende-se, no Projeto Político-Pedagógico da entidade, que a adolescência é um período peculiar de desenvolvimento e construção da personalidade, portanto, alvo de políticas públicas e investimentos por parte da família, Estado e comunidade. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) especificam que os direitos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais dos adolescentes devem ser respeitados em condição de igualdade, liberdade e dignidade, o que implica identificar e combater vulnerabilidades e valorizar a diversidade – propostas da entidade que são contempladas também pelo projeto de intervenção com os acadêmicos da universidade.

Justifica-se tal intervenção por tratar de temas transversais, indispensáveis ao exercício da cidadania de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), e que incluem a pluralidade cultural, diversidade étnico-racial e respeito às diferenças. Tais temas articulam-se à pedagogia de projetos e aos princípios da interdisciplinaridade e apontam os caminhos educativos na contemporaneidade, segundo Araújo (2014). Ligam-se ainda aos Direitos Humanos, que, para Candau (2012, p. 715), “estão no centro da problemática das sociedades contemporâneas”, pois, embora constantemente violados, são a referência para a construção de uma sociedade democrática.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO VIVENCIADAS

A proposta metodológica deste projeto fundamenta-se nos princípios da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que compreende o conhecimento como construção coletiva e dialógica, articulada à realidade concreta dos sujeitos. Com base nessa perspectiva, as ações foram desenvolvidas em uma instituição que acolhe adolescentes em contraturno escolar na periferia do município, considerando as situações de vulnerabilidade pessoal e social. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da entidade,

[...] o atendimento realizado [...] enquadra-se primordialmente na proteção social básica, pois a entidade executa programas e projetos, de forma continuada, permanente e planejada, dirigidos a adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e ou risco pessoal e social. (Entidade, 2022, p. 2).

No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a vulnerabilidade refere-se à condição de risco à violação de direitos, individuais ou familiares, devido à falta de acesso a necessidades básicas ou à vivência de violência física, psicológica, sexual, abandono, trabalho infantil, situação de rua, drogadição, discriminação, entre outras (MDS, 2009). Pessoas ou famílias em risco devem receber serviços de proteção social especializada, oferecidos pelo poder público, políticas públicas ou por OSCs¹⁴ (Santos; Guimarães, 2015). Por isso, a instituição dá prioridade de matrícula para adolescentes com renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo regional, evidenciando a vulnerabilidade financeira; além disso, 61% dos atendidos se autodeclararam pretos e pardos, e 9,2% se identificam como LGBTQ+ (entidade, 2022).

Partindo dessa realidade, as atividades de extensão universitária foram planejadas por acadêmicos dos quartos anos do curso de Pedagogia, diurno e noturno, como parte do processo de curricularização da extensão nas disciplinas referidas. De modo geral, a organização das disciplinas foi conduzida da seguinte maneira: Estudos e discussões dos temas de diversidade para a organização das atividades práticas/oficinas; Observação da realidade (estudo sobre o atendimento pedagógico em OSCs e interação inicial com os adolescentes atendidos por projetos sociais); Elaboração dos materiais a serem utilizados nas oficinas; e Execução das atividades práticas.

As práticas foram desenvolvidas de forma lúdica e participativa, com foco na promoção do respeito à diversidade e no enfrentamento ao preconceito e discriminação. As propostas construídas pautaram-se de modo sensível às múltiplas realidades sociais e educacionais, de modo a fortalecer o compromisso com uma formação docente crítica, inclusiva e comprometida com a transformação social – o que, para Paulo Freire (2006, p. 127), “implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina e objetivos”, visto que “o diálogo não existe num vácuo político”.

¹⁴ As OSCs, organizações da sociedade civil, que anteriormente eram chamadas ONGs, organizações não governamentais, compõem o chamado Terceiro Setor e são as instituições sem fins lucrativos que atuam nas áreas de interesse social, efetivando políticas públicas e a defesa de direitos humanos.

Com base nessa perspectiva, foram realizadas diferentes metodologias, como círculos de cultura, rodas de conversa, debates temáticos e expressões artísticas, partindo de situações-problema que instigaram a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais, étnicas, de gênero e culturais. O diálogo foi o principal instrumento pedagógico, permitindo que os adolescentes e os graduandos compartilhassem experiências, valores e visões de mundo (França, 2021). Os pedagogos em formação atuaram como mediadores, por organizar espaços de escuta e troca, oferecer conhecimentos científicos e promover o pensamento crítico, em consonância com a ideia de *reciprocidade de consciências* (Freire, 1987). As ações buscaram integrar a diversidade como eixo central do processo educativo, contribuindo para a formação cidadã inclusiva.

Nas disciplinas de Educação e Diversidade, os temas trabalhados foram: Identidade e Pertencimento; Étnico-Racial; Gênero e Sexualidade. Na disciplina de Libras, abordou-se a língua de sinais e a inclusão da pessoa surda. Na disciplina de Tópicos Especiais em Educação, os acadêmicos tiveram contato com as metodologias de Paulo Freire e dos círculos de cultura para abordagem dos temas estudados. Desta forma, todos os temas foram abordados com comprometimento científico, social e cultural, partindo do conhecimento dos adolescentes, num movimento cujo objetivo pautava-se na mudança do senso comum para o conhecimento científico, de modo a alterar a prática social dos envolvidos, conforme metodologia de Paulo Freire:

[...] em lugar da escola, [...] conceito carregado de passividade, [...] lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o coordenador de debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, unidades de aprendizado. (Freire, 2007, p. 102-103).

Os participantes devem perceber-se como “fazedores da cultura”, de modo que os coordenadores do debate – neste caso, os acadêmicos de Pedagogia – traziam os temas geradores e propunham ações, com participação ativa dos adolescentes, que traziam novos direciona-

mentos e reflexões, incluindo novos conceitos que os coordenadores poderiam incluir ou ampliar aos conceitos científicos trabalhados. Freire (2000) sugere, ainda, partir de problematizações da realidade dos participantes, para gerar maior engajamento, e a partir das quais é possível pensar em soluções e mudanças.

DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

No que se refere ao tema Gênero e Sexualidade, a intervenção teve início com uma roda de conversa, cujo objetivo foi estabelecer uma conexão inicial com os adolescentes participantes do projeto e apresentar os propósitos da atividade. Este momento revelou-se fundamental para a compreensão da realidade dos participantes e para a observação do comportamento do grupo, favorecendo a construção de um ambiente acolhedor e propício ao diálogo. A partir dessa interação, foi possível introduzir o tema e acessar os conhecimentos prévios dos adolescentes, estimulando com questionamentos e reflexões que nortearam as etapas subsequentes da intervenção.

Durante a primeira conversa, os adolescentes foram incentivados a compartilhar percepções e dúvidas sobre o tema em questão. Observou-se que parte do grupo apresentava uma compreensão limitada sobre conceitos de gênero, sexo, identidade de gênero e orientação sexual, além de demonstrarem certos receios em expor suas ideias. Por outro lado, alguns deles evidenciaram domínio parcial dos temas. Essa diversidade de compreensões sinalizou a necessidade de práticas pedagógicas estruturadas, capazes de fomentar discussões qualificadas e esclarecedoras, contribuindo para o enfrentamento de preconceitos e para a minimização de práticas discriminatórias.

A segunda etapa da intervenção foi dedicada à análise crítica dos papéis de gênero, utilizando como recurso didático o documento histórico intitulado *Guia da boa esposa*, publicado em 1955. Divididos em duplas, os adolescentes realizaram a leitura e, posteriormente, o debate das orientações presentes no material, refletindo sobre a aplicabilidade desses preceitos na contemporaneidade. A atividade gerou elevado engajamento, resultando em questionamentos significativos,

como: “Por que apenas mulheres devem ser cuidadosas ou submissas?” e “Essas expectativas são justas?”. As discussões revelaram diferentes posicionamentos no grupo: alguns consideraram tais modelos de comportamento ultrapassados e incongruentes com os tempos atuais, outros relataram que essas práticas ainda estão presentes em seus contextos familiares, sobretudo nas gerações de avós, tias e, em alguns casos, dos próprios pais.

Tal constatação reforçou que, embora o documento analisado pertença a uma época passada, seus preceitos ainda encontram-se em práticas e valores vigentes na sociedade contemporânea – resultados semelhantes aos encontrados por Carvalho, Rodrigues e Medrado (2005), em oficinas nas quais observaram a manutenção dos papéis de gênero como aspectos do pertencimento social, e por Carvalho e Melo (2019), que concluíram que as famílias podem reforçar os papéis naturalizados como femininos e masculinos caso não passem por um processo de reflexão e ressignificação.

Na sequência, foi proposta uma atividade em que os adolescentes, organizados em duplas ou trios, responderam a questionamentos relacionados à temática, abrangendo aspectos como preconceitos de gênero, diversidade sexual, sexualidade, saúde e bem-estar. As questões abordaram temas sensíveis e abrangentes, incluindo início da vida sexual, gravidez, uso de substâncias psicoativas, acesso a serviços de saúde, orientação sexual, cultura e sexualidade, corpo e prazer, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), HIV e violência. As respostas produzidas evidenciaram uma ampla gama de percepções, experiências e, por vezes, a reprodução de tabus ou concepções equivocadas. Tais elementos foram cuidadosamente problematizados durante os diálogos mediados, o que proporcionou momentos de reflexão e ressignificação. Discussões sobre métodos contraceptivos e prevenção de ISTs, por exemplo, suscitaram debates produtivos acerca do autocuidado e da corresponsabilidade nas relações. Temas como corpo e prazer foram especialmente relevantes, pois possibilitaram reflexões sobre o respeito aos próprios limites e das outras pessoas, promovendo a construção de uma visão mais crítica e consciente sobre a sexualidade.

Emergiram, ainda, relatos de experiências pessoais envolvendo situações de violência e discriminação, o que evidenciou a importância de espaços educativos seguros, que favoreçam o acolhimento e a escuta ativa. Muitos participantes relataram que jamais haviam tido a oportunidade de discutir tais temas de forma aberta e aprofundada, o que reforça a relevância de ambientes pedagógicos pautados na confiança, no respeito e na ausência de julgamentos. A abordagem cuidadosa e empática mostrou-se essencial para que os adolescentes se sentissem confortáveis para expressar dúvidas, compartilhar experiências e elaborar novas compreensões, contribuindo para processos formativos mais significativos.

A culminância da intervenção ocorreu por meio de uma atividade lúdica, denominada “Bingo da Sexualidade”. Essa estratégia foi desenvolvida com o intuito de consolidar os conteúdos discutidos de maneira interativa e dinâmica. A cada pergunta sorteada, surgiam discussões espontâneas, muitas das quais extrapolavam os limites da questão inicial, evidenciando o interesse e a curiosidade dos participantes. Uma das adolescentes, por exemplo, relatou que, pela primeira vez, compreendeu a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, manifestando satisfação e gratidão por finalmente esclarecer uma dúvida que a acompanhava há tempos.

Apesar do caráter descontraído da proposta, a atividade também demandou manejo pedagógico atento, especialmente diante de manifestações iniciais de resistência ou desconforto por parte de alguns participantes. No entanto, à medida que a dinâmica avançava, a participação tornou-se mais ativa e colaborativa, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais engajado e produtivo.

DISCUSSÕES E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

No que se refere ao tema Étnico-Racial, as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto foram planejadas com o objetivo de fomentar reflexões críticas acerca do racismo estrutural, bem como de incentivar ações práticas de enfrentamento a essa realidade. Inicialmente, procedeu-se à exibição de um vídeo sobre racismo e estereótipos, o qual serviu como elemento disparador para promover reflexões e estimular discussões.

Na sequência, realizou-se uma roda de conversa com os adolescentes, com a finalidade de explorar seus entendimentos sobre o tema, discutir estratégias concretas de enfrentamento no cotidiano e fornecer orientações quanto aos procedimentos para denúncia de casos de racismo.

Cabe lembrar que todos os participantes residem em bairros periféricos do município, sendo a maioria moradores da região que possui o maior índice de violação de direitos contra crianças e adolescentes, sobretudo situações de drogadição, trabalho infantil e violência física e psicológica. A questão racial perpassa essas violências, principalmente ao dificultar acesso à renda e empregos formais (MTE, 2024), situação que a OSC busca enfrentar, por meio de cursos de capacitação e preparação para o mercado de trabalho, bem como encaminhamento para vagas de emprego nas áreas administrativas e bancárias (considerando os dados do Ministério do Trabalho que falam sobre as sub-ocupações em que pessoas pretas são a maioria).

No decorrer da realização das atividades, observou-se que os adolescentes demonstraram capacidade de compreender e discutir questões relacionadas ao racismo, ainda que, inicialmente, alguns apresentassem certa resistência em abordar o tema. Tal resistência foi gradativamente superada à medida que os participantes se envolveram nas dinâmicas propostas, que exigiam expressão verbal, compartilhamento de relatos e manifestações pessoais. A exibição do vídeo revelou-se especialmente impactante, funcionando como um catalisador para a participação ativa na roda de conversa, na qual foram compartilhadas experiências pessoais e realizadas reflexões críticas sobre as estruturas racistas presentes no cotidiano dos adolescentes.

Em outro momento, oportunizou-se aos participantes a possibilidade de expressar, de forma anônima, suas emoções e vivências, por meio da escrita de frases marcantes relacionadas a experiências de racismo, sejam elas vivenciadas diretamente ou presenciadas. Esses relatos foram depositados em uma caixa e, posteriormente, socializados em uma exposição destinada à reflexão coletiva. Essa atividade destacou-se pelo forte impacto emocional, evidenciando sentimentos profundos e trazendo à tona situações frequentemente silenciadas. Verificou-se,

inclusive, que alguns participantes desejaram registrar mais de uma frase, optando por relatar experiências próprias, reproduzir falas ou descrever situações que presenciaram.

O racismo e a discriminação racial impactam em sofrimento emocional, estresse, ansiedade e depressão, e não devem ser considerados problemas individuais, mas questões sociais que perpassam até mesmo os espaços educativos e de saúde, conforme análise de Barros *et al.* (2022). Campo Mourão é um município de população predominantemente branca (60%), mas a OSC atende em sua maioria adolescentes autoidentificados como pretos e pardos. Nessas atividades de extensão, os participantes foram divididos nos grupos temáticos de modo que não fossem apenas adolescentes negros na temática étnico-racial, garantindo a diversidade de percepções e experiências, e considerando também a importância de que os brancos discutam o racismo, visto que são seus maiores causadores (Bento, 2022).

Ademais, promoveu-se a construção de um mural colaborativo, no qual os participantes puderam elaborar desenhos, palavras e frases, expressando suas percepções, sentimentos e aprendizados sobre o enfrentamento ao racismo. Como etapa final, durante o encerramento das atividades, cada participante foi convidado a compartilhar uma palavra ou frase que representasse uma experiência ou um aprendizado construído ao longo do desenvolvimento do projeto. O mural consolidou-se como espaço simbólico e criativo que favoreceu a empatia, sentimento de pertencimento e união entre os participantes, ao possibilitar a materialização, por meio de desenhos e palavras, do compromisso coletivo com a promoção de práticas antirracistas.

DESDOBRAMENTOS SOBRE IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

As atividades desenvolvidas abordaram o conceito de identidade, com o objetivo de provocar reflexões acerca da origem e do significado desse termo, bem como de evidenciar sua relevância no contexto social contemporâneo. Além disso, buscaram possibilitar a compreensão e a discussão do conceito de cultura e sua inter-relação com a identidade,

destacando a importância desses temas na sociedade atual. Para tanto, os adolescentes foram convidados a refletir sobre sua identidade e seu sentimento de pertencimento, por meio de uma roda de conversa estruturada nos princípios da pedagogia de Paulo Freire, com base no Círculo de Cultura, que constitui-se como prática de aprendizagem integral e democrática, que rompe com a fragmentação do conhecimento e promove a tomada de consciência frente às problemáticas sociais (Freire, 2007).

No primeiro momento, realizaram uma pesquisa sobre o significado de seus próprios nomes e, em duplas, compartilharam com os colegas o que encontraram. Em um segundo momento, cada estudante recebeu uma folha de papel na qual deveria registrar características pessoais que, até então, não eram de conhecimento dos demais colegas. Os papéis foram misturados, e os alunos tiveram o desafio de tentar identificar o autor de cada descrição, promovendo um exercício de escuta, observação e empatia.

Na sequência, desenvolveu-se uma atividade prática, na qual foram distribuídos copos descartáveis e diversos materiais de artesanato, como tintas, colas coloridas, barbantes, lantejoulas, cotonetes, entre outros. A proposta consistiu em que cada participante decorasse seu copo de acordo com aspectos de sua personalidade, representando, simbolicamente, sua identidade. A atividade revelou-se uma oportunidade significativa de autoconhecimento, de fortalecimento dos vínculos interpessoais e de construção de uma aprendizagem humanizada, que extrapola os limites dos conteúdos tradicionais.

A adoção da pedagogia freireana, com ênfase na liberdade de expressão e na construção coletiva do conhecimento, contribuiu para a criação de um ambiente educativo mais democrático e participativo. Ao final do processo, tornou-se evidente que as noções de pertencimento e identidade se configuram como construções coletivas e, simultaneamente, individuais (Hall, 2006). A experiência desenvolvida proporcionou momentos de reflexão e autodescoberta, estruturando-se em três etapas, cada uma delas concebida para oferecer diferentes possibilidades de aprendizado e expressão.

A análise dos dados provenientes da atividade permitiu identificar resultados significativos, que evidenciam o impacto positivo da proposta sobre os estudantes. A reflexão sobre identidade e pertencimento foi bem acolhida, favorecendo o engajamento dos participantes de forma profunda e pessoal. A roda de conversa, fundamentada nos princípios freireanos, favoreceu a construção de um espaço democrático, no qual todos os estudantes puderam expressar-se livremente, refletindo sobre o significado de seus nomes e partilhando suas histórias com os colegas.

Durante a atividade em que foram registradas características pessoais desconhecidas pelos demais, observou-se um aumento na confiança mútua e no desenvolvimento da empatia entre os participantes. O exercício de tentar identificar o colega autor de cada descrição fortaleceu os vínculos interpessoais e promoveu uma maior aproximação entre os estudantes. Interessante citar também que essa atividade foi realizada em novembro, e que os adolescentes conviviam com suas turmas desde fevereiro do mesmo ano, portanto, já possuíam certa intimidade e identificaram com certa facilidade as características dos colegas, embora os professores participantes (mesmo aqueles que trabalham na OSC há muitos anos) tenham se surpreendido com algumas situações e relatado que se sentiam mais próximos dos estudantes.

Por fim, o momento de personalização dos copos revelou-se uma estratégia eficaz de expressão criativa da identidade. Por meio da arte, os estudantes puderam externalizar características pessoais, sentimentos e percepções, evidenciando como elementos simbólicos podem ser utilizados como instrumentos potentes para a construção e a representação da própria identidade.

REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA DA PESSOA SURDA E A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA SOCIEDADE

Para a intervenção desenvolvida na disciplina de Libras, em um primeiro momento houve a apresentação dos integrantes e introdução ao tema da acessibilidade, destacando situações de intolerância vivenciadas por surdos. Por meio do relato pessoal do acadêmico surdo de Pedagogia que compunha a equipe, foram mencionadas as dificuldades

enfrentadas na falta de comunicação em Libras em diferentes espaços sociais e os impactos da intolerância social e estrutural. Partindo disso, realizou-se questionamentos aos adolescentes da OSC sobre o que eles já conheciam, pensavam ou sabiam sobre Libras.

Verificou-se que alguns participantes tinham conhecimento básico do alfabeto manual, sabiam, por exemplo, o próprio nome, porém, a maioria não tinha contato com pessoas surdas e não sabiam das dificuldades de inclusão que essas pessoas vivenciam. Na análise de Silva *et al.* (2018), a língua de sinais é elemento central para o desenvolvimento e a socialização do surdo, entretanto, acaba se transformando em fator de discriminação, visto que a maioria das pessoas estabelece relações via oralidade e não há investimentos públicos para a aprendizagem dessa língua.

Posteriormente, desenvolveu-se a dinâmica do “telefone sem fio” com uma adaptação para Libras, evidenciando as barreiras de comunicação e a importância da empatia para superá-las. Os adolescentes formaram uma fila, e o acadêmico com surdez demonstrou diferentes frases em sinais Libras para serem interpretadas. Ao fim da dinâmica, socializou-se o significado das frases repassadas e a forma correta de se fazer cada sinal, e levantou-se questionamentos, baseados nos estudos de Gesser (2009) sobre as crenças e preconceitos em torno da língua de sinais, como: Quais dificuldades tiveram? Identificaram o significado da frase antes de ser revelado? Quais foram as percepções sobre a dinâmica? O que acham da comunicação por sinais? Entre outros.

Na sequência da dinâmica, foi trabalhado o alfabeto manual, a partir dos estudos linguísticos de Quadros e Karnopp (2004), mostrando como se faz cada letra e tirando as dúvidas que surgiram sobre como fazer os sinais, também se mostrou exemplos de cumprimentos básicos em Libras, dias da semana, frutas e outros sinais que foram surgindo de questionamentos feitos pelos alunos. Com essa prática de cumprimentos e palavras cotidianas, foi possível reforçar a necessidade de atitudes inclusivas.

Por fim, realizou-se uma discussão da Lei da Libras (Lei n. 10.436/2002), no intuito de comentar sobre as políticas públicas e leis existentes que garantem os direitos aos surdos. A partir disso,

foram feitas simulações de desafios enfrentados por surdos em locais públicos, como escolas, mercados, entre outros, de forma lúdica e reflexiva. Os resultados dessas dinâmicas demonstraram que os adolescentes compreenderam as barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas e se mostraram mais engajados em promover práticas inclusivas em seus diversos contextos, seja nos ambientes públicos, escolas ou seus futuros empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das atividades extensionistas aqui relatadas, foi possível abordar conteúdos de diversidade, inclusão, identidade e pertencimento, relacionando-os a políticas públicas de qualificação de adolescentes em situação de vulnerabilidade social – os quais, muitas vezes, têm seus direitos violados.

A experiência reafirmou a importância de inserir essas discussões no contexto educacional, de forma crítica, participativa e sensível às demandas dos sujeitos envolvidos. A intervenção possibilitou não apenas a ampliação dos conhecimentos dos adolescentes, como também o desenvolvimento de uma postura questionadora frente às normas sociais que naturalizam desigualdades e discriminações. Assim, a prática educativa revelou-se como um instrumento fundamental na promoção do respeito à diversidade e na construção de uma cultura de equidade e valorização das diferenças, gerando impactos significativos tanto para os participantes quanto para os profissionais envolvidos.

A abordagem participativa utilizada no projeto também merece destaque. Quando os jovens são chamados a construir conhecimento de forma colaborativa, eles não apenas aprendem conteúdos novos, mas também experimentam na prática os princípios de equidade e inclusão. O protagonismo concedido aos participantes é um reflexo direto de uma educação libertadora, que, nos moldes freireanos, reconhece o papel ativo dos sujeitos na transformação social.

O impacto desse projeto transcende os limites, que buscou servir como um exemplo de prática pedagógica transformadora que alia

teoria e prática na promoção da inclusão. Ele demonstra que combater a intolerância exige um esforço coletivo que passa pela sensibilização, pelo desenvolvimento de habilidades críticas e pelo fortalecimento de políticas públicas inclusivas. Em um mundo em que a intolerância ainda é um desafio persistente, iniciativas como essa nos lembram que a educação é, antes de tudo, um ato político e transformador.

Conclui-se que a educação é um instrumento essencial para a transformação social. A criação de espaços de diálogo, fundamentados em teorias críticas como as de Paulo Freire, mostrou-se eficaz para sensibilizar e empoderar os jovens a enfrentarem o racismo, os papéis de gênero e as barreiras à inclusão. Essa experiência evidencia a importância de ações contínuas e intencionais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014.
- BARROS, Sonia *et al.* Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. **Interface**, Botucatu, v. 26, e210525, 2022.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Lei da Libras – Língua Brasileira de Sinais. Lei n. 10.436 de 2002**. Disponível em: <https://bnd.art.br/KDjCWk>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <https://bnd.art.br/tXHMOF>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://bnd.art.br/AOInWS>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012.
- CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 377-384, 2005.
- CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Célia (orgs.). **Educação e diversidade cultural**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e168505, 2019.

CEDUS – Centro de Educação Santa Rita. **Projeto político-pedagógico CEDUS**. Campo Mourão: CEDUS, 2022.

FRANÇA, Fabiane Freire. Educação em direitos humanos e a atualidade do pensamento de Paulo Freire: a produção de círculos dialógicos em rede. **Revista do NESEF**, v. 10, n. 2, p. 120-138, jul./dez. 2021.

FRANÇA, Fabiane Freire; SASSO, Andrea Gerald; CORDEIRO, Aline Fernanda. Educação em Direitos Humanos: um relato de experiência do estágio em docência com o uso de *WebQuest*. **Revista Communitas**, v. 5, n. 9, jan./mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e a realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais**. Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009. Brasília, Diário Oficial da União, n. 225, de 25/11/2009.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Gov, MTE, 2024. Disponível em: <https://bnd.art.br/9Lt2xu>. Acesso em: 4 jun. 2025.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Simone Silveira dos; GUIMARÃES, Lucélia Tavares. O pedagogo e os espaços educativos não formais: conhecendo as organizações não governamentais (ONGs) de Paranaíba – MS. **Anais do Seminário de Educação e Colóquio de Pesquisa**, v. 1, n. 10, p. 161-174, 2015.

SILVA, Carine Mendes da *et al.* Inclusão Escolar: concepções dos profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, jul./set. 2018.

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná. **Projeto pedagógico curricular do curso de Pedagogia.** Campo Mourão: UNESPAR, Colegiado de Pedagogia do *campus* de Campo Mourão, 2018. Disponível em: <https://bnd.art.br/thzU8P>. Acesso em: nov. 2024.

OFICINA DE INGLÊS COM MÚSICA: ATUAÇÃO DE ALUNOS DE LETRAS INGLÊS EM INSTITUIÇÃO LOCAL

*Elaine de Castro*¹⁵

*Felipe de Almeida Moura*¹⁶

*Louise Silva Fukumoto*¹⁷

INTRODUÇÃO

No ano letivo de 2024, a disciplina de Projetos Integradores Extensionistas II contou com 13 alunos do segundo e terceiro ano do curso de Letras Inglês da UNESPAR – *campus* de Apucarana e promoveu conhecimentos teórico-práticos sobre ações extensionistas, enfatizando a importância da relação entre a universidade e a comunidade local. Partindo da proposta do ensino de Língua Inglesa (LI) por meio de música, a disciplina foi dividida em dois eixos temáticos centrais: Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa e Ensino e Aprendizagem de Literaturas de Língua Inglesa, nos quais os alunos-professores participantes do projeto deveriam elaborar oficinas de ensino-aprendizagem de LI com base em gêneros musicais relacionados ao enfoque temático da referida disciplina – aspectos linguísticos e literários, respectivamente.

Aliada a esta proposta, para a efetiva realização de práticas extensionistas, o projeto contou com uma parceria realizada com a instituição sem fins lucrativos conhecida como EDHUCCA¹⁸ – Escola de Desenvolvimento Humano “Casa do Caminho” – localizada na região central de Apucarana, a qual atende famílias em contextos de vulnerabilidade por meio da oferta de cursos de qualificação profissional voltados à sua promoção social.

¹⁵ Coordenadora do Projeto de Extensão, UNESPAR – *campus* de Apucarana.

¹⁶ Graduando em Letras Inglês, UNESPAR – *campus* de Apucarana.

¹⁷ Graduanda em Letras Inglês, UNESPAR – *campus* de Apucarana.

¹⁸ Com base nas informações disponibilizadas no *site* da instituição, disponível em: <https://bnd.art.br/461-5Qm>. Acesso em: 5 abr. 2025.

A partir desta parceria e em consonância com os aportes teóricos fundamentando a disciplina no que tange ao ensino-aprendizagem de LI e práticas extensionistas, os alunos de Letras Inglês participantes do projeto de extensão em andamento realizaram um mapeamento das condições de atuação no local, tomando como base o número de alunos, a faixa etária, os recursos disponíveis para realização de atividades didáticas, bem como a duração das aulas, no intuito de desenvolverem as oficinas a serem ministradas no segundo semestre do ano letivo vigente.

Conforme os direcionamentos obtidos por meio do contato entre a coordenadora do projeto e a direção da EDHUCCA, definiu-se que as oficinas ocorreriam na instituição parceira semanalmente às terças-feiras no período vespertino, tendo a duração de 50 minutos e contando com projetor, acesso à internet e salas de aula compatíveis com as necessidades das atividades propostas. Além disso, estava prevista a participação de 15 alunos entre 15 e 17 anos, estudantes de Ensino Médio de colégios públicos da cidade.

Sabendo-se das características do público-alvo, os alunos-professores passaram a planejar oficinas de ensino-aprendizagem de LI em seus respectivos eixos, partindo da perspectiva de língua como prática social, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira (Brasil, 2008) para um trabalho com base em gêneros textuais variados, de modo a contemplar as dimensões linguística, pragmática, discursiva e cultural, por meio da promoção de uma postura reflexiva dos aprendizes. Para Scrinolle *et al.* (2023, p. 72):

O ensino de línguas, encarado e trabalhado segundo o uso social dos gêneros textuais permite que a escola possa melhor capacitar o aluno para as situações cotidianas de comunicação, nas quais ele necessita fazer valer o aprendizado das línguas realizado na escola para interagir em diferentes esferas comunicativas, sejam elas orais ou escritas.

Deste modo, o uso de gêneros textuais no ensino-aprendizagem de LI permite abordar suas esferas de produção e características composicionais, possibilitando uma maior compreensão pelo aprendiz e, também, uma maior articulação com seu cotidiano. Nesse âmbito, cabe

ressaltar que o gênero musical recebeu enfoque primário na escolha dos recursos utilizados nas oficinas, devido ao fato de se relacionar com a motivação dos aprendizes, além de representar uma ferramenta valiosa de memorização e aquisição de vocabulário (Vicentini; Basso, 2008).

Neste âmbito, Vicentini e Basso (2008, p. 5) afirmam que a música “é um dos meios de representação do saber construído pela interação intelectual e afetiva do educando com o contexto de cada canção ministrada”, sendo a compreensão da letra, de seu contexto de produção e de aspectos sonoros, fatores que tornam a aprendizagem de LI mais significativa. Além disso, ouvir e cantar músicas nas aulas de LI permite o desenvolvimento das habilidades mais ativas em LE, a compreensão e a produção oral, as quais representam uma maior dificuldade para serem abordadas (Ferraz; Audi, 2013).

Ainda no que tange à música como uma ferramenta autêntica da linguagem em uso, Cristóvão (2007, p. 66 *apud* Ferraz; Audi, 2013) afirma que:

a) as músicas são exemplos acessíveis de inglês oral; b) as rimas permitem aos alunos exercícios de identificação de sons similares; c) a atmosfera agradável que a musicalidade traz faz com que o aluno sinta-se mais à vontade com o trabalho de pronúncia; d) a identificação das sílabas fortes e fracas ajuda na pronúncia da língua.

Em vista das possibilidades de ensino-aprendizagem de LI com música, ainda cabe retomar o fato de que as oficinas partiram das premissas do trabalho com gêneros variados (Brasil, 2008). Corroborando este propósito, Lenharo (2016, p. 28) afirma que:

a música por si só já é um elemento considerado positivo para o ensino de línguas; no entanto, devido aos avanços das novas tecnologias no cotidiano das pessoas, aliar a música a outros letramentos pode ser interessante para o professor de LI, que contará com recursos diversos para o ensino-aprendizagem de línguas.

Ou seja, na perspectiva dos multiletramentos, considera-se diferentes materialidades da linguagem, como “sonora, digital, visual,

escrita, gestual, entre outras” (Lenharo, 2016, p. 50), complementares ao ensino-aprendizagem, além da importância de uma aprendizagem contextualizada, diretamente relacionada ao cotidiano dos aprendizes, favorecendo uma construção mais ativa do conhecimento.

Uma vez que o propósito das oficinas não era estritamente linguístico, mas o de oferecer instrumentos de investigação e compreensão textual, os alunos-professores partiram de uma temática central na elaboração de suas oficinas e recorreram, tanto ao gênero musical quanto a gêneros textuais correlacionados, como trechos de filmes, séries, poemas, entre outros, além de recursos de natureza verbal e não verbal, para atingirem seus objetivos de ensino-aprendizagem.

Partindo desses pressupostos, a seguir descrevemos e analisamos teórico-metodologicamente a experiência de uma dupla de alunos-professores que planejaram e executaram uma oficina no referido contexto.

A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO

Mediante o exposto sobre as condições de produção das oficinas de LI e literatura, a presente ação se deu em um encontro presencial com duração de 50 minutos nas dependências da EDHUCCA, contando com os dois alunos-professores autores deste trabalho e 12 alunos participantes da instituição, com idades entre 15 e 17 anos. A oficina foi planejada com o objetivo de causar impacto reflexivo e promover o engajamento dos estudantes, utilizando a LI de maneira contextualizada. Deste modo, pretendeu-se que mesmo aqueles que não possuísem familiaridade com a LI pudessem se envolver a partir de uma proposta significativa, que os convidasse a refletir criticamente sobre um tema atual e urgente: o meio ambiente.

Tal temática foi escolhida devido à sua relevância social e por estar possivelmente ligada ao cotidiano dos alunos, visto que os efeitos das mudanças climáticas, da poluição e do consumo excessivo são cada vez mais visíveis e preocupantes em nossa sociedade. Assim, o foco da oficina foi discutir de que maneira ações individuais podem contribuir para mudanças coletivas, utilizando a LI como meio de expressão e conscientização.

Deste modo, a aula foi iniciada por meio de uma conversa com os alunos sobre o clima atual da cidade e mudanças percebidas em seu dia a dia, como o aumento do calor ou a falta de chuva. Após compartilharem seus conhecimentos prévios, os alunos foram questionados sobre o conceito de *Global warming*, ou aquecimento global em português, o qual alguns demonstraram reconhecer por apresentarem um maior contato ou afinidade com a língua.

Em seguida, uma pergunta essencial para o andamento da aula foi realizada: Como o planeta será se nós não nos preocuparmos com ele? Neste momento, os alunos se demonstraram engajados e com muitas sugestões de possíveis futuros para o planeta caso não realizemos ações para reverter os danos que vêm sendo causados recentemente.

A partir desta discussão, foi exibida uma cena do filme *Wall-e* (Figura 1), animação da Pixar lançada em 2008 e dirigida por Andrew Stanton, o qual se passa em um futuro distópico em que os humanos deixaram o planeta inabitável e passam a viver numa nave espacial onde todos se encontram em condição de sobrepeso, usando cadeiras de roda para se locomover e fazendo consumo exagerado de comidas ultraprocessadas. Na cena escolhida, o protagonista da história é visto adentrando a nave espacial após tornarem o próprio planeta inabitável através de suas próprias ações.

Figura 1 – Cena do filme *Wall-e* – “*Movie Dystopia*”



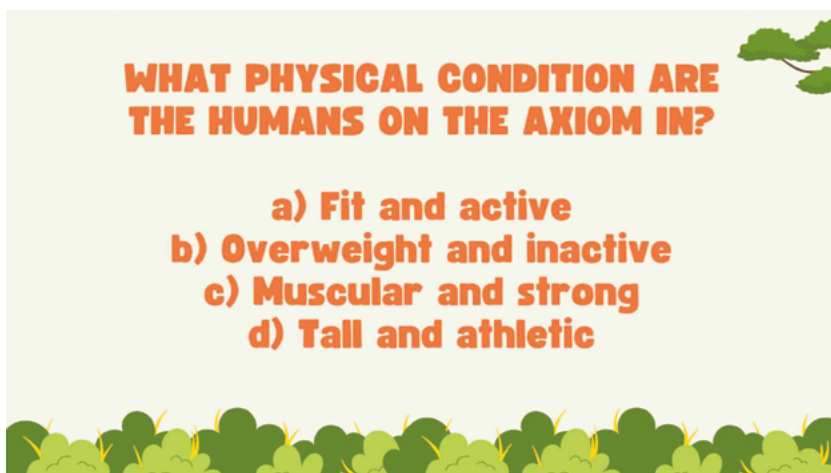
Fonte: YouTube. Disponível em: <https://bnd.art.br/2Cp13R>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Anteriormente à exibição da cena, houve uma breve contextualização do enredo do filme, sendo proposta uma reflexão sobre como esse cenário dialoga com a realidade atual. Para isso, o conhecimento prévio dos estudantes sobre o filme foi explorado, e eles destacaram o fato de que, no longa, o planeta Terra não está habitável por conta das consequências das ações dos próprios seres humanos.

Após as suposições levantadas pelos alunos, a referida cena foi exibida, para que pudessem verificar o quanto esse possível futuro ia de encontro com as hipóteses compartilhadas em sala. Foi possível observar que as suposições dos alunos se assemelharam ao filme com relação ao destino que a humanidade teve ao não dar o devido valor ao próprio ecossistema, vivendo de maneira sofrível em um ambiente artificial.

Seguindo a exibição da cena, foi realizado um *quiz* com três questões com os participantes visando verificar a compreensão linguística por meio de alguns adjetivos e vocabulários de forma contextualizada com a temática do meio ambiente em foco, conforme observado nas Figuras 2, 3 e 4. Nesta atividade, pretendeu-se proporcionar estratégias para responderem perguntas, sem necessariamente compreenderem todas as palavras, mas sim o contexto geral de um texto.

Figura 2 – *Slide* contendo pergunta 1 do *quiz*



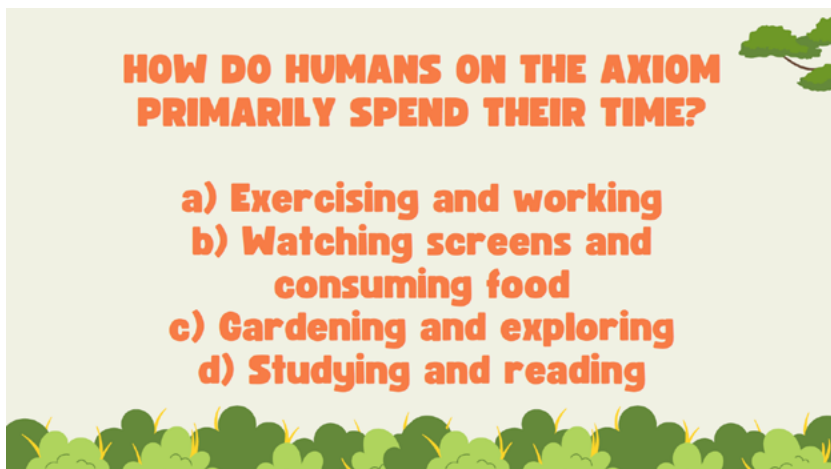
Fonte: Os autores.

Figura 3 – *Slide* contendo pergunta 2 do *quiz*



Fonte: Os autores.

Figura 4 – *Slide* contendo pergunta 3 do *quiz*



Fonte: Os autores.

É importante ressaltar que as perguntas, as quais foram inicialmente apresentadas em LI, foram trabalhadas com os alunos por meio de leitura em voz alta no idioma alvo seguido da interpretação das palavras, para chegar a uma compreensão tanto das perguntas quanto

das alternativas. Nesse sentido, além de trabalhar os conhecimentos linguísticos a partir dos termos apresentados, uma discussão quanto ao papel dos estudantes com relação ao meio ambiente em contraste com a cena do filme foi iniciada como meio de conscientização sobre a temática alvo desta oficina.

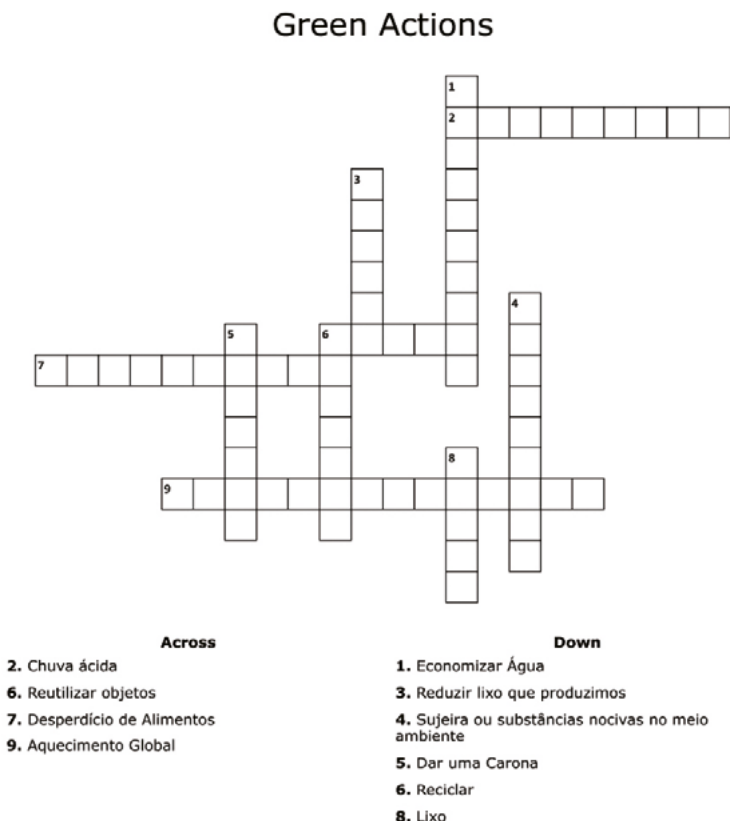
Após as perguntas do *quiz*, mais alguns termos relacionados ao meio ambiente foram apresentados também por meio de *slide*, como apresentado na Figura 5, a seguir, junto a uma atividade de cruzadinha (Figura 6), em que os estudantes precisavam observar as expressões projetadas no telão para completar as alternativas. Essa atividade contou com um bom engajamento e proporcionou aos alunos novos termos relacionados a questões ambientais, permitindo praticá-los de forma lúdica.

Figura 5 – *Slide* contendo vocabulário para a cruzadinha



Fonte: Os autores.

Figura 6 – Exercício de cruzadinha



Fonte: Os autores.

Após a aplicação das atividades com enfoque nos conhecimentos de vocabulário, foi apresentada a música *What They'll Say About Us* (Figura 7), do cantor e compositor norte-americano Finneas, lançada em 2020 e disponível no YouTube. A canção, composta em meio à pandemia de covid-19 e aos protestos do movimento *Black Lives Matter*, aborda temas como esperança, resistência e legado. Esses temas permitiram estabelecer uma conexão com o contexto ambiental ao promover uma reflexão sobre o papel de cada indivíduo na construção de um futuro mais sustentável. A ideia de resistência presente na letra foi expandida para abarcar a luta ambiental, destacando a importância de agir frente à crise climática com empatia, união e responsabilidade.

Figura 7 – Vídeo da música *What They'll Say About Us*, do cantor *Finneas*



Fonte: YouTube. Disponível em: <https://bnd.art.br/poUFY0>. Acesso em: 15 mai. 2025.

Para desenvolver a atividade com a música, foi entregue aos alunos uma cópia impressa da letra da canção *What They'll Say About Us*, de Finneas (Figura 8). Em seguida, foi solicitado que localizassem e circulassem o trecho correspondente ao refrão: “*We’ve got the time to take the world / And make it better than it ever was / That’s what they’ll say about us*”. Em tradução livre, “Tivemos o tempo para pegar o mundo / E torná-lo melhor do que sempre foi / É isso que eles dirão sobre nós”. Nesse momento, foi abordada construção do tempo verbal futuro na LI, destacando formas como *will* e *they’ll* presentes no refrão. Para tanto, foi explicitado que essas formas indicam ações que acontecerão em um momento posterior ao presente, e os alunos foram convidados a refletir sobre o significado dessas expressões dentro do contexto da música.

Durante essa etapa, buscou-se promover uma escuta atenta e direcionada, ou seja, os alunos foram direcionados não apenas à melodia, mas também ao conteúdo da canção. Ainda que nem todos compreendessem todas as palavras, foi proposta uma leitura coletiva do refrão e, então, realizou-se uma discussão em grupo sobre o que ele poderia significar, relacionando a mensagem da música com o tema do meio ambiente trabalhado na oficina. A atividade se mostrou eficaz, pois

mesmo com vocabulário limitado, os estudantes conseguiram compreender e interpretar o conteúdo por meio do contexto e das interações com os colegas e professores.

Figura 8 – Letra da música *What they'll say about us*

What They'll Say About Us

You're tired now, lie down
I'll be waitin' to give you the good news
It might take patience
And when you wake up, it won't be over
So don't you give up

We've got the time to take the world
And make it better than it ever was
That's what they'll say about us

If I say a cliché, it's 'cause I mean it
We can't walk away, we gotta get in between it
And when you wake up, we'll grow together
So don't you give up

We've got the time to take the world
And make it better than it ever was
That's what they'll say about us

I never said it would be easy
I'm never giving up, believe me
I used to think the pain would fade, but it never does

You're tired now, lie down
I'll be waitin' to give you the good news
It might take patience
And if you don't wake up
I'll know you tried to
I wish you could see him
He looks just like you

Fonte: Letras. Disponível em: <https://bnd.art.br/1eSsr9>. Acesso em: 15 mai. 2025.

Visando verificar a compreensão da letra da música, os alunos foram questionados sobre quem o cantor se refere enquanto utiliza o pronome *they* no verso *That's what they'll say about us*. Por meio das respostas obtidas, foi possível perceber que muitos conseguiram entender que, neste contexto, a palavra se tratava de nossas futuras gerações. Foi um momento importante, pois mesmo com pouco conhecimento em LI, os alunos conseguiram inferir o significado e interpretar o conteúdo por meio do contexto, além da tradução disponibilizada em sala. Isso mostrou como é possível trabalhar compreensão e reflexão mesmo com turmas iniciantes, uma vez que o tema seja próximo da realidade dos alunos e permita discussões além do campo linguístico.

Como finalização da oficina, foi proposta uma breve atividade avaliativa, conforme a Figura 9 a seguir. Como primeiro exercício, os alunos precisavam ligar as expressões expostas em sala de aula com imagens que as representam. Em seguida, foram levados à área externa da instituição de ensino para uma atividade reflexiva, na qual foram solicitados a identificar os elementos da natureza observados naquele local e seus benefícios ao mundo.

Neste ambiente, a segunda tarefa, apresentada na Figura 9, foi realizada por meio da escrita de duas sugestões de como ajudar o mundo a ser um lugar melhor. Para tanto, os estudantes puderam optar por redigir em LI ou não. Ao compartilharem suas atividades com o grupo, foi possível verificar que muitos tentaram mesclar o que haviam abordado na aula com a Língua Portuguesa, e outros se arriscaram a escrever completamente em LI.

Figura 9 – Atividade avaliativa de finalização da oficina

1 - Trace uma linha entre a imagem e a palavra em inglês que corresponda com seu significado.



Imagem 1 <https://abrir.link/tqgZc>



Imagem 2 <https://abrir.link/fpRMY>



Imagem 3 <https://abrir.link/HVCIF>



Imagem 4 <https://abrir.link/SqNof>



Imagem 5 <https://abrir.link/UAzUR>

RECYCLE

PLANT TREES

TRASH

TURN OFF THE TV

FOOD WASTE

2 - Escreva duas ações diferentes que podem ajudar o mundo a se tornar um lugar melhor.

Fonte: Os autores.

A partir da conclusão desta oficina e diante das atividades relatadas, foi possível verificar que a resposta dos estudantes foi bastante positiva de modo geral. Muitos demonstraram surpresa ao perceber que conseguiam compreender partes da letra da música apresentada e relacioná-la com suas próprias vivências, conforme apontado anteriormente (Vicentini; Basso, 2008). Essas manifestações revelam que o uso de materiais autênticos e multimodais, como a letra e o videoclipe da música e o trecho do filme, contribuíram não apenas para a aprendizagem da LI, mas também para a reflexão sobre o papel de cada indivíduo na preservação ambiental.

Nesse âmbito, vale ressaltar que, durante a oficina, os diferentes recursos didáticos utilizados, como o som (a música), a imagem (o filme), o texto escrito (a letra da canção e os vocabulários no *slide*), além de elementos gestuais e orais presentes nas interações com os alunos, se alinham à proposta de multiletramentos discutida por Lenharo (2016), que destaca a importância de considerar as múltiplas materialidades da linguagem como a sonora, visual, escrita e gestual no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo quando se busca uma prática mais inclusiva e contextualizada.

Por fim, conforme o propósito da própria ação extensionista a qual este trabalho se refere, de ofertar oficinas de LI com música, pode-se afirmar que a combinação de gêneros textuais realizada favoreceu a construção de sentidos e ampliou o envolvimento crítico dos alunos com a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato trata de um recorte em meio a uma proposta de ação extensionista com enfoque no ensino de LI e literatura por meio de gêneros musicais. Entre as temáticas desenvolvidas pelos participantes do referido projeto, especificamente nesta oficina, ao longo de seu desenvolvimento e nas interações com os alunos, foi possível constatar que, embora em uma única aula, percebeu-se impacto positivo por meio de uma abordagem contextualizada, significativa e sensível à

realidade dos estudantes. Nesse âmbito, a escolha do meio ambiente como temática central despertou interesse, permitiu conexões com vivências pessoais e abriu espaço para discussões críticas sobre o futuro coletivo.

Para tanto, o uso de materiais autênticos e multimodais, como a música “*What They’ll Say About Us*”, o trecho do filme *Wall-E*, e as atividades lúdicas e mais dinâmicas com vocabulário e compreensão de palavras e textos, mostraram-se eficazes tanto para o engajamento dos alunos da instituição parceira quanto para o desenvolvimento de habilidades em LI, mesmo entre aqueles com pouca familiaridade com o idioma. Tais atividades também permitiram que os estudantes se expressassem, refletissem e compreendessem conteúdos linguísticos por meio de pistas contextuais, imagens, sons e interações, mostrando que é possível promover aprendizagens relevantes mesmo em um tempo reduzido.

Além disso, a experiência reforça a importância de considerar os multiletramentos no ensino de línguas, como apontado por Lenharo (2016), ao integrar diferentes modos de comunicação (oral, visual, escrita e gestual) que dialogam com a diversidade dos estudantes e com as exigências de um mundo cada vez mais multimodal e interconectado.

Por fim, a oficina representou uma oportunidade rica para os alunos da EDHUCCA, que puderam participar de uma experiência coma LI e discussão de temática relevante à sua formação crítica quanto indivíduo em sociedade e além do ambiente escolar. Igualmente, para os alunos-professores e organizadores da ação extensionista, ao proporcionar um espaço de prática reflexiva e crítica sobre o papel social da educação e da linguagem. Deste modo, ações como esta contribuem para a formação docente, ao mostrar, na prática, que ensinar inglês pode (e deve) ir além do ensino de estruturas linguísticas, tornando-se também um espaço de construção de sentidos, participação e transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares de Língua Estrangeira moderna para a educação básica**. Curitiba, PR: SEED, 2008.

CRISTOVÃO, V. L. L. **Modelos didáticos de gênero**: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira. Londrina: UEL, 2007.

FERRAZ, M.; AUDI, L. C. C. Ensino de língua inglesa com música. **Revista eletrônica Pro-docência/UEL**, 3 ed., v. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bnd.art.br/mfoQxy>. Acesso em: 11 abr. 2025.

LENHARO, R. I. **Participação social por meio da música e da aprendizagem de língua inglesa em um contexto de vulnerabilidade social**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <https://bnd.art.br/ZOxfIY>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SCRINOLLE, Mariana *et al.* A importância do ensino de gêneros textuais no processo de ensino e de aprendizagem de línguas. **Revista Educação em Foco**, n. 15, 2023, p. 68-73.

VICENTINI, C. T.; BASSO, R. A. A. O ensino de inglês através da música. 2008. Disponível em: <https://bnd.art.br/UKfoAT>. Acesso em: 11 abr. 2025.

EXTENSÃO EM AÇÃO: ASSESSORIA COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO À PROTEÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE APUCARANA

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze¹⁹

Kamila Cristina da Silva Teixeira²⁰

Valdir Anhucchi²¹

Kelen Aparecida da Silva Bernardo²²

Elson Alves de Lima²³

INTRODUÇÃO

O presente capítulo, fruto do projeto de extensão “Núcleo de Assessoria e Supervisão ao CREAS de Apucarana/PR”, desenvolvido junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tem como objetivo refletir sobre os resultados parciais oriundos do trabalho em curso, destacando a importância de a assessoria e de a supervisão

apontar alguns aspectos que norteiam a dinâmica do processo de assessoria e supervisão técnica em relação ao planejamento e operacionalização das ações socioassistenciais da proteção especial da Política Municipal de Assistência Social no município de Apucarana – Paraná.

Sabe-se que nos últimos anos, especialmente durante o desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, houve um contexto regressivo de financiamento das políticas sociais, com impactos no acirramento das desigualdades sociais, agravadas especialmente pela crise sanitária da covid-19 (Abramides, 2021). Tal contexto trouxe inúmeras implicações

¹⁹ Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina-UEL e professora do curso de graduação em Serviço Social da Unespar – *campus* de Apucarana

²⁰ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Especializada em Mídia, Política e Atores Sociais, também pela UEPG. Mestra em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Doutora e pós-doutora em Sociologia pela UFPR. Colegiado de Serviço Social pela Unespar-Apucarana.

²¹ Doutor em Serviço Social e Política Social. Professor do curso de Serviço Social da Unespar – *campus* de Apucarana.

²² Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense/Universidade de Coimbra, docente do curso de Serviço Social da Unespar – *campus* de Apucarana.

²³ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Professor do curso de Serviço Social da Unespar – *campus* de Apucarana

no financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)²⁴, com o sucateamento de serviços, programas e projetos ofertados à população, bem como implicações negativas aos trabalhadores da política de assistência social, balizados por condições de trabalho precarizadas, equipes reduzidas e pouco qualificadas, profissionais terceirizados e perspectivas cada vez mais remotas de concurso público. Também se inclui nesse *rol* os incentivos jurídicos e financeiros para organizações e entidades privadas de assistência social, contribuindo para o crescimento das parcerias público-privada e tornando evidente o processo de transferência de responsabilidade do poder público quanto à execução da política para o chamado terceiro setor.

Essas fragilidades na manutenção dos serviços socioassistenciais foram e estão sendo sentidas pelos municípios, os quais dependem, em grande parte, das transferências federais e estaduais para manutenção e implementação dos serviços sociais. Nos diálogos estabelecidos com supervisores de campo e assistentes sociais que atuam na proteção social básica²⁵ e especial²⁶ do SUAS em Apucarana e demais municípios da região do Vale do Ivaí e próximos à Universidade Estadual do Paraná *campus* de Apucarana, observou-se que os processos de qualificação das estruturas de atendimento e investimento em capacitação dos quadros profissionais têm sido cada vez mais escassos. Isso influi diretamente nos serviços, além disso, as condições precarizadas de trabalho impõe uma rotina que nem sempre permite ao profissional dispor de tempo para as atividades de planejamento, sistematização do trabalho, reestruturação de fluxos de atendimento e implementação de ações voltadas para a qualificação dos serviços.

²⁴ Neste âmbito, de acordo com o Plano Municipal de Assistência de Apucarana – FMAS (2022-2025), no ano de 2019 o repasse total do Governo Federal ao Fundo Municipal de Assistência Social de Apucarana foi de R\$ 1.145.777, 46 que corresponde a 20% do comparativo feito anteriormente. No ano de 2020, os repasses do Governo Estadual ao FMAS foram de R\$ 318.000,00, que corresponde a 5% a menos do comparativo feito anteriormente (Apucarana, 2021).

²⁵ De acordo com a PNAS, o objetivo da proteção social básica é “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (Brasil, 2005, p.33).

²⁶ A proteção especial, segundo a PNAS, “é uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social [...]” (Brasil, 2002, p. 37).

Apesar da realidade vivenciada pelos profissionais, vale considerar que a capacitação dos trabalhadores do SUAS para a qualificação do trabalho socioassistencial está definida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/SUAS), aprovada em 2007, que aponta o caráter continuado e sistemático dela para fortalecer a política de assistência social em nível nacional e aprimorar o serviço prestado à população. A NOB/RH aborda igualmente sobre a participação privilegiada das instituições de nível superior nesse processo, além do desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão (Brasil, 2011).

Tendo em vista os elementos supracitados, o presente projeto de extensão, desenvolvido pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Apucarana (UNESPAR) em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, mais especificamente, junto ao CREAS, fomentou uma série de atividades, encontros, discussões e execuções de trabalhos no sentido de qualificar o debate sobre a política de assistência social e o trabalho profissional na proteção básica e especial no município de Apucarana.

Nesse sentido, destaca-se que o desenvolvimento de atividades sistemáticas de apoio técnico e teórico relacionadas às experiências dos profissionais, que materializam cotidianamente o desenvolvimento do trabalho social naquele espaço, deram base para as reflexões apresentadas neste artigo.

Entre alguns dos resultados alcançados, como a contribuição na construção do fluxo de atendimento e levantamento de dados para a construção do Plano de Trabalho Profissional, o trabalho de assessoria e supervisão técnica tem possibilitado discussões que influem na atualização do conhecimento, na percepção de estratégias de ação, bem como na identificação do trabalho interdisciplinar, considerando que as demandas sociais e institucionais do CREAS não são demandas isoladas, mas que carecem de interlocução com as demais políticas públicas.

ASSESSORIA E SUPERVISÃO TÉCNICA: BREVES APONTAMENTOS

O trabalho de assessoria e supervisão com os profissionais do Centro de Referência Especializado de Proteção Social (CREAS) no município de Apucarana/PR foi pensado no sentido de qualificar o serviço ofertado, viabilizar a garantia de direitos e melhorar as condições de vida da população usuária da política de assistência social. Além de estreitar os laços entre a universidade e a comunidade, demonstrando as potencialidades das ações extensionistas no âmbito da implementação das políticas públicas. Isso vai ao encontro de um dos objetivos da Política Nacional de Extensão: “criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implementação das mesmas” (Forproex, 2012, p. 10).

No que tange à assessoria, ela se desenvolve devido à capacidade intelectual dos docentes do Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* Apucarana e sua disponibilidade em trocar e disseminar o conhecimento acumulado sobre a realidade social, o trabalho profissional e as políticas sociais. Quanto à demanda por assessoria colocada ao profissional de Serviço Social, Matos (2010, p. 30) argumenta que:

[...] a entrada em cena do tema assessoria/consultoria no debate profissional, expressa a maturidade do atual projeto de profissão do Serviço Social brasileiro, conhecido como projeto ético-político do Serviço Social. Pois é somente com o reconhecimento da relevância da leitura crítica da realidade [...] e do reconhecimento das dimensões da ética e da política, que o Serviço Social passa a considerar a importância de um trabalho profissional projetado e não empiricista e também é identificado como um profissional detentor de conhecimento relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais.

A assessoria também é afiançada pela Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n. 8.662/1993), que a institui como competência e atribuição privativa da/o assistente social, especificando

que ao profissional cabe prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e outras entidades em matéria de Serviço Social e em matérias relacionadas à elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos (CRESS/RJ, 2006). Estes aspectos definem o assistente social e o docente do Curso de Serviço Social como profissionais privilegiados para realizar a assessoria no âmbito das políticas sociais, como o caso da ação realizada junto ao CREAS, serviço especializado da política de assistência social.

Segundo Matos (2009, p. 518), a assessoria “é aquela ação que visa auxiliar, ajudar, apontar caminhos” em cooperação com aquele que demanda o trabalho. Isso demonstra que o assessor não pode ser confundido com o executor da ação, pois se configura como o seu proponente a partir de um diálogo coletivo com o demandante da ação. Nesse sentido, o autor argumenta que o assessor deve “propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições” (Matos, 2010, p. 31). E completa especificando o perfil deste assessor que “deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente suas proposições” (idem).

Vale considerar que assessoria e consultoria não são sinônimas. Embora estes conceitos estejam sempre associados, existe uma diferença entre eles. Matos (2009) alerta para o fato de que a consultoria apresenta as seguintes características: está relacionada a pedir opinião; é mais pontual; e remete à ideia de assistir. Ao citar Vasconcelos (1988), o autor ainda destaca outras questões que diferenciam a assessoria e a consultoria, sendo elas: no processo de consultoria o projeto de trabalho já foi elaborado pela equipe e o consultor vai atuar no sentido de eliminar algumas barreiras que dificultam o encaminhamento do projeto a partir de apontamentos pontuais. Já a assessoria tem como finalidade articular e preparar a equipe para a elaboração de um projeto de trabalho por meio do conhecimento técnico e teórico (*apud* Matos, 2009, p. 518). Este trabalho deve ser articulado e direcionado pelo projeto profissional da categoria, que foi construído coletivamente e defende a ampliação e a consolidação da cidadania; a garantia dos

direitos sociais das classes trabalhadoras; e a garantia da qualidade do serviço prestado (Netto, 2009). Sendo assim, a assessoria também pode contribuir para o atendimento dos interesses dos usuários e usuárias dos serviços e políticas sociais e, conseqüentemente, efetivar o compromisso profissional e promover mudanças nas condições de vida da população usuária. Principalmente, diante do aprofundamento das expressões da questão social; do ataque do capital aos direitos e às políticas sociais; e à fragilidade das condições de trabalho. Isto é, diante do projeto em curso que propõe o “esvaziamento da própria noção de direitos relacionado a uma suposta desnecessidade de tudo que é público e estatal”, assim como ressalta Raichelis (2010, p. 756).

Importa enfatizar que a preocupação da equipe de docentes não foi apontar o que os profissionais deveriam fazer ou como deveriam intervir, e sim trabalhar em conjunto, de modo participativo, considerando o conhecimento acumulado pelos profissionais do serviço para refletir, identificar lacunas e sistematizar o trabalho profissional. É neste sentido que a assessoria vem sendo desenvolvida em conjunto com a equipe do CREAS, considerando as seguintes frentes: identificação dos desafios que perpassam o serviço; elaboração do plano de trabalho; elaboração do fluxo de atendimento; estruturação da rede de atendimento intersetorial; e fortalecimento da articulação entre a proteção básica e a proteção especial (CRAS e CREAS).

No que diz respeito à supervisão técnica, ela pressupõe um processo de troca de saberes e conhecimentos, unindo teoria e prática, numa práxis reflexiva, capaz de problematizar sobre temas e questões que podem passar despercebidas na rotina cotidiana do trabalho profissional. Devido à capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, essa ação se configura como uma das atribuições do profissional de Serviço Social e como “uma mediação fundamental para a formação e a capacitação profissional” (Guerra e Braga, 2009, p. 533), visando à qualidade do serviço prestado à população-alvo dos programas, projetos e políticas sociais.

Segundo Matos (2010, p. 37), por muito tempo houve um silêncio na produção teórica da categoria sobre o tema da supervisão profissional

devido à influência do referencial teórico que sustentou a bibliografia na área, baseada no estrutural-funcionalismo, que entende a supervisão como uma estratégia de adequação do Serviço Social aos interesses das instituições. Nesta perspectiva, a supervisão nega o processo de troca de saberes diferenciados, de diálogo, pois o supervisor assume o papel de promover a adaptação do assistente social às necessidades institucionais para uma “atuação competente”.

Ao lançar mão do conceito de supervisão de Guerra e Braga, considera-se esta como uma “atividade programada que se realiza segundo uma sistematização programática, muitas das vezes, por meio de controle, acompanhamento, avaliação e replanejamento” (2009, p. 539). Atividade esta que deve ser compreendida na unidade entre teoria e prática, como um processo de síntese destes dois elementos indissociáveis (Idem). Muito em função disso, o processo de supervisão promove diálogos, aproximações, construção de saberes e condições para a elaboração de alternativas e respostas à realidade colocada no cotidiano do trabalho profissional.

Assim, a supervisão é vista como um processo voltado para “orientar o aprimoramento da intervenção profissional” (idem, p. 535). É nesta direção e pautado pelo projeto ético-político profissional da categoria que o trabalho de supervisão vem sendo desenvolvido com a equipe do CREAS por meio de encontros periódicos, que possibilitam a criação de um ambiente de interlocução dos docentes do Curso de Serviço Social com aqueles que estão diretamente envolvidos na execução da política de assistência social.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir do entendimento e da defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como componentes necessários para o processo formativo no âmbito universitário, o projeto de extensão nasce de múltiplas demandas, como: da necessidade de atender às orientações contidas no Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná *campus* de Apucarana; da proposta de se criar espaços para assegurar o cumprimento da estratégia 7 da

meta 12 do Plano Nacional de Educação, a qual estabelece a exigência de “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (Brasil, 2014, s/p); da busca pela aproximação e articulação com a SMA, visando ampliar o diálogo e a construção de trabalhos conjuntos.

Ressalta-se que a extensão universitária é entendida como processo coletivo de identificação e resolução para problemas presentes na comunidade, pois trata-se de um “instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (Forproex, 2012, p. 4). O presente projeto de extensão pauta-se no princípio da interação dialógica, estabelecido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Forproex, 2012). A partir da interação dialógica, a relação estabelecida com a comunidade é pela perspectiva da “via de mão dupla”, em que os conhecimentos e as respostas para os problemas são construídos a partir das experiências e saberes tanto acadêmicos quanto da comunidade envolvida. É um “trabalho consciente de reconhecer nos públicos envolvidos a dimensão subjetiva que produz saberes legítimos, opera escolhas, constrói e reconstrói realidades” (Silva, 2016, p. 42). Por essa perspectiva, ressalta-se a dimensão pedagógica e dialógica que as ações extensionistas possuem para a transformação social.

O encontro de saberes, entre comunidades acadêmicas e comunidade local, foco das ações extensionistas, fomenta o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e cotidianos das comunidades, visando à ação e transformação social do território, no caso em foco, isso ocorre por meio da qualificação dos serviços ofertados. Tendo isso em vista, no ano de 2023 foi estabelecida uma agenda de reuniões com a SMAS, a fim de levantar os principais eixos que constituiriam os objetivos das ações de extensão.

Cabe destacar que, nesse período, devido à mudança de governo na esfera do executivo local, houve a possibilidade de um maior diálogo com a universidade, favorecendo a formulação de novas propostas de extensão.

No ano de 2023, foram realizadas 8 reuniões visando levantar as necessidades da SMAS em relação à execução dos serviços socioassistenciais.

Desse total, foram realizadas reuniões com as direções e profissionais (assistentes sociais e psicólogos) da proteção social básica e especial. Outro recurso metodológico acionado foi a aplicação de um questionário semiestruturado para levantamento das demandas dos(as) trabalhadores(as) vinculados à proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade, o qual objetivava identificar os seguintes eixos: concepção de proteção; levantamento de demandas relacionadas aos aspectos teóricos e práticos para o aprimoramento do trabalho profissional; acesso à capacitação; participação nos processos decisórios; principais dificuldades e expectativas quanto ao projeto de extensão.

A aplicação do questionário ocorreu em dias distintos, sendo que no dia 22 de outubro de 2023 foi aplicado para os(as) trabalhadores(as) vinculados à proteção social básica e no dia 06 de dezembro de 2023 para a proteção social especial. Ao todo, 34 trabalhadores(as) responderam ao questionário, sendo 22 vinculados à proteção social básica e 12 à proteção social especial. Na sequência, os dados foram organizados, sistematizados e apresentados a SMAS – no dia 21 de fevereiro de 2024 – ocasião em que foi acordado que o recorte da ação extensionista seria voltado à proteção especial de média complexidade junto ao CREAS. Tal recorte se justificou diante aos desafios identificados por meio das respostas dos(as) trabalhadores vinculados ao referido equipamento e por demanda da própria secretaria através da gestão da proteção especial.

Entre as dificuldades comuns da proteção social básica e da proteção social especial para o alcance dos objetivos estabelecidos para tais níveis de proteção no SUAS, destacam-se: a falta de uma diretoria específica para atuar na vigilância socioassistencial; a necessidade de reordenamento do trabalho social nos CRAS, tendo em vista a territorialização e a reorganização dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Com base na pesquisa inicial e na pactuação junto à SMAS, elencaram-se os objetivos do projeto, sendo o objetivo geral o de “prestar assessoria e supervisão ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Apucarana/Paraná.”

Como objetivos específicos, estabeleceram-se: identificar os desafios que perpassam a execução do serviço de proteção social especializada; contribuir para a organização e elaboração do fluxo de atendimento no CREAS; cooperar para a elaboração do plano de trabalho do CREAS, a partir da tipificação instituída pela Política Nacional de Assistência Social; auxiliar no processo de estruturação do trabalho em rede na perspectiva intersetorial; propiciar supervisão técnica à equipe profissional do CREAS; fortalecer a articulação entre CREAS e CRAS para garantir a qualidade dos serviços da política de assistência social em Apucarana. Como metodologia de trabalho, estabeleceram-se encontros quinzenais com a equipe técnica do CREAS, visando elencar as ações prioritárias e construir, de forma conjunta e dialógica, as respostas aos desafios identificados. O referido projeto encontra-se em fase de execução, tendo alcançado, até o momento, os dois primeiros objetos específicos e está em processo de elaboração do plano de trabalho do CREAS. Entende-se que o processo de supervisão técnica à equipe profissional do CREAS permeia as atividades que vêm sendo realizadas, não sendo possível desassociar as atividades técnico-operativa das dimensões teórico-metodológica e ético-política presentes na dinamicidade da realidade concreta.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão elencados os resultados obtidos até o momento com o trabalho de assessoria e supervisão técnica junto à equipe do CREAS. O primeiro resultado foi a identificação de demandas no que se refere à execução do trabalho na proteção especial, demandas estas em consonância com os achados do levantamento realizado no processo de aproximação com os trabalhadores da política de assistência social no município.

No âmbito das demandas, vale destacar que foi identificado a necessidade de um amplo diálogo entre proteção básica e especial, tendo como elemento fundamental o conhecimento da realidade a partir de um diagnóstico que seja capaz de vislumbrar as demandas concretas que estão dadas no âmbito da política de assistência social do município.

Durante o trabalho com a equipe, foi possível perceber a dificuldade em avançar em uma atividade de planejamento que esteja sob a égide de processos reflexivos, envolvendo as equipes no sentido de ampliar a construção coletiva acerca dos rumos da política de assistência social.

Além disso, foi possível observar que se torna urgente a participação dos profissionais no planejamento e na gestão da política. Ainda há fragilidades no que diz respeito à perspectiva de uma gestão que possibilite uma maior integração das equipes profissionais nas decisões, prevalecendo em grande medida as decisões que são tomadas pela gestão, o que compromete a construção de uma política pública que seja compartilhada pelos diferentes atores que estão envolvidos no processo. Nesse sentido, verifica-se uma participação pontual, como, por exemplo, a participação que se restringe às Conferências de Políticas Públicas que ocorrem a cada dois anos.

O momento da Conferência se configura como parte do processo de gestão, na medida em que de tempos em tempos, os diferentes atores sociais se reúnem para “conferir” o que foi realizado ou não nos últimos dois anos. Nesse sentido, a importância da Conferência está em fazer um balanço de como está a política de assistência social, assim como, pensar estratégias e deliberar propostas para os próximos dois anos. No entanto, os profissionais que compõem as equipes de atendimento não podem restringir sua participação a esse momento apenas, mas com base nos subsídios construídos na Conferência atuarem ativamente na construção cotidiana da política no município. Dessa forma, é fundamental que a gestão da política pública possa ampliar o acesso às decisões sobre os rumos da política de assistência social, o que demanda, em grande medida, a participação das equipes que estão na linha de frente do atendimento à população.

Os profissionais foram unânimes em destacar sua não participação no processo de planejamento e gestão da política de assistência social, o que compromete a construção horizontal de aspectos importantes no processo de implementação das ações nessa área. A gestão democrática proposta a partir da Constituição Federal de 1988 exige a ampliação de processos participativos envolvendo representantes da sociedade civil

e do Estado. No caso específico das equipes envolvidas no atendimento direto da população, a participação desses atores é determinante, na medida em que esses profissionais estão em contato direto com a realidade, dispondo, portanto, de elementos riquíssimos que poderão contribuir com um diagnóstico bastante próximo da realidade vivenciada pela população atendida.

Cumprе destacar que ainda é muito presente na gestão de políticas públicas a dificuldade dos gestores em dividir o poder. É grande a resistência em aceitar que os profissionais que estão na ponta do atendimento possam se aproximar e ocupar os espaços de decisões no âmbito da gestão pública. Esta tem sido marcada por práticas que contribuem para a prevalência de uma cultura política autoritária e antidemocrática, o que impede a consolidação de uma gestão de políticas públicas permeada pelos reais interesses da população atendida. Nesta perspectiva, a partir do relato dos diferentes profissionais que estão na linha de frente da proteção social especial, é preciso viabilizar condições objetivas para que o planejamento e o processo de gestão da política de assistência social sejam permeados pelas diferentes visões que estão envolvidas na sua execução. Isso implica em criar condições objetivas para a viabilizar a criação e consolidação de processos reflexivos e participativos entre as equipes, de forma que tanto os profissionais da proteção básica, como da proteção especial possam atuar como protagonistas do processo de planejamento e gestão da política de assistência social no município de Apucarana.

Outro ponto observado, que não deixa de estar articulado à questão anterior, refere-se ao fato de que os profissionais apontaram a necessidade de uma apreensão mais clara a respeito das atividades específicas dos serviços da proteção social especial, ou seja, reorganizar as ações alinhando-as ao SUAS. Trata-se de uma questão elementar no processo de gestão e planejamento. O levantamento de dados sobre a realidade local, orientada pela perspectiva de território, é condição *sine qua non* na execução da política municipal de assistência social.

Mota *et al.* (2010) ressaltam que o processo de gerenciamento de informações ocupa um lugar de destaque na organização e funcio-

namento do sistema, ou seja, é da coleta de dados, seja de natureza cadastral, censitário, diagnóstico etc., que dependem o acompanhamento, avaliação e monitoramento da Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, é preciso considerar tanto a importância de os profissionais se apropriarem desses dados, quanto, também, refletirem sobre a direção social da política de assistência social no município. Os autores (2010, p. 194) nos lembram que “um dos requisitos do processo de gerenciamento de informações reside na capacidade do profissional desenvolver pesquisas e tratar a sua prática cotidiana como fonte de informação e sistematização”.

Trata-se aqui de evidenciar a importância da postura investigativa dos profissionais no sentido de sistematizar os dados, fazer o gerenciamento das informações. Esse é um movimento que depende dos profissionais envolvidos na gestão, os quais não excluem aqueles que estão na proteção básica. Nesse sentido, definir realmente quais as atividades específicas dos serviços da proteção social especial, quais são suas especificidades, características e diferenciação dos outros níveis de proteção é, de fato, algo importante e necessário, mas, para além disso, é preciso entender as configurações atuais da política de assistência social, reconhecendo às tendências econômicas e políticas atuais que tem atravessado esse campo. Tal entendimento se faz necessário, entre outros aspectos, para não superdimensionar o seu papel no enfrentamento das expressões da questão social.

Após a identificação dessas demandas e a ação reflexiva, foram estabelecidas as frentes de trabalho junto a equipe do CREAS: i) contribuição dos docentes do curso na elaboração do fluxo de atendimento do CREAS; ii) contribuição na construção do Plano de Trabalho Institucional; iii) fortalecimento da articulação entre a proteção básica e a proteção especial; e iv) fortalecimento do trabalho intersetorial com a rede de serviços socioassistenciais. Importa sublinhar que a primeira atividade já foi concluída e a segunda está em vias de conclusão. As duas últimas atividades serão executadas posteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões tecidas neste estudo, é possível elaborar algumas sínteses provisórias no sentido de contribuir com o trabalho dos profissionais que atuam na proteção social especial no município de Apucarana/PR. Além disso, há que se estruturar a capacitação e o desenvolvimento teórico e prático dos profissionais, considerando a necessidade de maior capacidade técnica para atuarem em casos e demandas mais complexas. É necessário igualmente vencer a dificuldade do trabalho em rede, já que isso não ocorre de maneira efetiva, trazendo possibilidades e resolutividade nas demandas dos usuários. A Política Nacional de Assistência Social é clara ao especificar que a assistência social só pode se configurar como uma política pública de direito por meio da constituição da rede de serviços e da atuação intersetorial, ou seja, integrada e articulada às demais políticas setoriais (Yasbek, 2014). Atuação esta que não deve se reduzir ao diálogo entre profissionais executores das políticas sociais, mas que envolva de forma profícua a articulação da gestão de cada política setorial de forma institucionalizada.

Por fim, é importante destacar que, ao estabelecer um processo reflexivo entre os docentes da UNESPAR *campus* de Apucarana e a equipe de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ampliam-se as possibilidades no sentido de se construir ações voltadas para a compreensão e reorganização do trabalho do CREAS de acordo com os pressupostos do SUAS e da realidade do município, bem como para a qualificação dos serviços prestados à população atendida para que, de fato, incida sobre a melhoria das condições de vida daqueles que se encontram em risco social e pessoal no município de Apucarana. Tal processo contribui com a perspectiva de se estabelecer interações coletivas e que envolvam diferentes visões na gestão das políticas públicas. Esta experiência nos coloca a urgência e o compromisso de avançar em práticas cotidianas que sejam capazes de aprofundar a relação entre teoria e prática e, principalmente, lançar mão dos projetos de extensão no sentido de estreitar os laços entre a academia e os diferentes espaços responsáveis pela implementação da Política de Assistência Social do município de Apucarana.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e Lutas Sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporális**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p.19-33, jan./jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** – NOB-RH/SUAS. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <https://bnd.art.br/VbQYjh>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <https://bnd.art.br/GtsBVS>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 7.^a REGIÃO (CRESS 7.^a Região). **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: CRESS 7.^a Região, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://bnd.art.br/eT12xG>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GUERRA, Y; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MATOS, M. C. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

MATOS, M. C. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, I. S.; MATOS, M. C. (orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. *et al.* As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.) **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, E. *et al.* (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. D. J. “Ser contado como falante”: a interação dialógica nas práticas de extensão universitária. In: CASADEI, E. B. (org.). **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 31-44. Disponível em: <https://bnd.art.br/e3sRc9>. Acesso em: 30 jun. 2025.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 104, out./dez. 2010.

YASBEK. M. C. Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. *In*: MONNERAT, G. L. *et al.* (orgs.) **A intersetorialidade na agenda das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2014.

INVESTIMENTOS EM SAÚDE E DESIGUALDADES NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE LONDRINA SOB A PERSPECTIVA EXTENSIONISTA

*Projeto de Extensão: “Indicadores Econômicos e
Desenvolvimento Regional: um estudo da
região intermediária de Londrina – Paraná”.*

Jhennifer Gabrielli do Amaral dos Reis²⁷

Ana Karolina da Silva Sampaio²⁸

Kauana Aparecida Dias²⁹

Vinicius Rafael de Souza Pereira³⁰

Paulo Guilherme Alarcon Fernandes³¹

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas de saúde envolve processos que demandam análise criteriosa quando considerada a perspectiva econômica em regiões específicas como a região intermediária de Londrina. Com isso, de acordo com Lessa *et al.* (2015), a análise dessas políticas vai além da observação dos resultados, abrangendo a construção e implementação, com destaque para a definição de agendas, a função dos políticos e os processos decisórios. Desta forma, as políticas públicas devem ser compreendidas não apenas como respostas governamentais aos problemas sociais, mas como elementos que moldam e são moldados pelas dinâmicas econômicas locais, refletindo-se na eficácia e sustentabilidade das ações de saúde pública implementadas (Gonçalves *et al.* 2013).

Neste sentido, o Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de Apucarana, intitulado “Indicadores

²⁷ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR – *campus* Apucarana.

²⁸ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR – *campus* Apucarana.

²⁹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR – *campus* Apucarana.

³⁰ Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR – *campus* Apucarana.

³¹ Professor Colaborador do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR – *campus* Apucarana e coordenador do projeto de extensão.

Econômicos e Desenvolvimento Regional: um estudo da região intermediária de Londrina – Paraná”, objetivou comparar indicadores econômico-sociais, identificar correlações entre variáveis e avaliar as mudanças temporais, contemplando também aspectos ambientais e de sustentabilidade. Para isso, buscou-se direcionamento social com o apoio do Fórum Desenvolve Apucarana que articula e impulsionar o crescimento econômico e social do município e é composto por entidades e instituições locais, conforme a Prefeitura de Apucarana (2025) destaca. Estas que, após reuniões, apresentaram suas demandas e contribuíram para o direcionamento do estudo.

Na perspectiva econômica, examina-se a relação entre os gastos públicos e o desenvolvimento local, incluindo a eficiência e equidade no acesso aos serviços de saúde. Desta forma, o aumento de investimentos financeiros nas áreas de saúde e educação pode impactar o desenvolvimento municipal, com resultados variados entre diferentes municípios (Diniz, Padoan e Silveira Junior, 2022). Por outro lado, problemas identificados em municípios paranaenses, como a falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos humanos qualificados e ausência de ações específicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade, mostram que investimentos econômicos nem sempre causam resultados positivos na saúde, exaltando a demanda por acompanhamento das políticas públicas (Mendes e Hoffmann-Horochovski, 2021).

Desta maneira, a avaliação da implementação das políticas públicas de saúde sob uma perspectiva econômica na região intermediária de Londrina se configura como uma demanda diante das adversidades encontradas na limitação de recursos e sua alocação. Portanto, a utilização da análise econômica permite uma compreensão dos custos envolvidos nas políticas de saúde, possibilitando a eficiência alocativa e a eficácia operacional frente às demandas sociais. Esta perspectiva aponta que o aumento do financiamento público em saúde não garante, por si só, melhorias no sistema. No entanto, uma gestão eficiente dos recursos pode aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos e ampliar o alcance populacional dos mesmos (Diniz, Padoan e Silveira Junior, 2022).

Além disso, a judicialização da saúde tem se mostrado um fator disruptivo para as políticas públicas, frequentemente ocasionando distorções estruturais e a promoção desigual dos direitos assegurados pelo sistema de saúde. Conforme elucidado por Freitas, Valle e Gazotto (2022), decisões judiciais que ignoram os protocolos clínicos previamente estabelecidos resultam na constituição de políticas públicas anômalas, comprometendo a sustentabilidade financeira e estratégica do setor de saúde. Essas decisões tendem a privilegiar demandas individuais, promovendo tratamentos e medicamentos não contemplados nas diretrizes estabelecidas, prejudicando o princípio da equidade e comprometendo o bem-estar coletivo. À vista disso, precisa-se adotar mecanismos economicamente fundamentados para o monitoramento e controle das intervenções judiciais no âmbito das políticas públicas de saúde.

Em suma, a investigação busca consolidar uma análise crítica da aplicação das políticas públicas e da configuração da infraestrutura de saúde na região intermediária de Londrina, estado do Paraná. Tal região, composta por 97 municípios, caracteriza-se por um mosaico de condições socioeconômicas díspares. Adicionalmente, espera-se que as diferenças entre os municípios no contexto da saúde fiquem evidentes após a aplicação de análise exploratória e comparativa entre as localizações.

METODOLOGIA

Mediante reuniões com os membros do Projeto de Extensão, foi definido que os resultados da investigação seriam apresentados aos membros do Fórum Desenvolve Apucarana por meio de um seminário. Ademais, para maior alcance dos resultados, também seriam disponibilizados na página de extensão do sítio eletrônico do curso de Ciências Econômicas da UNESPAR, *campus* de Apucarana³². E, por fim, a estruturação de um artigo com o foco de publicação em um periódico científico da área. Assim, completando-se as ações devolutivas do projeto, ofertando para a sociedade os achados que surgiram a partir de suas demandas iniciais.

³²<https://bnd.art.br/U05NLp>

As reuniões do Fórum Desenvolve Apucarana acontecem quinzenalmente. Desta forma, possibilitou-se a oportunidade de haver comunicação constante com os representantes da sociedade, apresentando a evolução da extensão e implementando as devolutivas. Com isso, as duas primeiras reuniões serviram para a definição da temática que seria trabalhada no contexto da proposta do Projeto. Após a escolha, iniciou-se o movimento de coleta de dados públicos disponíveis e, na sequência, a estruturação daquilo que seria realizado. Após essa etapa, os próximos encontros ocorreram para que os membros do Fórum pudessem acompanhar o desenvolvimento por meio de falas expositivas. Portanto, após três meses de acompanhamento, publicou-se no sítio eletrônico do curso uma nota técnica.

A partir da publicação da nota técnica, os membros do Projeto de Extensão, em conjunto com os representantes do Fórum, definiram que entre as notas que derivaram da pesquisa, a da vertente da saúde seria priorizada. Logo, seguiu-se com a formulação de um artigo científico que explorou os dados levantados, incluiu a definição de objetivos específicos e a revisão de literatura ligada à temática. Com tal propósito, essa parte proporcionou rigor acadêmico à produção, garantindo que o texto refletisse as demandas identificadas pelo Fórum e articulando evidências empíricas com referenciais teóricos. A proposta organizou as informações coletadas e inseriu uma interpretação crítica dos achados para que se pudesse subsidiar ações locais voltadas para a saúde, promovendo o desenvolvimento da região.

Por conseguinte, o Projeto de Extensão apresentou resultados que foram além da divulgação de informações. Adicionalmente, as realizações foram transformadas em insumos para a tomada de decisão, promovendo reflexões e discussões na abrangência da comunidade local considerando o recorte espacial selecionado. Esta interação estimulou o diálogo entre universidade e sociedade, viabilizando que as demandas iniciais fossem solucionadas com fundamento científico. Em suma, mostrou-se que a instituição de ensino superior foi capaz de contribuir com a sociedade em que está inserida integrando teoria e prática por intermédio de notas técnicas, seminários e a produção de um artigo científico.

Sobre o material, as informações foram extraídas de uma área que abrange a maior parte dos municípios onde residem os alunos do curso de Ciências Econômicas da UNESPAR, *campus* de Apucarana. Isso torna a abordagem mais próxima da realidade de cada participante. Além disso, a região intermediária, recorte também utilizado por Fernandes Impíssa e Parré (2025), de Londrina é composta pelos municípios listados na Tabela 1, totalizando 94 localidades que incluem as regiões imediatas de Londrina, Santo Antônio da Platina, Apucarana, Cornélio Procopio-Bandeirantes e Ivaiporã. No total, essa área abrange 32.535,97 quilômetros quadrados (km²), sendo que a maior parte está localizada na região norte do estado, conforme ilustrado na Figura 1.

Tabela 1 – Municípios da região intermediária de Londrina

Município	Região Imediata
Alvorada do Sul	Londrina
Arapongas	Londrina
Assaí	Londrina
Bela Vista do Paraíso	Londrina
Cafeara	Londrina
Cambé	Londrina
Centenário do Sul	Londrina
Florestópolis	Londrina
Guaraci	Londrina
Ibiporã	Londrina
Jaguapitã	Londrina
Jataizinho	Londrina
Londrina	Londrina
Lupionópolis	Londrina
Miraselva	Londrina
Pitangueiras	Londrina
Porecatu	Londrina

TERRITÓRIOS DE EXTENSÃO
 CLEBER BROIETTI, ROSIMEIRI DARC CARDOSO,
 SÉRGIO CARRAZEDO DANTAS & NELUANA LEUZ DE OLIVEIRA FERRAGINI (ORG.)

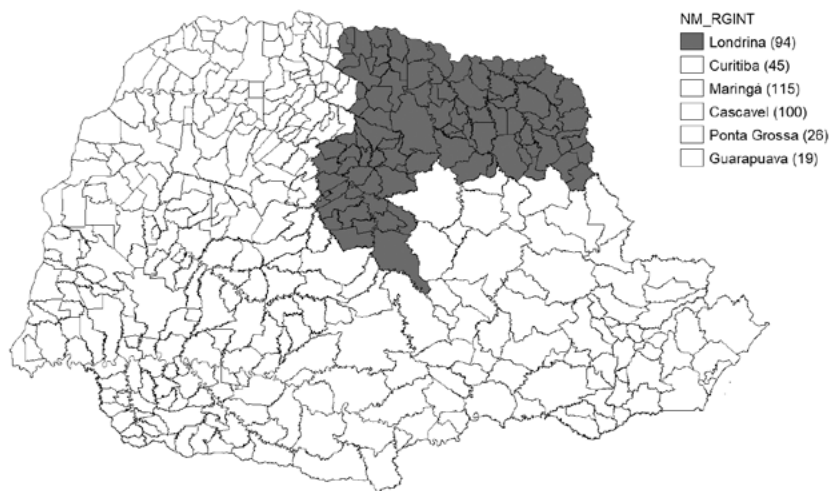
Município	Região Imediata
Prado Ferreira	Londrina
Primeiro de Maio	Londrina
Rolândia	Londrina
Sabáudia	Londrina
Sertanópolis	Londrina
Tamarana	Londrina
Abatiá	Santo Antônio da Platina
Andirá	Santo Antônio da Platina
Barra do Jacaré	Santo Antônio da Platina
Cambará	Santo Antônio da Platina
Carlópolis	Santo Antônio da Platina
Guapirama	Santo Antônio da Platina
Jacarezinho	Santo Antônio da Platina
Joaquim Távora	Santo Antônio da Platina
Jundiá do Sul	Santo Antônio da Platina
Quatiguá	Santo Antônio da Platina
Ribeirão Claro	Santo Antônio da Platina
Ribeirão do Pinhal	Santo Antônio da Platina
Salto do Itararé	Santo Antônio da Platina
Santana do Itararé	Santo Antônio da Platina
Santo Antônio da Platina	Santo Antônio da Platina
São José da Boa Vista	Santo Antônio da Platina
Siqueira Campos	Santo Antônio da Platina
Tomazina	Santo Antônio da Platina
Wenceslau Braz	Santo Antônio da Platina
Apucarana	Apucarana
Bom Sucesso	Apucarana
Borrazópolis	Apucarana
Califórnia	Apucarana

Município	Região Imediata
Cambira	Apucarana
Jandaia do Sul	Apucarana
Kaloré	Apucarana
Marilândia do Sul	Apucarana
Marumbi	Apucarana
Mauá da Serra	Apucarana
Novo Itacolomi	Apucarana
Rio Bom	Apucarana
São Pedro do Ivaí	Apucarana
Bandeirantes	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Congonhinhas	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Cornélio Procópio	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Itambaracá	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Leópolis	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Nova América da Colina	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Nova Fátima	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Nova Santa Bárbara	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Rancho Alegre	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Santa Amélia	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Santa Cecília do Pavão	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Santa Mariana	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Santo Antônio do Paraíso	Cornélio Procópio-Bandeirantes
São Jerônimo da Serra	Cornélio Procópio-Bandeirantes
São Sebastião da Amoreira	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Sapopema	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Sertaneja	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Uraí	Cornélio Procópio-Bandeirantes
Arapuã	Ivaiporã
Ariranha do Ivaí	Ivaiporã

Município	Região Imediata
Cândido de Abreu	Ivaiporã
Cruzmaltina	Ivaiporã
Faxinal	Ivaiporã
Godoy Moreira	Ivaiporã
Grandes Rios	Ivaiporã
Ivaiporã	Ivaiporã
Jardim Alegre	Ivaiporã
Lidianópolis	Ivaiporã
Lunardelli	Ivaiporã
Manoel Ribas	Ivaiporã
Rio Branco do Ivaí	Ivaiporã

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas pelo IBGE.

A proposta possui caráter exploratório e descritivo, fundamentado em dados secundários. Dessa forma, buscou-se compreender o contexto dos municípios da região intermediária de Londrina, identificando os principais indicadores e padrões de desenvolvimento econômico, social e ambiental por intermédio da saúde. Além disso, caracterizou-se as diferenças entre os municípios com base em informações econômicas, examinando as relações existentes entre eles.

Figura 1 – Cartograma da região intermediária de Londrina

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponibilizadas pelo IBGE.

A fonte dos dados secundários é diversa, oriunda de diferentes instituições. Entre as governamentais, destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece informações populacionais, Produto Interno Bruto (PIB) municipal, índices econômicos, perfil das atividades econômicas e outros indicadores socioeconômicos; e o Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o qual, embora voltado para a saúde, proporciona informações que influenciam aspectos econômicos, como mortalidade, natalidade e indicadores de saúde relacionados ao desenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta de implementação de políticas públicas de saúde com enfoque econômico necessita de uma aproximação interdisciplinar, combinando aspectos sociais, econômicos e administrativos na região intermediária de Londrina. Neste sentido, estudos têm examinado os conceitos e métodos empregados no estudo de políticas, com destaque na aplicação e resultados.

As políticas públicas voltadas para a saúde aparecem como respostas governamentais às demandas sociais, busca-se intervir em situações para atender exigências e conflitos entre os diferentes segmentos da sociedade. Com isso, estas políticas precisam ser relevantes para integrarem a agenda de governo (Gonçalves *et al.*, 2013). Nesta circunstância, o uso de políticas públicas não se limita à avaliação dos resultados, mas envolve o entendimento do processo de sua construção, definição da agenda, interesses políticos, arquitetura do poder, conflitos e negociações. Como evidenciado em estudo por Gonçalves *et al.* (2013), uma das abordagens mais utilizadas nos estudos políticos de saúde é o ciclo de política pública, que contempla a identificação de problemas, formulação, implementação e avaliação.

No caso da interdisciplinaridade e às práticas em redes, Luiz e Bourguignon (2019) destacam as abordagens interdisciplinares na implementação das políticas públicas, como na saúde mental. Ainda com os autores, a região dos Campos Gerais do Paraná exibe como o trabalho interdisciplinar contribui para a eficiência das políticas públicas de saúde, por intermédio da articulação das equipes e definição de estratégias. Desta forma, isso implica em uma mudança na forma de pensar e fazer saúde, demandando articulação social.

A análise econômica das políticas públicas também influencia a implementação das políticas de saúde. Freitas, Valle e Gazotto (2021) ressaltam a relevância da análise econômica do direito como instrumental para avaliar o impacto financeiro das decisões judiciais na saúde pública, alertando sobre o risco de políticas públicas anômalas. Segundo os autores, a judicialização da saúde pode ocasionar promoções desiguais de direitos, evidenciando a necessidade de considerar os custos e benefícios econômicos nas decisões relacionadas às políticas públicas de saúde.

Melo *et al.* (2017) apontam para a importância das políticas públicas voltadas para populações vulneráveis como a população em situação de rua. A pesquisa realizada em Paranaguá, município localizado no estado do Paraná, revela a carência de ações específicas de saúde e a precariedade dos serviços ofertados. Essa vulnerabilidade social exi-

ge maior esforço dos formuladores de políticas para obter resultados apropriados ao contexto apresentado. Desta forma, destaca-se a implementação das políticas públicas econômicas para garantir direitos fundamentais, direito à saúde.

Por sua vez, Diniz, Padoan e Silveira Junior (2022) discutem a relação entre os gastos públicos e o desenvolvimento municipal nas áreas da educação e saúde, afirmando que o orçamento público é imprescindível para o alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas. Ademais, o estudo realizado nos municípios do Norte do Paraná evidenciou que os investimentos realizados apresentam impacto positivo no desenvolvimento local. Com isso, indica-se a relevância da gestão econômica eficiente para o aprimoramento dos serviços públicos de saúde.

Em um contexto mais amplo, a discussão sobre a eficiência na gestão da saúde pública requer uma abordagem próxima aos recursos financeiros disponíveis e de como são alocados. Gonçalves *et al.* (2013) destacam a importância dos métodos de avaliação econômica, como análise custo-efetividade, análise custo-benefício e análise custo-utilidade, que podem fornecer subsídios para a tomada de decisões informadas pelos gestores públicos. Assim, essa abordagem pode garantir a utilização racional dos recursos e a maximização dos resultados em saúde.

Luiz e Bourguignon (2019) discorrem sobre a integração entre as diferentes áreas e setores da administração pública para assegurar o sucesso da aplicação das políticas públicas. Assim sendo, a criação de redes intersetoriais possibilita uma visão ampliada em torno dos determinantes sociais da saúde, simplificando a identificação de problemas estruturais e a proposição de soluções amplas. Então, o trabalho em rede e a interdisciplinaridade são considerados como elementos para superar fragmentações e garantir a continuidade das ações em saúde.

A judicialização da saúde também se apresenta como um desafio para a implementação efetiva das políticas públicas de saúde. Freitas, Valle e Gazotto (2022) alertam que decisões judiciais desconectadas das diretrizes e protocolos estabelecidos pelo poder executivo, podem

levar à alocação ineficiente dos recursos, prejudicando a sustentabilidade do sistema de saúde. Por isso, a abordagem econômica do direito oferece ferramentas para avaliar a viabilidade econômica e social das decisões judiciais, objetivando um equilíbrio entre direitos individuais e coletivos.

Adicionalmente, Melo *et al.* (2017) destacam que políticas públicas eficazes para populações vulneráveis demandam um diagnóstico das necessidades e uma gestão integrada dos recursos. Logo, a inclusão social e a proteção das populações em situação de vulnerabilidade requerem estratégias econômicas e sociais robustas, com foco na equidade e na redução das desigualdades. Assim, este aspecto pode garantir que as ações de políticas públicas tenham impacto positivo e sustentável sobre a saúde e o bem-estar social.

Finalmente, a gestão econômica das políticas públicas sustenta a eficiência e eficácia das intervenções em saúde. Diniz, Padoan e Silveira Junior (2022) indicam que a avaliação contínua dos resultados alcançados auxilia o aprimoramento de estratégias de implementação das políticas. A partir disso, o monitoramento contínuo e a transparência na gestão dos recursos públicos são usados para a prestação de contas à sociedade e para a promoção da confiança nas instituições públicas.

Em suma, a análise crítica da implementação das políticas públicas de saúde com enfoque econômico requer uma compreensão ampla e integrada dos fatores sociais, econômicos, jurídicos e administrativos. Desse modo, esta perspectiva interdisciplinar possibilita uma gestão assertiva dos recursos, assegurando-se políticas públicas de saúde que atendam às necessidades da população e promovam o desenvolvimento social sustentável na região intermediária de Londrina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atuação estatal transcende os limites da arrecadação fiscal e regulação normativa, constituindo-se como agente central na produção e distribuição de bens públicos. Com isso, a eficácia dessa atuação é garantida pela utilização de instrumentos legais de planejamento e

execução orçamentária, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e disciplinado pela Lei n. 4.320/1964 (Brasil, 1988; Brasil, 1964). Estes instrumentos são submetidos à apreciação legislativa com participação social, ancorando as decisões em valores democráticos e técnico-rationais.

Com base em dados fiscais e demográficos referentes ao ano de 2022, realizou-se um exame empírico dos municípios de Londrina, Apucarana, Cambé e Rolândia. Desta forma, Londrina apresentou a mais elevada receita total e *per capita* (R\$ 5.158,59), seguida por Rolândia (R\$ 4.763,19), Apucarana (R\$ 3.904,26) e Cambé (R\$ 3.740,19), Tabela 2. Assim, as disparidades evidenciadas sugerem a necessidade de mecanismos redistributivos e de coordenação intermunicipal, como os consórcios públicos, para mitigar desigualdades estruturais.

Tabela 2 – População, Receita Total e Receita *per capita* no ano de 2022

Município	População	Receita Total (R\$)	Receita <i>per Capita</i> (R\$)
Londrina	555.965	2.867.994.643,19	5.158,59
Apucarana	130.134	531.892.836,10	3.904,26
Cambé	107.208	418.418.391,70	3.740,19
Rolândia	71.670	320.957.897,3	4.763,19

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tesouro Nacional e IBGE.

No que tange à função alocativa da saúde, todos os municípios avaliados superaram o piso constitucional de 15% da receita corrente exigido pela Lei Complementar n. 141/2012 (Brasil, 2012). Portanto, Apucarana destinou 33,03% à saúde, destacando-se por sua política de fortalecimento da atenção primária, seguida por Londrina (29,24%), Cambé (25,46%) e Rolândia (25,02%), Tabela 3. Então, esses indicadores refletem não apenas comprometimento fiscal, mas também capacidades institucionais diferenciadas.

Tabela 3 – Gastos em saúde municipal no ano de 2022

Município	Saúde	Receita Total	Percentual de Gastos em Saúde
Londrina	R\$ 838.733.662,28	2.867.994.643,19	29,24%
Apucarana	R\$ 175.666.884,65	531.892.836,10	33,03%
Cambé	R\$ 106.546.264,33	418.418.391,70	25,46%
Rolândia	R\$ 80.311.397,18	320.957.897,30	25,02%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tesouro Nacional e IBGE.

Adicionalmente, verifica-se desigualdade na distribuição da infraestrutura de saúde. Municípios como Londrina e Apucarana concentram os recursos e os serviços especializados, em detrimento de localidades periféricas como Godoy Moreira e Nova América da Colina, que enfrentam crônicas carências de profissionais. Segundo dados do DATASUS (2025) e IBGE (2025), a taxa de natalidade regional foi de 11,7 por mil habitantes, enquanto a mortalidade infantil atingiu 12,2 por mil nascidos vivos, revelando correlação entre vulnerabilidade territorial e desfechos em saúde.

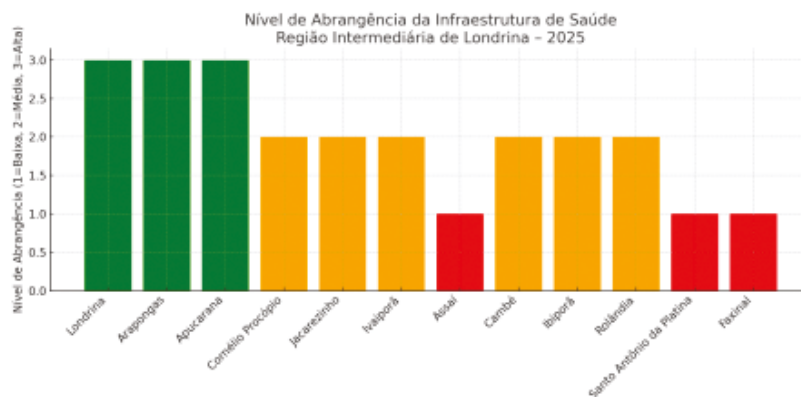
Do ponto de vista teórico, as desigualdades observadas podem ser interpretadas à luz da microeconomia aplicada. Dessa forma, a teoria da demanda e do consumidor, bem como a teoria da firma, fundamentam a concentração de serviços em áreas urbanas de maior renda e densidade populacional (Pindyck e Rubinfeld, 2013). Paralelamente, a teoria dos bens públicos legitima a intervenção estatal em contextos de falha de mercado. Além disso, a teoria da localização e dos custos de transporte corrobora a hipótese da dificuldade de acesso a serviços em localidades de baixa densidade.

O Gráfico 1, proveniente do Plano Diretor de Regionalização (Paraná, 2015), categoriza os municípios segundo seu grau de abrangência em infraestrutura de saúde: alta (verde), média (laranja) e baixa (vermelho). Esta classificação ilustra barreiras estruturais à universalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Isto posto, Londrina possui mais de 3,5 médicos por mil habitantes, enquanto municípios como Cândido de

Abreu e Sapopema apresentam menos de 1,5, segundo Paraná (2015). Desta forma, a teoria da localização e dos custos de transporte, Pindyck e Rubinfeld (2013), explica essa concentração de serviços em áreas densamente povoadas. Assim, dificulta-se o acesso à saúde nas cidades menos populosas.

Gráfico 1 – Nível de abrangência da infraestrutura de saúde na região intermediária de Londrina

Legenda: Níveis de alta abrangência, representados pela cor verde, como Londrina e Apucarana; os de média abrangência, indicados pela cor laranja, como Cambé e Ibiaporã; e, por fim, os de baixa abrangência, sinalizados pela cor vermelha, como Faxinal e Assaí.



Fonte: Elaboração própria com base no Plano Diretor de Regionalização, Paraná (2015).

Neste contexto, Londrina possui mais de 120 unidades de saúde, enquanto Grandes Rios e Jardim Alegre contam com menos de 10, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2025). Portanto, essa diferença destaca as barreiras estruturais ao acesso universal ao SUS, pois a centralização em cidades pode gerar dependência e eleva os custos de deslocamento para atendimento. Em resumo, a falta de infraestrutura na saúde em municípios de menor porte pode ser visualizada na Gráfico 1.

A partir dessa análise, recomenda-se a formulação de políticas públicas articuladas que envolvam a ampliação da cobertura da atenção básica, a adoção de incentivos à fixação de profissionais de saúde em

regiões vulneráveis e a intensificação de arranjos cooperativos entre municípios. Ademais, ressalta-se a centralidade da fiscalização cidadã, da transparência institucional e da utilização técnica dos instrumentos orçamentários para a consolidação de uma governança pública eficaz e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto alcançou seu objetivo, pois foi capaz de proporcionar o presente artigo como devolutiva final. As reuniões e conversas em conjunto com o Fórum contribuíram com a definição e o direcionamento da pesquisa. Como forma de contribuir com a região, disponibilizou-se uma análise voltada para as demandas sociais que envolveu membros representantes de instituições atuantes no município de Apucarana. Ademais, mostrou-se que a interação da universidade com a sociedade pode proporcionar informações úteis para os formuladores de políticas e o público em geral.

Neste sentido, a análise das políticas públicas de saúde sob a ótica econômica na região intermediária de Londrina apresenta questões relacionados à gestão e à distribuição de recursos públicos. Posto isso, observou-se que, embora os municípios avaliados tenham ultrapassado o percentual mínimo de aplicação de receitas em saúde exigido por lei, persistem desigualdades quanto à infraestrutura e ao acesso às redes de atendimento, o que compromete a equidade e a qualidade dos serviços oferecidos.

Municípios como Londrina e Apucarana, com maior capacidade fiscal, demonstram condições estruturais superiores e concentram serviços especializados. Em contraste, localidades de menor porte enfrentam adversidades como a escassez de profissionais de saúde e a limitação de unidades de atendimento. À vista disso, este contexto mostra que políticas integradas e de colaboração entre os entes municipais reduzem assimetrias e estimulam uma distribuição equilibrada dos recursos.

A judicialização da saúde também se apresenta como um fator que desequilibra o planejamento das políticas públicas. Por isso, decisões judiciais que ignoram diretrizes técnicas podem comprometer

a sustentabilidade financeira do sistema e gerar distorções no atendimento. Assim, a adoção de instrumentos econômicos e legais para o monitoramento das intervenções judiciais auxilia no equilíbrio entre os direitos individuais e o bem-estar coletivo.

Diante disso, recomenda-se a formulação e execução de políticas coordenadas que priorizem a expansão da atenção básica à saúde, a criação de incentivos para fixação de profissionais em áreas vulneráveis e a expansão de consórcios intermunicipais. Então, essas medidas podem garantir uma cobertura mais equitativa e eficiente do SUS.

Por fim, destaca-se a relevância da transparência na gestão pública e da participação social como mecanismos de controle. Dessa maneira, o uso qualificado dos instrumentos de planejamento orçamentário e a aplicação de princípios de governança democrática e técnica devem nortear a atuação estatal. Então, possibilita-se consolidar um sistema de saúde que responda às necessidades reais da população, contribuindo para o desenvolvimento regional e sustentabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Com entrega de carros, Estado libera R\$ 13 milhões para saúde da região de Apucarana.** Curitiba, 2022. Disponível em: <https://bnd.art.br/uReSwa>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro.** Disponível em: <https://bnd.art.br/365gdr>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <https://bnd.art.br/IRV1xz>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.** Disponível em: <https://bnd.art.br/aNetxp>. Acesso em: 24 maio 2025.

DATASUS. **Departamento de Informática do Sistema**

DINIZ, L. M.; PADOAN, F. A. C.; SILVEIRA JUNIOR, M. D. Relação entre gastos públicos e os setores de educação e saúde no desenvolvimento municipal: um estudo nos municípios do Norte do Paraná. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 3, p. 1318–1335, 2022. Disponível em: <https://bnd.art.br/IzCfYe>. Acesso em: 04 jul. 2025.

FERNANDES, P. G. A.; IMPÍSSA, E. C. S.; PARRE, J. L. O Impacto das Categorias de Crédito Rural no VBP da Agropecuária Paranaense no Período de 2015 a 2018. **Informe GEPEC**, v. 29, n. 1, p. 80–100, 2025. doi:10.48075/igepec.v29i1.32884. Disponível em: <https://bnd.art.br/cfoq7a>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FREITAS, D. C.; VALLE, V. L.; GAZOTTO, G. M. T. Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 2. p. 427-449, 2022. doi: 10.5102/rbpp.v12i2.7736. Disponível em: <https://bnd.art.br/sY6q3n>. Acesso em: 04 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisões regionais do Brasil**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LESSA, G.; KUEHLKAMP, V. M.; ERDMANN, A. L.; ANDRADE, S. R. Análise de Políticas Públicas De Saúde: Revisão Narrativa. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://bnd.art.br/R6gCad>. Acesso em: 04 jul. 2025.

LUIZ, D. E. C.; BOURGUIGNON, J. A. Práticas Profissionais Interdisciplinares no Contexto das Políticas Públicas na Região dos Campos Gerais, Paraná–Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 47, p. 324–338, 2019. Disponível em: <https://bnd.art.br/6pUTzE>. Acesso em: 4 jul. 2025.

GONÇALVES, R. S.; HAYAKAWA, R. I.; GONÇALVES, A. O.; SERRANO, A. L. M. Conselhos de saúde e controle social: um estudo comparativo dos relatórios de prestação de contas das Secretarias Estaduais de Saúde. **Saúde Soc. São Paulo**, v.22, n.4, p.1001-1013, 2013. Disponível em: <https://bnd.art.br/ZmItVa>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MENDES, M. DOS S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, M. Políticas Públicas de Saúde para as Pessoas em Situação de rua no Município de Paranaguá (PR). **Gestus – Caderno de Administração e Gestão Pública**, v. 3, p. 24–39, 2021. Disponível em: <https://bnd.art.br/JOqh50>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MELO, T. R.; WEINERT, L. V. C.; HOSHINO, M. S.; MALDANER, T. P. Perfil dos Usuários de Serviços de Reabilitação no Sistema Único de Saúde. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 15, n. 2, p. 65-77, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://bnd.art.br/O4vRen>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Diretor de Regionalização**. 2015. Disponível em: <https://bnd.art.br/IjdHB8>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

PREFEITURA DE APUCARANA. **Iniciativa promove um debate conjunto com as instituições que integram o Fórum Desenvolve Apucarana, trazendo**

sugestões e apontando os principais desafios. 2025. Disponível em: <https://bnd.art.br/a14O7n>. Acesso em: 10 set. 2025.

SUS. **Sistema Único de Saúde.** 2025. Disponível em: <https://bnd.art.br/kl5Cem>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ENSINO E EXTENSÃO EM TURISMO: OFICINAS DE FOTOGRAFIA COM SMARTPHONE

Raquel dos Santos Vieira³³

*“Você não fotografa com a sua máquina.
Você fotografa com toda a sua cultura”.*

Sebastião Salgado

*Dedico este capítulo ao Mestre Sebastião Salgado que foi e
continuará sendo uma grande inspiração para este projeto.*

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária teve seus primórdios na Inglaterra, no século XIX, como formas de prestação de serviços das Universidades Populares inglesas às comunidades locais. Tais ações extensionistas se estenderam para países da Europa e dos Estados Unidos, tendo como marco, em 1967, a incorporação da extensão universitária como componente educativo e de formação pela Universidade de Cambridge (Sampaio, 2004; Santos, 2012).

Nas Américas, a extensão universitária se consolidou pela prestação de serviços nas áreas rurais e urbanas (Sousa, 2000) e contou com o apoio de igrejas católicas para o desenvolvimento de ações (Faria, 2001). Já no Brasil, é originária do movimento estudantil, com o envolvimento de estudantes universitários nos movimentos sociais e políticos ao longo da história (Sousa, 2000).

Devido ao crescimento expressivo da extensão universitária, decorrente das contribuições e transformações sociais proporcionadas, em 1987, criou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex, 1987), que definiu a extensão universitária como um:

³³ Docente do curso de Turismo da UNESPAR *campus* de Campo Mourão. Coordenadora do Projeto de Extensão Universitária Empreende no Turismo com Fotografia.

Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (Forproex, 2000/2001, p. 4).

A partir desse momento histórico, a extensão universitária passou a ser reconhecida e evidenciada em políticas públicas brasileiras. Em 1988 foi incorporada à Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 207, ao registrar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e orientar quanto à obediência deste por todas as Universidades Brasileiras (Brasil, 1988). Ademais, foi evidenciada no Plano Nacional de Extensão, de 1999, na Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012 e, nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, por meio da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 (Santos, 2020).

Foi a partir da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 que se observou a consolidação da extensão universitária no Brasil com a implementação da curricularização da extensão universitária. A partir deste ano, as atividades extensionistas passaram a compor carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação do país. De acordo com o artigo 4º da referida resolução (s. p.): “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste cenário, a incorporação da extensão universitária no currículo se apresenta como um instrumento para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para evitar que a extensão se transforme apenas em uma obrigação legal, ameaçando a sua potência, ela precisa ser entendida como um fenômeno mais abrangente e complexo do que simplesmente uma inclusão curricular. Além disso, a extensão acadêmica não pode ser separada das necessidades da reali-

dade. Isso requer uma abordagem transversal e única para cada curso e contexto histórico-social. Portanto, é necessário adotar metodologias dinâmicas e inovadoras que sejam atraentes para os alunos (Dalmolin e Vieira, 2015; Jezine, 2004).

Assim, a extensão universitária deve ser acompanhada de um processo rigoroso de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades executadas pelos professores e alunos participantes, com o objetivo de obter efetivamente as contribuições que tais atividades podem proporcionar para a formação acadêmica e profissional do aluno.

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral para o presente relato de experiência: Analisar as “Oficinas de Fotografia com *Smartphone*”, empreendidas no projeto de extensão “Empreende no Turismo com Fotografia”, desenvolvido pelo curso de Turismo, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) *campus* de Campo Mourão. Para isso, delimitaram-se como objetivos específicos: 1 – Descrever as ações realizadas; 2 – Relatar os públicos atendidos pelo projeto; e 3 – Avaliar a percepção dos participantes sobre as ações de extensão empreendidas.

A ação extensionista “Oficinas de Fotografia com *Smartphone*” foi analisada por meio da abordagem qualitativa (Minayo, 2010) de caráter descritivo (Gil, 2022). A pesquisa foi conduzida a partir de levantamento bibliográfico em teses, dissertação, artigos de revistas científicas e trabalhos publicados em anais de eventos científicos e, complementada com pesquisa documental em legislações brasileiras que abordam diretrizes para a extensão universitária. As oficinas de fotografia foram ministradas pela professora coordenadora do projeto “Empreende no Turismo com Fotografia”. Posteriormente à participação nas atividades do projeto, os participantes foram convidados a responder um questionário *online* para avaliação da ação. Os resultados foram analisados utilizando-se o *software Microsoft Excel*.

O relato está organizado em três capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo apresenta-se a descrição e análise teórico-metodológica das ações em tela e, por fim, tecem-se as considerações finais.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA DAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO

As Oficinas de Fotografia com *Smartphone* integram as ações do projeto de extensão universitária “Empreende no Turismo com Fotografia”, desenvolvido pelo curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de Campo Mourão.

PRIMEIRO SEMESTRE DE ATIVIDADES EM CAMPO MOURÃO

As oficinas de fotografia com *smartphone* tiveram início no segundo semestre de 2023, contemplando dois públicos-alvo distintos: estudantes do primeiro e do quarto anos do curso de Turismo, com a participação de 21 (vinte e um) alunos; e estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual de Campo Mourão, integrantes do grupo de Altas Habilidades, totalizando 15 (quinze) participantes. Ambos os grupos participaram de um ciclo composto por três oficinas temáticas sequenciais: (1) Fotografia de Paisagem, (2) Fotografia de Pessoas e (3) Fotografia de Eventos.

No primeiro encontro, os estudantes foram introduzidos a técnicas básicas de composição fotográfica, tais como a Regra dos 50 Centímetros, a Regra dos Terços e os Pontos de Ouro, além de conceitos relacionados à simetria, foco, nitidez, iluminação e ao aproveitamento das chamadas “horas mágicas”, com foco na fotografia de paisagens naturais e urbanas.

No segundo encontro, essas técnicas foram retomadas e contextualizadas na temática da fotografia de pessoas, permitindo aos participantes explorar aspectos como enquadramento, expressões e iluminação voltados para retratos.

No terceiro e último encontro, foi simulado um evento, desafiando os estudantes a aplicar os conhecimentos adquiridos em situações dinâmicas, registrando imagens em movimento – um contraste em relação aos dois encontros anteriores, nos quais os elementos fotográficos encontravam-se em estado estático ou posando para as fotografias.

Ao final de cada encontro, os estudantes recebiam como tarefa a prática das técnicas aprendidas, com a elaboração de fotografias autorais a serem apresentadas no encontro seguinte. O início de cada novo encontro era dedicado à socialização dessas produções, promovendo uma rodada de apresentação das imagens desenvolvidas. Durante esse momento, realizava-se uma dinâmica de identificação das técnicas utilizadas, acompanhada de orientações e comentários da professora quanto à aplicação correta dos conceitos abordados. Essa metodologia contribuiu para a fixação dos conteúdos, incentivando a aplicação prática das técnicas na captura de imagens e aprimorando o olhar crítico dos participantes em relação aos elementos fotográficos estudados.

Um tema transversal às oficinas foi o uso das funcionalidades das câmeras dos *smartphones* e suas respectivas configurações. Foram abordados recursos como linhas de grade, foco, controle de iluminação, estabilização do dispositivo, além de dicas básicas de composição fotográfica.

Destaca-se que a escolha pelo uso do *smartphone* como equipamento principal baseou-se na constatação de que a maioria dos estudantes já dispõe desse recurso, o que conferiu caráter inclusivo à oficina, eliminando custos adicionais para os participantes. Ademais, no decorrer das oficinas, foi disponibilizado um aparelho de *smartphone* com o intuito de possibilitar a participação dos estudantes que não dispunham desse recurso nas atividades práticas.

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPO MOURÃO

A pedido do Colégio Estadual de Campo Mourão, as oficinas de fotografias continuaram a ser desenvolvidas com o grupo de estudantes com Altas Habilidades durante o ano de 2024. Neste ano, o projeto atendeu 42 estudantes do referido grupo. Foram realizados encontros semanais com explanação das temáticas, diálogos, discussões, reflexões, dinâmicas, atividades individuais e em grupos na sede do Colégio Estadual de Campo Mourão.

Esses encontros foram compostos por oficinas básicas de fotografia, abordando as temáticas: breve histórico da fotografia, funções nos *smartphones*, técnicas básicas, criatividade em fotografia, temáticas fotográficas relacionadas ao turismo, fotografia de pessoas e eventos e utilização da fotografia em redes sociais. Cada oficina era composta por dois momentos: um primeiro em sala de aula, com apresentações e discussões e um segundo momento, prático, em que os estudantes recebiam um tema e precisavam usar a criatividade para produzir fotografias a partir daquele tema, nas dependências do Colégio.

Foram, também, realizadas visitas técnicas a alguns dos atrativos de Campo Mourão, como o *campus* da Unespar, o Teatro Municipal, o Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, a Praça São José, o Centro Histórico da cidade e o Parque Estadual do Lago Azul. Em cada uma das visitas os estudantes eram orientados quando à produção de fotografias a partir das técnicas aprendidas.

Como produtos, foram realizadas duas exposições com as fotografias desenvolvidas pelos estudantes do Colégio Estadual de Campo Mourão durante as oficinas. A primeira exposição foi realizada durante o evento Unespar e Sociedade, evento institucional, anual, destinado à divulgação dos projetos de pesquisa e extensão da Unespar. Este evento é realizado simultaneamente nas cidades que abrigam os sete *campi* da Unespar. A edição de 2024 foi realizada em setembro e, em Campo Mourão, empreendida na Praça São José, uma das principais praças da cidade e cartão postal de cidade (Figura 1).

Figura 1 – Exposição de Fotografias no evento Unespar e Sociedade



Fonte: Acervo do projeto, 2025.

A segunda exposição foi desenvolvida durante um evento científico anual do Colégio Estadual de Campo Mourão. O evento foi realizado no próprio Colégio em novembro de 2024 (Figura 2).

Figura 2 – Exposição de Fotografias no Colégio Estadual de Campo Mourão



Fonte: Acervo do projeto, 2025.

Os resultados apresentaram-se como positivos. A parceria estabelecida com o Colégio Estadual de Campo Mourão demonstrou-se promissora. Ademais, destaca-se o engajamento dos estudantes participantes nas atividades, que conseguiram, facilmente, aplicar o conteúdo apreendido durante as oficinas nas fotografias por eles produzidas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM O SENAC PARANAGUÁ

Durante uma visita técnica à Ilha do Mel, no litoral do Paraná, realizada pelos acadêmicos do curso de Turismo da Unespar *campus* de Campo Mourão, a guia responsável – que também exerce a função de instrutora no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Paranaguá – manifestou grande apreço pelas oficinas de fotografia apresentadas. Diante do conteúdo e da relevância pedagógica das atividades, solicitou, de forma imediata, a possibilidade de estendê-las aos estudantes do curso técnico em Guia de Turismo.

Para atender à solicitação, adaptou-se o conteúdo das oficinas de fotografia para esse público. Para eles, as oficinas apresentaram como objetivo geral: ofertar formação básica em fotografia para estudantes

do curso técnico em Guia de Turismo do SENAC de Paranaguá, situado no Litoral do Paraná. E, como objetivos específicos: 1 – Identificar junto aos participantes algumas funções nos *smartphones*; 2 – Oferecer aos participantes conhecimentos sobre as regras básicas da fotografia; e 3 – Possibilitar aos participantes conhecimentos sobre a aplicação das regras básicas de fotografia.

Foram realizadas três oficinas síncronas por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Google Meet. Na primeira oficina, foram apresentadas as regras básicas da fotografia, com ênfase em suas aplicações na fotografia de paisagens, pessoas e eventos. Também foram abordados temas como as principais funções disponíveis em *smartphones* para a captura de imagens e noções introdutórias de edição fotográfica. Ao final desse primeiro encontro, os participantes receberam uma atividade prática: aplicar as técnicas aprendidas e registrar eventuais dúvidas. Na semana seguinte, ocorreu a segunda oficina, dedicada à troca de experiências. Nesse momento, os participantes puderam expor suas dúvidas e relatar as dificuldades encontradas durante a prática. Por fim, na terceira semana, a última oficina foi reservada à apresentação das fotografias produzidas pelos participantes, promovendo um espaço de socialização e análise dos resultados obtidos. As oficinas contaram com a participação de 25 estudantes do curso técnico em Guia de Turismo e foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2024.

Observa-se que turismo atua fortemente com o imaginário coletivo, alimentando expectativas que se constroem a partir de informações obtidas por meio de pesquisas em documentos, vídeos e, especialmente, imagens fotográficas. Nesse contexto, as oficinas básicas de fotografia proporcionaram aos participantes maior autonomia e protagonismo na criação de imagens atrativas relacionadas às temáticas turísticas, contribuindo de forma significativa para a promoção e valorização do Litoral do Paraná como destino turístico. Ademais, as oficinas destacaram-se por seu caráter inédito ao abordar a fotografia com foco específico no setor do turismo, diferenciando-se de outras formações mais generalistas que não contemplam as particularidades dessa área.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

Avaliar uma ação extensionista é tão relevante quanto registrá-la, pois essa prática possibilita compreender seus resultados e promover melhorias em futuras edições. Para avaliar a ação Oficinas de Fotografia com *Smartphone*, foi aplicado um formulário *online* aos participantes, cujas respostas são apresentadas a seguir.

O formulário foi respondido por 53 participantes, correspondendo a 51,4% do total (103) de participantes da ação extensionista. Em relação ao perfil dos respondentes, participaram estudantes do curso de Turismo da UNESPAR – *campus* Campo Mourão (20%), do Colégio Estadual de Campo Mourão (55%) e do curso Técnico em Guia de Turismo do SENAC de Paranaguá (25%). As idades variaram entre 14 e 56 anos. Quanto à identidade de gênero, 55% declararam-se do gênero feminino, 40% do gênero masculino e 5% como não binários.

De maneira geral, a avaliação dos participantes foi positiva. Para as três primeiras questões – “*A proposta da atividade te surpreendeu?*”, “*O conteúdo abordado durante as oficinas auxiliou na elaboração de fotografias?*” e “*As dinâmicas desenvolvidas ajudaram a assimilar o conteúdo?*” – 80% dos respondentes classificaram a atividade como *Ótima*, 15% como *Muito Boa* e 5% como *Boa*.

Nas três questões seguintes – “*Você acha que valeu a pena realizar a atividade?*”, “*Como você avalia o método utilizado nas aulas?*” e “*Como você avalia as orientações da professora para o desenvolvimento da atividade?*” – 70% dos participantes avaliaram como *Ótimo* e 30% como *Muito Bom*.

Já nas duas últimas questões objetivas – “*Você gostaria de participar de novas oficinas de fotografia?*” e “*De modo geral, como você avalia as oficinas que participou?*” – a avaliação foi unânime: 100% dos participantes classificaram a experiência como *Ótima*.

Em relação à contribuição da ação extensionista para a formação acadêmica e profissional, diversos relatos indicaram impactos significativos. Entre as respostas, destacam-se: “*Contribuiu para diversas situações*”; “*Auxiliou muito nas atividades de viagem do curso, onde colo-*

camos em prática o que aprendemos”; “Contribuiu para a distribuição de conhecimentos relacionados ao marketing digital, ajudando a fotografar locais e paisagens”; “Para melhor formatar as imagens usadas para fomentar o conteúdo visual”; “Para auxiliar a tirar fotos melhores, principalmente nas viagens técnicas”; “Para realização de outros trabalhos onde tenho que anexar imagens”; e “Me ajuda tanto na vida quanto no meu dia a dia”.

Os comentários gerais registrados pelos acadêmicos revelam percepções positivas acerca da atividade. Entre as observações, destacam-se: *“Ótima didática, conteúdo fluido e leve”, “Foi ótimo o curso”, “Muito bom”, “Parabéns pela atividade” e “Eu gostei de participar de uma oficina de fotografia”.*

Verificou-se que os participantes reconheceram que a atividade extensionista proporcionou aprendizados e conhecimentos que possivelmente não seriam alcançados apenas por meio das aulas tradicionais em sala. A proposta teórico-prática das oficinas atendeu às demandas do campo do Turismo, para os estudantes dos cursos técnico e superior, especialmente no que se refere à promoção de destinos turísticos por meio de imagens. Os participantes puderam se envolver com o tema e aplicar, de forma prática, as técnicas discutidas, tanto durante as oficinas quanto em outras situações acadêmicas ou profissionais.

Destaca-se, ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, evidenciada por meio da atividade fotográfica, que envolveu a identificação de atrativos locais e a posterior exposição das imagens. Essa integração segue os princípios da indissociabilidade preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reforçando o papel formativo da extensão universitária.

Por fim, os relatos também indicam que os estudantes demonstraram satisfação em participar da oficina e manifestaram interesse em envolver-se em futuras oficinas relacionadas à fotografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas de Fotografia com *Smartphone* caracterizam-se como uma iniciativa empreendedora e inovadora, uma vez que representa a pri-

meira oferta desse tipo de atividade no curso de Turismo da UNESPAR – *campus* de Campo Mourão, no Colégio Estadual de Campo Mourão e no curso técnico em Guia de Turismo do SENAC de Paranaguá.

A ação desenvolvida pode ser compreendida como uma prática sustentável sob os aspectos econômico, ambiental e social. Por ter representado o primeiro contato da maioria dos participantes com conteúdos voltados à fotografia, a iniciativa tem o potencial de despertar o interesse e a curiosidade pelo tema, estimulando a continuidade dos estudos na área. Para alguns, essa experiência inicial pode, inclusive, representar o ponto de partida para o desenvolvimento de uma futura carreira profissional. Além disso, a produção de imagens esteticamente atrativas, ainda que de forma amadora, pode contribuir significativamente para a valorização e promoção de paisagens naturais e culturais, bem como de bens materiais e imateriais, reforçando sua preservação e conservação.

As oficinas de fotografia também se destacaram como uma atividade de natureza interdisciplinar. Foram abordados, de maneira transversal, conteúdos relacionados a diferentes disciplinas do curso de Turismo, como Turismo e Patrimônio Cultural, Turismo em Áreas Naturais, Turismo de Negócios e Eventos, Comunicação, Empreendedorismo e Inovação, além de Marketing Turístico. Paralelamente, as práticas desenvolvidas nas oficinas forneceram subsídios para o aprofundamento dos temas tratados nessas e em outras disciplinas, evidenciando a integração entre teoria e prática e fortalecendo a interdisciplinaridade da proposta.

As oficinas de fotografia com *smartphone* demonstraram potencial de replicabilidade em diferentes contextos e para diversos públicos. Podem ser implementadas dentro ou fora do ambiente universitário, atendendo estudantes de diferentes níveis de escolaridade, como médio, técnico e superior de diferentes instituições públicas ou privadas, gestores públicos que atuam na área da comunicação e empreendedores – especialmente micro e pequenos – que acumulam funções, entre elas a gestão de redes sociais de seus negócios. Destaca-se que o único requisito para participação na oficina é disponibilizar de um *smartphone*, o que contribui para a acessibilidade e democratização da atividade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2018.

DALMOLIN, B. M.; VIEIRA, A. J. H. Curricularização da Extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. *In: Congresso Nacional de Educação*. Curitiba, Paraná, Brasil: PUCPR, 2015.

FARIA, D. S. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001.

FORPROEX – Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília: ForProex, 1987.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: Pró-Reitoria de Extensão/Universidade do Estado de Minas Gerais, 2000/2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

IBGE. **Campo Mourão**. Disponível em: <https://bnd.art.br/QPOxZc>. Acesso em: 13 out. 2022.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAMPAIO, O. B. Contextualização histórica da extensão e seus reflexos na sociedade brasileira. *In: Encontro de Extensão da Universidade Federal de Campina Grande*, 3., Campina Grande: UFCG, 2004.

SANTOS, A. B. **Extensão universitária como viabilizadora de políticas públicas: a visão de acadêmicos da UDESC**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.

SANTOS, A. B. **A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades.** 2020. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Educação Especialidade de Desenvolvimento Curricular, Universidade do Minho, Braga, 2020.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** Campinas: Alínea, 2000.

VIEIRA, R. S. Ensino e Extensão: Guia Turístico de Campo Mourão – PR. *In: 16º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, Foz do Iguaçu, 2023.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES PELA VIA DA AUTORIDADE COMPARTILHADA SOBRE TEMAS SENSÍVEIS

Cyntia Simioni França³⁴
Gabriel Henrique de Souza³⁵

INTRODUÇÃO

“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão glorificando o caçador.”

Provérbio africano

O presente artigo compartilha atividades de uma pesquisa intitulada *Formação docente e produção de conhecimentos histórico-educacionais pela via da autoridade compartilhada* articulado com um projeto de extensão “Temas sensíveis: formação de estudantes e professores na educação básica”, no âmbito do programa Universidade Sem Fronteiras (USF) da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), ambos desenvolvidos na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) em parcerias com escolas públicas de Campo Mourão e região, no interior do estado do Paraná.

O USF faz parte de uma iniciativa que busca superar os desafios contemporâneos na formação de professores enquanto política pública de extensão universitária, no qual tem se mostrado essencial para promover a articulação entre universidades, escola e comunidades de modo geral, rompendo com os muros acadêmicos e enfrentando problemas sociais concretos. Neste contexto, nosso projeto se insere como uma possibilidade de atender às urgentes demandas por uma educação histórica crítica, capaz de trabalhar com temas sensíveis (Falaize, 2014; Alberti, 2014) que permeiam o cotidiano escolar, mas que frequentemente são negligenciados ou abordados de forma superficial.

³⁴ Coordenadora do projeto “Temas sensíveis” – USF – Unespar/Campo Mourão. Doutora em Educação. Professora na Unespar

³⁵ Bolsista egresso do projeto “Temas sensíveis” – USF – Unespar/Campo Mourão – PR. Doutorando em História na Universidade Estadual de Maringá – UEM

A importância do USF para este trabalho se revela em múltiplas dimensões. Primeiramente, o programa possibilita que conhecimentos produzidos na universidade por meio de pesquisas circulem para além dos espaços acadêmicos, atingindo escolas públicas, comunidades plurais e grupos historicamente marginalizados. Em segundo lugar, o financiamento e estrutura proporcionados pelo USF foram determinantes para viabilizar ações contínuas de formação de professores e estudantes de longo prazo (2023-2024), diferentemente de iniciativas pontuais que não permitem transformações mais profundas. Por fim, o caráter interinstitucional do programa favoreceu parcerias essenciais, como aquelas estabelecidas com escolas da rede pública, núcleos de educação, escolas da rede privada e, especialmente, com comunidades indígenas e pesquisadores angolanos, cujos saberes foram centrais para o desenvolvimento das atividades extensionistas, permitindo que os estagiários (graduandos e recém-graduados) pudessem experimentar novas práticas em sala de aula. Em nosso projeto temos a participação de graduandos bolsistas do curso de História, Letras e Pedagogia e egresso da área da História, ambos remunerados semanalmente durante doze meses, período referente a execução do projeto.

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entre as diversas atividades desenvolvidas pelo projeto, este artigo focará especificamente nas práticas de formação de estudante e professores da educação básica em parceria com pesquisadores angolanos e comunidade indígena e em diálogo com autores decoloniais como Catherine Walsh (2009) Patrícia Maldonado-Torre (2007) e Aníbal Quijano (2009).

A perspectiva decolonial propõe outro modo de produção de conhecimento em nossas universidades, outro modo de fazer pesquisa, ensino e extensão. Segundo a pesquisadora Catherine Walsh nessa perspectiva é importante a desaprender tudo que foi inculcado em nossas mentes durante a colonização e reaprender a se reconhecer enquanto sujeitos de sua própria história (Walsh, 2013). Daí a importância de as universidades compreenderem a perspectiva epistemológica decolonial como

um projeto de ação, mas também pedagógico para a transformação da sociedade, onde justiça social, inclusão e a equidade sejam horizontes de expectativas. Mais do que isso, que possamos ouvir as vozes dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros que não mais o “outro” fale por eles, mas sobretudo, possam narrar suas próprias histórias. Foi pensando nessa abordagem que organizamos ações extensionistas colaborativas, interativas e dialógicas, rompendo com a ideia de a universidade realizar oficinas “para” a comunidade escolar, mas “com” eles e “com” as comunidades indígenas e povos de origem africana.

Este artigo está organizado em três eixos principais. No desenvolvimento, narramos as oficinas realizadas em parceria com o pesquisador angolano Mpambani Vicente e Silvestre Gamba, e a liderança indígena guarani Jaxy Rendy. Essa seção destacamos como as atividades – desde encontros sobre a questão racial até oficinas com pinturas corporais guarani – foram construídas como espaços de diálogo e trocas de experiências, rompendo com abordagens tradicionais do ensino de História. Na análise enfatizamos a perspectiva decolonial que orientou o projeto, evidenciando como esses encontros desafiaram narrativas hegemônicas e promoveram a valorização de saberes marginalizados. Na conclusão, refletimos sobre os impactos do projeto, sublinhando sua contribuição para: (1) a formação de graduandos e professores no trato com temas sensíveis; (2) a construção efetiva de uma educação antirracista, que materializa os princípios das Leis 10.639/03 e 11.645/08; e (3) a valorização de experiências pedagógicas como caminho para decolonizar currículos. Por fim, reafirmamos a importância de iniciativas como o USF para ampliar essas práticas formativas, transformando a relação entre universidade, escolas e comunidades tradicionais. Convidamos, caro(a) leitor(a), a conhecer o desenvolvimento de nossas ações.

Os temas sensíveis são entendidos como aqueles que envolvem memórias traumáticas, disputas de narrativas e violações de direitos humanos (Falaize, 2014; Alberti, 2014) – estes que constituíram o eixo central de nossas intervenções pedagógicas no espaço escolar. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades e violências históricas, trabalhar com essas temáticas na educação básica se

mostra urgente, mas também desafiador. Muitos professores relatam dificuldades para abordar assuntos como racismo, ditadura militar ou violência de gênero, seja pela falta de formação específica, seja pelo temor de represálias em um cenário político hostil à educação crítica.

No contexto paranaense, no qual nossas formações docentes são desenvolvidas, assim como em outros estados brasileiros, temos enfrentado os desafios da crescente plataformização da educação, marcada pela adoção de modelos padronizados de ensino via plataformas digitais que, embora ampliem o acesso a recursos didáticos, frequentemente reduzem a prática pedagógica a exercícios fragmentados e desconectados da realidade local bem como precariza o trabalho docente e a sua autonomia em sala de aula (Neto; Mello, 2020). Nas escolas estaduais, essa tendência se combina com currículos engessados e avaliações em larga escala que priorizam resultados quantificáveis em detrimento de processos criativos e significativos. Como consequência, muitos professores relatam dificuldades em trabalhar temas sensíveis – como relações étnico-raciais, memórias traumáticas e desigualdades sociais – de forma crítica, especialmente em um contexto político estadual que, nos últimos anos, tem sido marcado por desinvestimentos na formação docente e por tensões em torno de pautas identitárias.

Nesse cenário, a carência de experiências pedagógicas que façam sentido para estudantes e educadores torna-se evidente no estado do Paraná, especialmente, por conta da plataformização. Aulas excessivamente centradas em obter dados ou em conteúdos digitais genéricos falham em conectar-se com as histórias e identidades das diferentes comunidades paranaenses, especialmente, em regiões com forte presença de populações negras, indígenas e migrantes. É justamente essa lacuna que projetos como o USF buscam preencher, ao propor oficinas imersivas – como as desenvolvidas com pesquisadores angolanos e lideranças Guarani – que transformam o espaço escolar em um lugar de encontro entre saberes acadêmicos e tradicionais. Ao fazer isso, não apenas se contrapõem à lógica da educação plataformizada, mas também demonstram como a valorização de experiências vividas e contextualizadas pode revitalizar o ensino de história no estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A perspectiva decolonial orientou o desenvolvimento do projeto, manifestando-se especialmente na valorização de saberes indígenas e africanos. Um dos momentos mais significativos foram os encontros dialógicos na escola durante a Semana da Consciência Negra, realizadas em novembro de 2024, cujo mote de reflexão foi as relações étnico-raciais ministrados pelos professores angolanos Mpambani Vicente e Silvestre Gamba. Suas atividades intervencionistas permitiram deslocar o debate do racismo para uma perspectiva transnacional, possibilitando perceber como as opressões raciais no Brasil dialogam com as heranças do colonialismo em África e identificar como as colonialidades do saber e do poder continuam ainda presente nas mentalidades das pessoas (Mignolo, 2020). Não desconsiderando as diferentes formas de resistências como nos lembra o professor- historiador brasileiro Alison Paim que

nem sempre as formas de controle e submissão utilizadas foram as mesmas. Apesar de todas as tentativas de domínio total dos corpos e mentes as resistências sempre foram oferecidas de múltiplas formas, inclusive muitos povos conquistaram a independência política, administrativa e financeira e se constituíram como países autônomos. Mesmo com as independências políticas, a colonização epistêmica se mantém em espaços e povos, quer pelo predomínio das formas de pensar e produzir conhecimento pautado na racionalidade técnica instrumental quer pelo desprezo e desqualificação interna de saberes milenares dos povos autóctones por aqueles descendentes dos colonizadores (Paim, 2016, p. 142).

As atividades extensionistas com o pesquisador angolano Mpambani Vicente e Silvestre Gamba vem ao encontro da Lei n. 10.639/03 e 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e transcende o mero cumprimento formal da legislação. O objetivo dessa intervenção pedagógica foi criar um encontro dialógico, colaborativo e interativo entre os saberes africanos e os estudantes e professores da educação básica, promovendo um

diálogo decolonial que colocasse a perspectiva angolana no centro das reflexões sobre a Consciência Negra. A partir do conceito de autoridade compartilhada, desenvolvido pelo historiador inglês Michael Frisch (2016), realizamos uma série de planejamentos dialógicos com Vicente e Silvestre para co-construir suas intervenções pedagógicas, garantindo que sua voz não fosse apenas incorporada, mas que fossem protagonistas de suas histórias na relação com as experiências vividas dos estudantes e professores da educação básica. Esse processo colaborativo permitiu articular suas experiências pessoais, sua trajetória acadêmica e as demandas específicas das escolas locais, resultando em uma narrativa que evitava clichês e apresentava as Áfricas em sua complexidade e diversidades, especialmente o contexto angolano.

Os encontros dialógicos ocorreram em diversos contextos, ampliando o alcance do debate para além do espaço escolar. Em escolas públicas da região de Campo Mourão, incluindo municípios como Araruna e Iretama, os estudantes tiveram a oportunidade, muitas vezes, inédita, de refletir criticamente sobre as conexões históricas e culturais entre Brasil e Angola com angolanos, sobre o processo colonial e compreender as relações de poder que sustentam ainda o racismo e as diferentes colonialidades, conforme nos ensina Franz Fanon (2019), Aime Césaire (2020), Joseph Kzerbo (2023) e Achile Mbembe (2022).

Em instituições privadas, como o Colégio Santa Cruz, onde discussões sobre racismo e diáspora africana costumam ser tabu, as falas do angolano Vicente provocaram questionamentos, deslocamentos de visões de mundo e ampliaram os horizontes de professores e estudantes da educação básica. Já nas comunidades rurais, como São Vicente, o debate sobre identidade negra ganhou nuances particulares ao se entrelaçar com a realidade agrária e os desafios locais, mostrando como a consciência histórica pode se materializar de formas distintas e com públicos para além do escolar, mas envolvendo a comunidade local.

O impacto das atividades foi significativo, visto que os professores relataram que os estudantes passaram a questionar visões estereotipadas sobre a África, demonstrando uma compreensão mais crítica

e plural, percebendo o mosaico cultural que constitui o continente, e nessa ação formativa, a realidade angolana. Gestores das escolas destacaram a importância de trazer vozes como a dos professores angolanos Vicente e Silvestre para desconstruir o eurocentrismo ainda presente nos currículos escolares, visto que até quando os saberes africanos passarão à margem das nossas disciplinas escolares?

A devolutiva coletiva de professores, estudante e gestores por meio de rodas de conversas possibilitou compreender como cada escola e seus agentes ativos podem se enriquecer culturalmente ao dialogar com diferentes saberes, já que o conhecimento se dá na relação dialógica, relacional e no encontro intercultural. Ainda foi essencial para ouvir sugestões para outras práticas educativas que possam atender as demandas de cada realidade escolar, fortalecendo assim parcerias colaborativas e interativas, em que universidade, escola e comunidade se fortalecem nessas atividades extensionistas.

A iniciativa mostrou que a Lei n. 10.639/03 e 11.645/08 pode ser um ponto de partida para ações transformadoras no sentido larrossiano, desde que realizadas com compromisso, diálogo e colaboração sem perder de vista o compromisso ético e político das responsabilidades de cada sujeito envolvidos nesse processo.

Destaca-se ainda que o processo colaborativo, envolvendo preparação, execução e avaliação conjunta com os bolsistas do USF, foi fundamental para alcançar o objetivo das atividades formativas por meio de ações extensionistas. A diversidade de públicos alcançados – de escolas urbanas e rurais, públicas e privadas – demonstrou a importância de adaptar as discussões a cada realidade, sem perder de vista a profundidade da temática a ser refletida. Os resultados concretos, como a mudança nas percepções dos estudantes, nos estimulam ir além de ações superficiais, fazendo sentido para os estudantes e professores, criando laços afetivos e sensibilidades que se estendem no tempo e no espaço. O fechamento com o conceito de raízes simboliza justamente essa intenção: plantar sementes que crescem e se fortalecem, resistindo à lógica efêmera de muitas iniciativas educacionais.

Figura 1 – Palestrante Vicente na comunidade rural de São Vicente (Araruna-PR)



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Figura 2 – Palestrante Vicente no Colégio Vicentino Santa Cruz (Campo Mourão-PR)



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Da mesma forma, as oficinas coordenadas pela liderança guarani Nilza Maria Rodrigues (Jaxy Rendy) em abril de 2024, contribuíram para os professores não apenas ter simples informações sobre cultura indígena, mas experiências concretas que desafiaram estereótipos arraigados sobre a existência indígena, ou melhor, o que é ser indígena em um contexto urbano na contemporaneidade.

A presença da comunidade indígena Tekoha Verá Tupã'i em processos de formação docente em Campo Mourão tem sido uma experiência transformadora, o fato de entrar em contato com a liderança indígena

e o cacique com seus artefatos culturais e a partilha dos saberes ancestrais possibilitou uma aprendizagem significativa, a troca dos saberes tradicionais Guarani e dos professores da educação básica, o respeito por outras culturas e o estímulo ao exercício de alteridade, tão importantes em dias tão sombrios e de polarizações ideológicas que temos enfrentado em nosso país. Mais do que uma abordagem teórica, essas atividades extensionistas romperam com visões estereotipadas sobre os povos originários quando muitos acreditavam que ser indígena restringe a sua existência na floresta e semi-nus. Além disso, conheceram as suas lutas diárias para a manutenção das suas terras, compreenderam as diferentes cosmovisões e modos de vida de viver plural.

O diálogo com os artefatos culturais indígenas, instrumentos musicais e pinturas corporais instigaram os professores a refletirem sobre como os símbolos indígenas são muitas vezes usados de forma superficial ou descontextualizada, ou apenas como enfeites e simples artesanatos e propiciou compreender que as pinturas corporais estão ligadas as suas identidades, a participação em movimentos ativistas de luta pela terra e de enfrentamento a invasão de garimpeiros e fazendeiros em seus territórios bem como os significados de seus artesanatos com os elementos representativos da natureza para a manutenção e energização de sua cultura. Essas formações docentes reforçaram a ideia de que a educação antirracista e decolonial não se faz com ações isoladas, mas com compromisso e troca constante entre diferentes culturas. A figura 3 partilha uma das formações realizadas com professores da educação básica com a presença da coordenadora do projeto do USF, Cyntia Simioni França, a liderança indígena Nilza e com o cacique Guilherme, ambos pertencentes a comunidade Guarani, situada no Barreiro das Frutas, na cidade de Campo Mourão, interior do estado do Paraná.

Figura 3 – Fôlder de divulgação da fala da professora Nilza na Universidade



Fonte: Arquivo dos autores, 2024.

Podemos afirmar que, quando os povos indígenas ocupam seu lugar de fala com os professores da educação básica e não como objetos de estudo, mas como sujeitos de sua própria história, a aprendizagem se torna mais significativa, o respeito e a interculturalidade passam a ser horizontes mais abertos e concretos. O contato com a comunidade desafiou noções pré-concebidas, a experiência deixou marcas na existência humana de professores da educação básica e em nós integrantes do projeto do USF que tivemos presente em todos os encontros desenvolvendo juntos as atividades extensionsitas. E, mais do que isso, plantou sementes para que a educação em Campo Mourão-PR continue se transformando, passo a passo, em um lugar de se viver em que a pluralidade possa ser respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Metodologicamente, o projeto combinou diversas estratégias: rodas de conversa, produção coletiva de histórias em quadrinhos, palestras

interativas e oficinas de pintura corporal. Essa variedade auxiliou a atingir públicos distintos, desde estudantes do ensino fundamental até professores da educação básica e ensino superior. Um aspecto inovador e que está em vias ainda de construção é o desenvolvimento de materiais didáticos que chegarão nas escolas após o término do projeto, garantindo continuidade às ações de pesquisa e extensão, como a História em Quadrinhos (HQ) sobre os povos indígenas de Campo Mourão que está em produção. O USF foi essencial nesse processo, não apenas pelo financiamento, mas pela flexibilidade que permitiu atender as atividades formativas às necessidades específicas de cada contexto escolar.

Os resultados alcançados reforçam a importância do Universidade Sem Fronteiras como política pública transformadora. Nas escolas atendidas, observamos: (1) maior engajamento dos estudantes para o entendimento das relações étnico-raciais e a construção de uma educação antirracista; (2) professores mais confiantes para trabalhar conteúdos sensíveis; e (3) a construção de canais permanentes de diálogo entre universidade e educação básica. O impacto em escolas privadas, como o Colégio Santa Cruz, onde o acesso a essas discussões é limitado, a realização dessas atividades extensionistas demonstrou como o USF pode atuar mesmo em contextos desfavoráveis, rompendo barreiras sociais e institucionais.

Os desafios, contudo, permanecem imensos. A descontinuidade de políticas públicas educacionais, a precarização do trabalho docente e os ataques à educação crítica seguem como obstáculos concretos no estado do Paraná. Neste cenário, o USF se revela não apenas como um programa de financiamento, mas como uma trincheira de resistência – possibilitando que projetos como este mantenham vivo o compromisso social das universidades públicas.

Concluímos reforçando a potência transformadora desta experiência. O projeto evidenciou como o Universidade Sem Fronteiras pode ser um catalisador de mudanças profundas na educação, articulando formação docente, produção de conhecimento (pesquisa) e intervenção social. Mais do que cumprir a Lei 10.639/03 e 11.645/08, conseguimos

demonstrar na prática como uma educação antirracista e decolonial é possível – e necessária. Os frutos colhidos até aqui (professores formando estudantes, materiais produzidos, vínculos afetivos construídos) são testemunhos concretos do acerto dessa política pública e do seu potencial para construir futuros mais justos por meio da educação histórica.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas**. Palestra apresentada no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó (RN), 17–21 nov. 2014.

ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio de; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. De intelectuais ao precariado: para onde vão os professores e o estudo de história. *In*: LOURENÇO, Elaine; ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio de; CARVALHO, João do Prado Ferraz de (orgs.). **Ensino de história em tempos torpes**: leituras e reflexões. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 25-40.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

FALAIZE, Benoit. O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 224–253, 2014.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. *In*: MANOEL, Janes; LANDI, Gabriel (orgs.). **Revolução Africana**: uma antologia do pensamento marxista. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 64–104.

FRISH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de a Shared Authority à cozinha digital, vice e versa. *In*: MAUMAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. História da África: para onde vai a África? **CODESRIA Boletim**, n. 3-4, 2007. Disponível em: <https://bnd.art.br/j6y7Zt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LARROSA Bondiá, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira da Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e decolonialidade. *In* B. De S. Santos & M. P. Meneses (Org.), **Epistemologias do Sul**, p. 337-382. Coimbra: Almedina, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 2. ed. São Paulo: N-1 edições, 2022.

MIGNOLO, Walter D. Coloniality at large: Time and the colonial difference. *In*: DUBE, Saurabh (org.). **Enchantments of Modernity**: Empire, Nation, Globalization. Londres: Routledge, 2020. p. 67–95.

PAIM, E. A.; ARAÚJO, H. M. **Para além das leis**: o ensino de cultura e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como descolonização do ensino de história. Curitiba, Brasil: CRV Editora, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y des/colonialidad del poder. *In*: Conferência dictada en el XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

WALSH, Catharine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial**: In surgir, re-existir e Re-viver. Rio de Janeiro, 2009

SOBRE OS ORGANIZADORES

A organização desta coletânea reflete uma equipe de profissionais que, por meio de trajetórias acadêmicas sólidas e compromisso com a universidade pública, têm contribuído de forma significativa para o fortalecimento da extensão universitária na **Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)**. Com atuações que atravessam ensino, pesquisa, gestão acadêmica e extensão, cada um dos organizadores imprime sensibilidade, rigor técnico e liderança no campo das políticas extensionistas.

CLEBER BROIETTI

Cleber Broietti é assessor técnico da **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)** e professor no **campus de Apucarana da UNESPAR**, com formação aprofundada na área de Ciências Contábeis. É **Doutor em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)** e professor do colegiado de Ciências Contábeis da Unespar, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à administração, contabilidade e à articulação entre universidade e sociedade. Sua experiência acadêmica e administrativa contribui para a sistematização, acompanhamento e assessoria técnica dos processos extensionistas da universidade, sendo também participante ativo de produções científicas e eventos acadêmicos que dialogam com os desafios contemporâneos da educação superior.

NELUANA LEUZ DE OLIVEIRA FERRAGINI

Neluana Leuz de Oliveira Ferragini é **Doutora em Letras** e atua como chefe da **Divisão de Extensão** da PROEC/UNESPAR. Sua formação acadêmica e experiência docente se concentram em temas como dialogismo, ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, gêneros discursivos, práticas de leitura e análise linguística, bem como formação docente – áreas que atravessam tanto sua atuação acadêmica quanto sua contribuição institucional. Como responsável pela coordenação de ações extensionistas, tem contribuído para a integração entre atividades docentes e extensionistas, promovendo práticas que dialogam com as demandas sociais e formativas da comunidade universitária.

ROSIMEIRI DARC CARDOSO

Rosimeiri Darc Cardoso exerce a função de **Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Unespar**, onde lidera iniciativas que consolidam a extensão como dimensão estratégica da universidade pública. **Doutora em Letras**, sua trajetória acadêmica inclui produção e orientação em temas que articulam literatura, educação, cultura e métodos de ensino que valorizam a diversidade cultural e literária. Rosimeiri tem atuado de forma proativa na promoção de políticas públicas de extensão, no apoio a projetos e iniciativas que aprofundam a relação universidade-sociedade e na construção de espaços de formação e reflexão crítica para estudantes, docentes e comunidades externas. Sua gestão busca promover a cultura, a inclusão e a produção de saberes socialmente referenciados.

SÉRGIO CARRAZEDO DANTAS

Sérgio Carrazedo Dantas é diretor de Extensão na PROEC/UNESPAR e possui sólida formação acadêmica no campo da Educação Matemática. Consta em seu currículo a titulação de **Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro**, com trajetória de pesquisa e produção acadêmica voltada à educação, formação de professores e desenvolvimento de redes de ensino e aprendizagem. Sua atuação institucional e acadêmica caracteriza-se pela articulação entre ensino, extensão e pesquisa, contribuindo para a consolidação de práticas extensionistas que envolvem grupos de estudo, projetos pedagógicos e formação continuada de professores, sempre com foco na interlocução entre saberes universitários e contextos educativos mais amplos.

Cada um desses profissionais – com suas formações, experiências de gestão, pesquisa e docência – tem contribuído para promover uma extensão universitária que vai além de ações pontuais, fortalecendo processos de diálogo e transformação social. Ao combinar experiência técnica, sensibilidade institucional e compromisso com a sociedade, eles reforçam a importância de narrar, sistematizar e divulgar experiências extensionistas por meio de artigos e coletâneas como esta – ampliando o impacto das práticas extensionistas para além dos *campi* e incentivando o diálogo de saberes entre universidade e comunidade.

Este e-book foi diagramado em Adobe InDesign 2026.
A tipografia utilizada é Crimson Pro, escolhida
por sua legibilidade em meios digitais e impressos.
Foi publicado no mês de junho de 2026, no formato PDF.